



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIA VALDICÉLIA CAVALCANTE LOPES

**A CONDIÇÃO DE TRABALHO DA MULHER CATADORA DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS DA REDE DE CATADORES NA CIDADE DE FORTALEZA:
TRABALHO E POBREZA, ESTUDO REALIZADO**

FORTALEZA – CEARÁ

2014

MARIA VALDICÉLIA CAVALCANTE LOPES

A CONDIÇÃO DE TRABALHO DA MULHER CATADORA DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS DA REDE DE CATADORES NA CIDADE DE FORTALEZA:
TRABALHO E POBREZA, ESTUDO REALIZADO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena de Paula Frota.

FORTALEZA – CEARÁ

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Lopes, Maria Valdicélia Cavalcante.

A condição de trabalho da mulher catadora de materiais recicláveis da rede de catadores na cidade de Fortaleza: trabalho e pobreza, estudo realizado [recurso eletrônico] / Maria Valdicélia Cavalcante Lopes. - 2014.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 127 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2014.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Prof.ª Esp. Maria Helena de Paula Frota.

1. Trabalho. 2. Mulheres catadoras de materiais recicláveis. 3. Pobreza. 4. Cidade e sustentabilidade. I. Título.

MARIA VALDICELIA CAVALCANTE LOPES

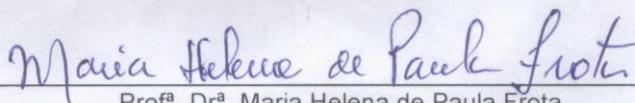
A CONDIÇÃO DE TRABALHO DA MULHER CATADORA DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS DA REDE DE CATADORES NA CIDADE DE FORTALEZA:
TRABALHO E POBREZA, ESTUDO REALIZADO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

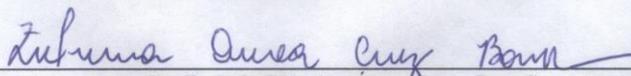
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 21/05/2014

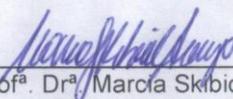
BANCA EXAMINADORA



Profª. Drª. Maria Helena de Paula Frota
Universidade Estadual do Ceará - MPPPP - UECE



Profª. Drª. Zulmira Área Cruz Bomfim
Universidade Federal do Ceará - UFC



Profª. Drª. Marcia Skibick Araujo
Faculdade Luciano Feijão

PARA MEUS FLHOS

Mariana Cavalcante

Taciana Cavalcante

José Mateus Cavalcante

E meu irmão Marcos Cavalcante pelo apoio,
incentivo e motivação ao ouvir as minhas
problematizações sobre o tema e expectativas.
À minha mãe torcedora incondicional.

AGRADECIMENTOS

Seria impossível agradecer a todas e todos que de uma forma ou de outra me ajudaram a chegar ao fim dessa etapa da pesquisa e que compartilharam vibrando comigo a cada momento no processo de descobertas e questionamentos.

Agradeço a Cristina Bove, da Pastoral Nacional do Povo, pela oportunidade de vivenciar experiências marcantes no “Festival Lixo e Cidadania” com catadores e catadoras de materiais recicláveis do Brasil. Ao Pe. Lino Allegri e Fernanda Souza da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Fortaleza pela confiança, compromisso e enriquecedoras celebrações de vida junto aos catadores e catadoras de materiais recicláveis de Fortaleza.

A Rede de Catadores de Materiais Recicláveis de Fortaleza que me acolheu com disponibilidade em diversos momentos para que alcançasse com fidelidade a realidade, principalmente Charlyane, Da. Anete, Sebastiana e Iracy.

A coordenação do Fórum Lixo e Cidadania, Cristina França (UNGI), Dr. Stênio Teixeira (ABES), Ana Maria Freitas (CARITAS) e Liana (EMLURB) que me ajudaram a descobrir a trajetória do trabalho de catação de materiais recicláveis em Fortaleza.

A minha admirável Profa. Helena Frota que acreditou em mim e me ensinou a fazer dos desafios o estímulo para buscar mais intensamente a verdade científica.

Ao Prof. Horácio como coordenador do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas por potencializar a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e transdisciplinaridade no curso.

Ao OBSERVEM onde tanto aprendi sobre as relações de gênero e por me motivar e intensificar o amor pela pesquisa sobre as mulheres, especialmente a Kelyane por tanta disponibilidade e doação.

As queridas Fátima e Francisca e ao Cristiê pela paciência e compreensão no suporte de secretaria.

Ao querido amigo Emylio César Santos da Silva por me apresentar a Psicologia Social e Ambiental e pelas maravilhosas rodas de conversas sobre o tema que tivemos ao longo da pesquisa.

E finalmente, aquelas com quem compartilho dores, alegrias, caminhada pastoral e estudos, as teólogas feministas do Grupo de Mulheres Agar do Centro de Estudos Bíblicos de Fortaleza, Ir. Bete Flynn, Teresinha Albuquerque e Fátima Moura.

“Bom dia Da. Chiquinha, eu não vim lhe visitar, vim pegar minha reciclagem que a senhora guardou pra mim. A sua reciclagem eu joguei toda fora. Pois guarde a minha reciclagem que eu passo aqui depois, porque é com essa reciclagem que compro o feijão e o arroz”.

(Canção da Catadora Maria Marilene Balbino – Rede Estadual de Catadores de Materiais Recicláveis).

“Atrevo-me a denunciar as muitas violências públicas em relação às mulheres como um ato político educativo preventivo nesse novo momento histórico. Igualmente é uma chamada de atenção para todos nós, mulheres e homens, em relação aos nossos preconceitos e a nossa incapacidade de acolher e provocar o diferente. Escrevo contra os muitos dragões poderosos que estão sempre preparados a lançar seu fogo destruidor acabando com as esperanças do povo e suas pequenas conquistas”.

(Ivone Gebar,
em Adital: <http://www.viomundo.com.br/>
publicado em: 7 de novembro de 2010).

RESUMO

Neste estudo foi utilizada a abordagem qualitativa, embasada no método sociológico de Max Weber, considerando que a ciência procura a compreensão interpretativa da ação social, para, por meio dela, alcançar uma explicação causal de seu desenvolvimento e consequências, buscando a interpretação através do significado subjetivo da ação. Compreende os indivíduos como tipos diferenciados e procurando formular conceitos e generalizações de processos empíricos. Analisa as influências da migração da seca no Ceará no século XX e os fenômenos da industrialização e urbanização para a origem da atividade da catação de materiais recicláveis na cidade de Fortaleza em lixões e organização das associações de catadores. Observou-se na dinâmica do trabalho, a condição de vida e a divisão sexual do trabalho nos galpões de triagem e a participação das mulheres catadoras nos espaços de discussão sobre a Política de Resíduos Sólidos. Os dados apontam que 98,75 dos domicílios da cidade são atendidos pela coleta. Em 2011, foram depositadas 1,758 milhões de toneladas no Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia (ASMOC), representando aproximadamente 4,8 mil toneladas/dia de resíduo gerado pelo município de Fortaleza que ainda conta com a Inexistência de Programa de Coleta Seletiva para a reciclagem de resíduos sólidos urbanos que descumpra o art. 7º da Lei nº 12.305/2010 de integração e inclusão produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações envolvendo a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida de produtos. Por isso, emergiu a necessidade de pensar a sustentabilidade numa análise sociológica que refletisse a autonomia, a liberdade e a segurança em tempos fluidos onde identidades em movimentos lutam para pertencerem a grupos em comuns na velocidade do momento.

Palavras-chave: Trabalho. Mulheres catadoras de materiais recicláveis. Pobreza. Cidade e sustentabilidade.

ABSTRACT

This study examines the influences of migration of drought in Ceará in the twentieth century and the phenomena of industrialization and urbanization for the origin of the collecting garbage in the city of Fortaleza in dumps and organization of associations of garbage pickers. Observed in the dynamics of the work, the condition of life and the sexual division of labor in the sorting sheds and participation of women garbage pickers in the discussion spaces on Solid Waste Policy. The data shows that 98.75% of households in the city are served by the collection. In 2011, 1.758 million tons were deposited at the Metropolitan Landfill West Caucaia, Brazil (ASMOC), representing approximately 4.8 tons/day of waste generated by the city of Fortaleza that still has the absence of selective collection program for urban solid waste recycling, which violates the Art. 7 of the Act nº 12.305/2010 for integration and productive inclusion of reusable and recyclable materials pickers in actions involving shared responsibility for the lifecycle of products. Therefore, the need emerged to think sustainability into sociological analysis that reflected the autonomy, freedom and security in fluid times where identities in motion struggle to belong to groups in common at the speed of time.

Keywords: Work. Women recycled material pickers. Poverty. City and sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Ceará.....	30
Figura 2 – Mapa dos municípios em situação de emergência por estiagem 2012.....	32
Figura 3 – Planta de Fortaleza e subúrbios (1875), de Adolfo Herbster, com traçado xadrez e <i>boulevards</i>.....	34
Figura 4 – Macrozonamento urbano e ambiental.....	35
Figura 5 – Localização de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Região Nordeste do Brasil.....	39
Figura 6 – Localização do aterro do Jangurussú na bacia hidrográfica do rio Cocó. Centro sul da cidade de Fortaleza.....	46
Figura 7 – Localização Aterro Jangurussú.....	48
Figura 8 – Atividades econômicas de Fortaleza por número de empregados.....	50
Figura 9 – Catador se mistura a animais carniceros no Lixão.....	53
Figura 10 – Mapa das Regionais de Fortaleza.....	56
Figura 11 – Parte interna – galpão ASCAJAN.....	61
Figura 12 – Galpão ASCAJAN – latinhas de alumínio.....	63
Figura 13 – Reunião de prestação de contas no refeitório da ASCAJAN.....	64
Figura 14 – Localização dos pontos de destinação final de resíduos na Região Metropolitana de Fortaleza.....	65
Figura 15 – Rampas de cimento (baias) do galpão de triagem onde o resíduo é colocado para ser selecionado/ASCAJAN.....	67
Figura 16 – 8 de março: Mulheres em LUTA pela Reciclagem Popular.....	75
Figura 17 – III Encontro Nacional de Mulheres Catadoras.....	77
Figura 18 – Encontro de Mulheres do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e o Instituto Lixo de Cidadania com apoio do Fórum Lixo e Cidadania do Estado do Paraná.....	77
Figura 19 – Disposição de Resíduos Urbanos (RSUs).....	86
Figura 20 – Ganhos pela reciclagem e recuperação de resíduos sólidos.....	89
Figura 21 – Produção de resíduos sólidos.....	90
Figura 22 – Domicílios com coleta de lixo adequada nos municípios do Ceará.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O “Acontecimento” da seca do Nordeste (o tempo).....	31
Quadro 2 – Grupos e Associações Integrantes da Rede de Catadores.....	72
Quadro 3 – Pontos fixos – ECOELCE.....	91
Quadro 4 – Domicilios particulares permanentes com lixo coletado por serviço de limpeza ou caçamba para os dez maiores e menores municípios.....	92
Quadro 5 – Informações do SNIS 2009 sobre manejo de resíduos sólidos em Forta- leza e Caucaia.....	94
Quadro 6 – Estimativa de geração de resíduos sólidos por Unidade de Planejamento..	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Unidades locais e pessoal ocupado, segundo categorias de uso, e atividades selecionadas na indústria Estado do Ceará 1998.....	42
Tabela 2 – Quantidade de Depósitos de Sucatas em Fortaleza no ano de 2012.....	43
Tabela 3 – Classificação por gênero dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis/ Fortaleza – (Dezembro de 2005).....	55
Tabela 4 – Tipos de violência sofrida pelo catador de material reciclável/Fortaleza – (Dezembro 2005).....	58
Tabela 5 – Descarga de resíduos sólidos no ASMOC em 2011.....	66
Tabela 6 – Materiais recicláveis por Associação.....	74
Tabela 7 – Estimativa da composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos coletados no Brasil em 2008(*).....	82
Tabela 8 – Sumário das cooperativas, por regiões do País I: número de cooperados, produção Kg/mês e produção R\$/mês.....	84
Tabela 9 – Sumário das cooperativas, por regiões do País II: faturamento médio bruto corrente/mês.....	84
Tabela 10 – Sumário das cooperativas, por regiões do País III: construção, equipamentos e investimentos atualizados.....	85
Tabela 11 – Distribuição da população residente e da população coberta pelo serviço de coleta de resíduos sólidos por região.....	86
Tabela 12 – Estimativa da quantidade de resíduos sólidos domiciliares e/ou públicos coletados.....	87
Tabela 13 – Distribuição da coleta seletiva por região.....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABES-CE	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária Ambiental – Ceará
ACFOR	Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços de Fortaleza
AET	Análise Ergométrica do Trabalho
AGU	Advocacia Geral da União
ANCAT	Associação Nacional de Carroceiros
ASCAJAN	Associação dos Catadores(as) do Jangurussú
ASMOC	Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Bando do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza
CAGES	Coordenadoria de Assistência a Grupos Especiais
CBO	Catálogo Brasileiro de Ocupações
CEFET-CE	Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas do IBGE
CEMPRE	Compromisso Empresarial para Reciclagem
CEREST	Centro de Referência Estadual de Saúde do Trabalhador
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CI	Comitê Interministerial
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNDH	Centro Nacional de Direitos Humanos
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONPAM	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
COOCELC	Cooperativa dos Catadores do Jangurussú
COPEMARES	Cooperativa Metropolitana de Catadores de Materiais Recicláveis
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMLURB	Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização
EPI	equipamento de proteção individual
ET	estação de tratamento

FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FLC	Fórum Lixo e Cidadania
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ILH	Incinerador de lixo hospitalar
IMPARH	Instituto Municipal de Pesquisa, Administração e Recursos Humanos
INSEA	Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável no Brasil
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
MMA	Ministério de Meio Ambiente
MNCMR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MNCR	Movimento Nacional Catadores de Materiais Recicláveis
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NUAST	Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	objetivos do milênio
OGRs	óleos e gorduras residuais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
Paer	Pesquisa da Atividade Econômica Regional
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
Plansab	Plano Nacional de Saneamento Básico
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMGIRS	Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos
PNMC	Plano Nacional de Mudanças do Clima
PNRH	Plano Nacional de Recursos Hídricos
PNRS	Plano Nacional de Resíduos Sólidos
PNSB	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
PPCS	Produção e Consumo Sustentável

PPP	Parceria “Público e Privado”
PPPs	parcerias público privadas
PPR	Pastoral do Povo da Rua
Presme	Programa de Recuperação Social do Mendigo
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A.
SANEAR	Programa de Infraestrutura Básica do Saneamento de Fortaleza
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SDU	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Estado do Ceará
SEINF	Secretaria de Infraestrutura de Fortaleza
SEMACE	Secretaria de Meio Ambiente do Ceará
SEMAM	Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SER I	Secretaria Executiva Regional I
SER III	Secretaria Regional III
SER VI	Secretaria Regional VI
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SESA-CE	Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
SEUMA	Secretaria de Meio Ambiente de Fortaleza
SGIRS	Sistema de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SMMA	Secretaria Municipal de Santa Quitéria
SOCRELP	Sociedade Comunitária de Reciclagem de Lixo do Pirambu
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SSAVS	Serviço de Socorro e Assistência às Vítimas da Seca
STDS	Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento social
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UCLR	Unidade da Catação de Lixo Reciclável
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UMJIR	União dos Moradores do Jardim Iracema
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas pela Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	MIGRAÇÃO, SOBREVIVÊNCIA, PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E EX- PROPRIAÇÃO DO TRABALHO NO CEARÁ A PARTIR DO SÉCULO XX...	23
2.1	NAS BORDAS DA HISTÓRIA.....	23
2.1.1	As massas sobrantes.....	23
2.1.2	Do rebolar no mato a catação.....	24
2.1.3	Relações sociais.....	27
2.2	MIGRAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NO CEARÁ.....	29
2.2.1	Produção e estiagens.....	29
2.2.2	Urbanização e competitividade.....	32
2.2.3	Massas rurais desenraizadas e trabalho.....	36
2.2.3.1	Depoimentos de mulheres catadoras que vieram do interior e viveram na itinerância nos aterros sanitários da cidade de Fortaleza.....	40
2.3	SURGIMENTO DA ATIVIDADE DE CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁ- VEIS EM FORTALEZA.....	42
2.3.1	Industrialização e trabalho.....	42
2.3.2	Estado, desenvolvimento econômico e contradições.....	45
3	PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA REDE DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE FORTA- LEZA.....	51
3.1	MULHERES EM RITOS DE PASSAGENS NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA....	51
3.1.1	Dos lixões à organização de associações.....	51
3.1.2	Trabalho e polifonia urbana.....	56
3.1.3	O galpão de triagem.....	59
3.2	REDE DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM FORTALEZA, RE- LAÇÕES DE GÊNERO, PARCEIROS E CONQUISTA DE DIREITOS SOCIAIS.....	68
3.2.1	O Fórum Lixo e Cidadania.....	68
3.2.2	Protagonismo das mulheres.....	74
4	NA TRILHA DA POLÍTICA PÚBLICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.....	82
4.1	PANORAMA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL.....	82

4.2	POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO DO CEARÁ E NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.....	89
4.3	AFETOS E DESAFETOS, ENLACES E DESENLACES NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	95
5	ENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL.....	99
5.1	COSMOVISÃO DA IDENTIDADE SOCIAL URBANA E SUSTENTABILIDADE...	99
5.2	RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS – INTERAÇÃO RECURSOS NATURAIS E COMPORTAMENTO.....	102
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
	REFERÊNCIAS.....	109
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	116
	ANEXOS.....	121
	ANEXO A – Reportagens sobre lixo.....	122
	ANEXO B – Ata de constituição da Associação dos(das) Catadores(das) do Jangu-russú.....	125
	ANEXO C – Diagnóstico da situação socioeconômica e cultural do(a) catador(a) de materiais recicláveis de Fortaleza-Ce.....	127

1 INTRODUÇÃO

Este estudo se propõe a analisar o trabalho das mulheres catadoras e a origem dessa atividade nos lixões, no interagir com a cidade de Fortaleza, no processo de organização de associações e convergência na Rede de Catadores de Materiais Recicláveis de Fortaleza observando sua participação política, condições de trabalho e pobreza e relações de poder.

Compreender as causas que levaram homens e mulheres a tentativa de garantir a sobrevivência com a atividade da catação de resíduos sólidos no espaço urbano de Fortaleza é a indagação primeira. Por isso, a necessidade de buscar na história das estiagens da chuva no Ceará e no processo de urbanização e de industrialização a expropriação do trabalho, os desenraizamentos culturais e as precariedades em circunstâncias de pobreza e de ações higienistas da Fortaleza Belle Époque¹.

Alguns estudos realizados sobre os catadores de materiais recicláveis enfatizam a sobrevivência dos trabalhadores autônomos, precariedade e a condição de trabalho, a caracterização dos resíduos sólidos e a saúde, destaca-se, a pesquisa “A voz dos Catadores de Lixo em sua Luta pela Sobrevivência” – Rúbia Cristina Martins Gonçalves, e ainda, “Percepção de Autonomia entre Catadores de Materiais Recicláveis de Associações e Organizações Privadas de Fortaleza-CE” – Euláidia de Araújo Vieira. Tais pesquisas trazem aspectos do trabalho e pobreza vividos pela categoria, as dificuldades econômicas e luta por políticas públicas que corresponda à garantia de direitos humanos e de uma vida digna.

A desigualdade social no Brasil é consequência de um processo histórico consequência de um modelo de colonização de exploração e de abandono pelo Estado com população de índios e negros com direitos violados pelos colonizadores europeus. No Ceará as estiagens sofridas pelas situações climáticas inadequadas e ausência de políticas públicas no campo deflagrou a vinda de agricultores à cidade em busca de sobrevivência descrita por Neyara Araújo e nos depoimentos de mulheres catadoras. Sem preparo para o trabalho no espaço urbano e engessados pelas normas determinadas aos pobres restou-lhes os bolsões de pobreza na periferia acumulando ao Brasil mais uma dívida social.

A segunda indagação da pesquisa foi sobre a trajetória dos catadores e catadoras na cidade, o trabalho nos lixões assim como, o início da organização de associações e as

¹ Compreendida como um momento na trajetória histórica francesa que teve seu início no final do século XIX, mais ou menos por volta de 1880, e se estendeu até a eclosão da Primeira Guerra Mundial. É mais um estado espiritual do que algo mais preciso e concreto. No Brasil, por exemplo, este período tem início em 1889, com a Proclamação da República, e vai até 1922, quando explode o Movimento Modernista, com a realização da Semana da Arte Moderna na cidade de São Paulo, lembrada como uma época de florescimento total do belo (PONTE, 2010, p. 20).

relações nos galpões de triagem. Em 1993, o Plano Metropolitano de Limpeza Urbana de Fortaleza foi elaborado para desativação do aterro do Jangurussu permanecendo na área uma estação de tratamento (ET), um Incinerador de lixo hospitalar (ILH) e a Unidade de Catação de Lixo Reciclável (UCLR) prevista a ser construída com recursos do governo Estado. O projeto comprometia-se com as pessoas que já estavam envolvidas no processo de catação no aterro e teria uma gestão administrativa conjunta com a Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (EMLURB). No início foi organizada uma Cooperativa e em 2006 após processo de fechamento da cooperativa foi criada a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Jangurussú (ASCAJAN).

Verificando as exigências à cidadania em meio aos problemas sanitários e o papel do governo do Estado em 1994 através do Programa SANEAR no bairro Pirambu e no Jangurussu. O primeiro grande aglomerado urbano o Pirambu em Fortaleza localizado no litoral oeste e é citado na história desde a seca de 1932, quando neste local foi instalado um dos Campos de Concentração no Ceará que foi chamado o Campo do Pirambu ou Campo do Urubu, como ficou conhecido. Além disso, a Marcha do Pirambu organizada em 1960 com apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Igreja Católica reuniu vinte mil pessoas, que caminhara até o centro da cidade na luta pela desapropriação das terras que motiva as lideranças daquela região até os dias de hoje. Segundo Projeto Coleta Seletiva de Lixo – Pirambu, do Programa SANEAR, o bairro foi escolhido para essa intervenção prioritária por se tratar de uma região com elevados níveis de carências e por apresentar uma organização popular em movimento expressivo na cidade. O Centro de Triagem de Lixo ficou sob a responsabilidade da Sociedade Comunitária de Reciclagem de Lixo do Pirambu (SOCRELP).

Atualmente, o Pirambu é dividido nos bairros: Tirol, Nossa Senhora das Graças, Cristo Redentor e Quatro Varas atualmente, é denominado Bairro Nossa Senhora das Graças pela prefeitura de Fortaleza.

Para Arendt (2010), a prevalência do trabalho como natureza sujeita à necessidade causa retração à política. A partir desses fatos, observa-se “o desenrolar” das ações que não ocorreram a contento dos catadores e catadoras até os dias de hoje. Apesar de algumas associações criadas em outros bairros e a articulação da Rede de catadores de materiais recicláveis, ainda não conseguem incentivos financeiros governamentais de infraestrutura e a tão sonhada implantação da coleta seletiva com a inclusão produtiva dos catadores que possa garantir à categoria de trabalhadoras e trabalhadores a condição de concorrência no mercado e acesso ao conjunto de direitos sociais previstos em lei. Por isso, submetem-se a vendas com

baixos preços quando transformam o lixo em reciclável em matéria-prima, ou seja, em produto. Quando na verdade, não agregado ao seu valor o relevante serviço ambiental.

Ao infundir o período medieval quando as cidades estavam sendo formadas trouxe as mulheres e funções no mundo do trabalho considerando que mesmo fora da ordem social como desfiladas, mantinham o desejo de mudança de vida quando não caíam na desesperança citando um poema de uma tecelã.

No Capital Marx escreve: “A passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista realiza-se de dois modos: o produtor torna-se comerciante e capitalista; opõe-se à economia natural agrícola e ao trabalho manual organizado em corporações da indústria urbana medieval. Tal é a via efetivamente revolucionária”. Ou então o comerciante apropria-se diretamente da produção. Este último processo, ainda que representado historicamente uma fase de transição – clothier inglês do século XVI, por exemplo, controla os tecelões que, no entanto, são independentes, vendendo-lhes a lã e comprando-lhes o tecido -, não trás em si para a revolução o antigo modo de produção que ele, ao contrário, mantém e salvaguarda como sua condição própria (CASTEL, 1998, p. 169).

Após a criação da Lei n.º 12.305, de dois de agosto de 2010 que institui a política nacional de resíduos sólidos e altera a Lei n.º 9.605, de doze de fevereiro de 1998 que atendeu as lutas nas marchas, encontros nacionais e latino americano do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR) iniciado em 1999 e fundado em 2001. Foi criado um comitê interministerial onde o movimento participa que tem o objetivo de discutir e decidir sobre os caminhos para efetivar resultados positivos para a categoria. Sendo viabilizado a partir do comitê em 2010 o Projeto Cataforte para fortalecimento da categoria garantindo capacitação para autogestão e em 2011 ampliando para a logística solidária. A lei prevê também a criação dos planos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos com inclusão dos catadores no seu art. 7º.

Nos galpões de triagem se observou as relações sociais numa perspectiva de gênero na ótica de Joan Scott evidenciando paradoxos e as estruturas dos espaços que contam com recursos mínimos, onde os trabalhadores e trabalhadoras fazem a seleção do material seco por setor em turnos que acontecem para alguns associados de oito horas e para outros, quatro horas conforme a disponibilidade de cada um ou cada uma. Nas associações a presença de mulheres é de 80% e realizam um modo de produção manufatureira de forma ainda artesanal, orientada por uma divisão sexual do trabalho. Em algumas associações contam com as máquinas de prensa, balança e caminhão apropriado para transporte dos resíduos. Percebe-se também que ainda dependem dos depósitos para a venda da mercadoria por não conseguirem acumular a quantidade exigida pelas indústrias devido à falta de capital

financeiro. As mulheres assumem as funções que exigem uma percepção mais minuciosa, como separar os tipos de papeis, criar artesanatos com matérias recicláveis e os homens carregam mercadorias, amarram e levam ao transporte. Atualmente as associações são presididas por mulheres.

Nesse sentido se verificou os inúmeros desafios que rondam a economia e a política de resíduos sólidos com inclusão produtiva dos catadores iniciando pela não implantação da coleta seletiva, pela falta de equipamentos, infraestruturas e transportes suficientes, a transição do término dos lixões a organização de associação, os riscos com as tecnologias e interesses de Parceria “Público e Privado” (PPP), assim como, a conscientização da sociedade quanto aos benefícios ambientais e sociais produzido por esse segmento.

Trazendo a previsão de fechamento dos lixões como obrigatoriedade legal com prazo em 2014 ressalta-se a discussão junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em Brasília com diversas representações para discutir inclusão dos catadores e as ações nacionais em defesa dos direitos fundamentais.

Optou-se em fazer uma leitura das identidades trabalhadoras e de comunidade a partir do pensamento Zigmunt Bauman na modernidade líquida e da fluidez das relações em meio ao sistema capitalista observando o fluxo migratório dos pobres desterritorializados (CASTEL, 1998) e em condições de miséria, interagir com a cidade de Fortaleza. Através da Psicologia Social um olhar ao comportamento dos indivíduos em condição de exclusão social e sua apropriação da identidade urbana (BOMFIM, 2010) na sua forma de interagir com a cidade de Fortaleza.

Para apresentar as mudanças nas representações dessa categoria profissional e as fronteiras na força do trabalho feminino seria impossível não registrar o protagonismo dessas mulheres catadoras no cenário nacional junto ao MNCMR conduzindo encontros que já se estendem a quatro versões para discussão de problemas sociais e pertinentes a categoria profissional. Com objetivo de apreender a divisão sexual do trabalho como sistema de relações com possibilidade de evolução (MARUANI; HIRATA, 1998).

Tomando as questões acima o estudo considera as influências para surgimento do trabalho da catação de materiais recicláveis o processo de industrialização, de urbanização, o direito a cidade e as políticas higienistas em Fortaleza, trazidas por Sebastião Ponte, abordaram-se conceitos de Paul Singer, Milton Santos e Henri Lefebvre numa lógica que perpassa uma modernidade que vive um processo de transição de estruturas sólidas a liquidez do mundo moderno onde a exigência da percepção da identidade social urbana e responsabilidades compartilhadas para mudanças de comportamento no conceito de

desenvolvimento sustentável deve se dá na interação com os recursos naturais. Para Bauman (2005, p. 11): “A questão da identidade também está ligada ao colapso do Estado de bem-estar social e ao posterior crescimento da insegurança, com a ‘corrosão do caráter’ que a insegurança e a flexibilidade no local de trabalho têm provocado na sociedade”.

As identidades flutuam e o fato da rigidez desprover da liberdade de escolher pode ocorrer brechas que viabilizem uma ampliação sem ponte à vista. Em nossa condição de humanos necessitamos de segurança e liberdade e que não possível vivê-los ao mesmo tempo (BAUMAN, 2003, p. 11).

Para essa investigação ser realizada adotou-se o seguinte procedimento:

- a) Levantamento das Associações e associados através da Rede de Catadores de Materiais Recicláveis de Fortaleza;
- b) Levantamento de galpões de triagem, equipamentos e transporte existentes nas associações;
- c) Escolha dos galpões a serem visitados;
- d) A participação das reuniões mensais do Fórum Lixo e Cidadania;
- e) Registro de cinco depoimentos de mulheres que vieram a Fortaleza com a migração no período das estiagens e sua chegada em lixões;
- f) Encontros com catadores da Rede de Catadores de Materiais Recicláveis;
- g) Participação em debates, palestras e encontros sobre a política de resíduos sólidos e a inserção produtiva dos catadores e catadoras;
- h) Levantamento de documentos, jornais e projetos para a pesquisa;
- i) Entrevistas com membros do Fórum Lixo e Cidadania;
- j) Levantamento de dados sobre a política de resíduos sólidos no Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS);
- k) Consultas sobre o Comitê Interministerial para acompanhamento a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

2 MIGRAÇÃO, SOBREVIVÊNCIA, PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHO NO CEARÁ A PARTIR DO SÉCULO XX

2.1 NAS BORDAS DA HISTÓRIA

2.1.1 As massas sobrantes

Muitos trabalhos demonstraram que os pobres, reagrupados em bairros socialmente desqualificados, podem resistir coletivamente – ou às vezes individualmente – a desaprovação social, tentando preservar ou resgatar sua legitimidade cultural e sua inclusão no grupo (SAWAIA, 2011, p. 72).

A cidade cumpre o papel de sede do capitalismo e da industrialização e se relaciona com o campo mediante privilégio político e econômico num processo que desabrocha nas estruturas desequilibradas das relações inter-regional, urbano-rural e interurbano, concentrando benefícios a uma minoria em detrimento de uma maioria da população (SINGER, 2012).

Aos agricultores no espaço urbano como **massa sobrante** (CAVALCANTE; FRANCO, 2007) restaram o lixo para garantir a sobrevivência na cidade.

A exploração da força de trabalho dos catadores possui raízes históricas que podem ser encontradas na figura do pobre, outrora camponês, nos espaços urbanos das cidades medievais percebidos pela sociedade feudal como um “corpo marginal”, este grupo, em consequência do êxodo rural, teve papel expressivo na criação dessas cidades, embora tenha sido destituído de seus direitos mais elementares (CAVALCANTE; FRANCO, 2007, p. 211-231).

Para seguir a trajetória de pobres e miseráveis e a busca por sobrevivência recorre-se a notícias registradas na época pelo Jornal O Povo de 16 de agosto de 1981 que publicou sobre os primeiros migrantes da seca que viviam como favelados, chegando a Fortaleza no bairro Monte Castelo construindo barracos encostados no muro da Fábrica Iracema, antiga Brasil Oiticica. Notícia que nesse período:

O Sr. Francisco Mateus, marido de dona Alexandrina, agricultor, desempregado, que mantém a família com a venda de papel, papelão e alumínio velho que cata no lixo, teve muito medo de construir o barraco naquele terreno, “mas o rapaz daquela casa azul – diz apontando para uma residência próxima ao barraco – “disse pro mode eu fazer um lugarzinho para a família. Então a gente arrumou material e fez isso aqui”: dois pequenos cômodos feitos com pedaços de tábuas, flandres, papelão, palha e pano velho retirados do lixo (ARAÚJO, 2000, p. 84).

A formosa cidade de Fortaleza concentrou grupos e indivíduos que vinham de várias cidades do Ceará principalmente em período de estiagem das chuvas prejudicadas além

da dificuldade de acesso a terra para o plantio ou pelo impedimento do exercício de outros ofícios por não haver a quem oferecer os serviços. Um mundo de possibilidade de sobrevivência surge na cidade, inclusive, descortinam espaço para mendicância num convívio urbano marcado pela insalubridade e intencionada invisibilidade.

Percorrendo ruas de sol a sol na terra da luz, as camadas populares com seu contingente de trabalhadores pobres marcados pela resistência, determinação e insistência em viver demarcaram espaços em meio a tensões numa correlação de forças com a burguesia, com intelectuais e com outros trabalhadores num processo de reajustes e disciplinas num período em que o Brasil mergulhava na mundialização do capitalismo com exportações de matérias primas com o crescimento da industrialização e de serviços urbanos.

O espaço público foi cenário para diversas categorias de trabalhadores como também para a disseminação de doenças que se proliferavam pela pobreza e ausência de higienização. Marcados por essas problemáticas, a população em maioria originária do sertão passou pelos processos higienistas de inspeção pública. Com objetivo de manter a cidade nos padrões que atendessem os critérios estabelecidos pela sociedade da época.

E como uma esponja absorvendo cada vez mais habitantes, a cidade, inchada de pobres trabalhadores recebia investimentos e influências dos estabelecimentos internacionais franceses e ingleses que se deparavam com as massas de flagelados e retirantes da seca a busca de oportunidades de trabalho e sobrevivência. Paralelamente, motivada ao consumo a sociedade fortalezense destaca-se desde o século XIX por sua preocupação com ordenação sociourbano e por sua visão higienista, recorrendo inclusive, a acordos com a polícia ao longo da história para erradicação da mendicância.

Concomitante ao aburguesamento comercial à constituição do mercado de trabalho assalariado urbano em Fortaleza, afloraria também uma crescente necessidade de consumo de novidades demandas pelo ocidente europeu, matriz do capitalismo que então se internacionalizava (PONTE, 2010, p. 153).

Para Singer (2012), o crescimento urbano coincide com a disponibilização de emprego onde ramos diversificados da indústria geram força de trabalho favorecendo uma concentração urbana do capital. Sem mensurar os desempregados ou trabalhadores informais que pertencem à categoria produtiva marginal. Porque a cidade exerce funções econômicas e muitas vezes é sede do serviço público.

Os pobres desqualificados profissionalmente como massas sobrantes fruto dessa conjuntura vivem as aventuras cotidianas do escárnio. Debilitados buscam formas que os

aliviem das regras sociais e da carga de trabalho somados a insultos ao comportamento considerado sujo ou ocioso, contrariando qualquer normalidade.

Os catadores de materiais recicláveis surgem na paisagem urbana e muitas pessoas perguntam de onde eles vieram, quando surgiram e como eles encontraram essa alternativa de trabalho. Como pessoas livres parecem bem afeiçoadas pelo espaço urbano elaborando as próprias regras e se deslocando muitas vezes em convivência familiar indo ao encontro de outros sujeitos da rua alguns em condições de vulnerabilidade e outros que circulam por diferentes motivos como os vigilantes, ambulantes, pessoas comuns.

Os catadores realizam táticas (De Certau, 1996), isto é, maneiras de desfazer os jogos do poder instituído, e transformam de algum modo a sua realidade. Trata-se de “um povo que luta”, como eles próprios se denominaram no Encontro Estadual de Catadores de Materiais Recicláveis, acontecido em fevereiro deste ano em Fortaleza (INSTITUTO MUNICIPAL DE PESQUISAS, ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, 2006, p. 16).

2.1.2 Do rebolar no mato a catação

Nos enlases e entrelases da história da migração no Ceará se observa que as ações assumidas pelo estado brasileiro para minimizar o sofrimento dos pobres como: as obras do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), as unidade de abrigo e Hospedaria Getúlio Vargas da Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social, o Serviço de Socorro e Assistência às Vítimas da Seca (SSAVS) da Secretaria de Agricultura e outros projetos que vieram, inclusive, bolsões da seca, o Serviço Social da Indústria, a Legião Brasileira de Assistência, Banco de Crédito Comercial e ações de empresas particulares não foram suficientes para desafogar a cidade de Fortaleza da população que migrava esfacelada pela pobreza enquanto o Estado não conseguia manter o controle. Os créditos rurais eram claramente pra subsidiar latifundiários e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada pela Lei n.º 3.692, de 15 de dezembro de 1959, para intervenção no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região resultou em diversas denúncias sobre a “indústria da seca” prestando serviço a interesses particulares ou para específico grupo político.

Em Fortaleza desde 1946 a imprensa conclamava dramaticamente pela imagem da cidade: os forasteiros hão de perguntar a si mesmos se não teremos recursos para obstar que a miséria saia à rua com seus trapos, a sua imundice, à caça de esmolas (ARAÚJO, 2000, p. 78).

O Serviço de Investigação e Sindicância Domiciliar foi instalado para detectar os miseráveis que não tinham condições de vida em meio a um êxodo rural onde não se sabia

como chamar os participantes se retirantes, se deslocados da seca, se mendigos (ARAÚJO, 2000). Alianças realizadas com o Estado, a Arquidiocese de Fortaleza e as classes proprietárias também queriam encontrar paliativos para amenizar toda essa situação. Enquanto serviço social integrado acontecia com Cáritas, campanha da fraternidade e o Movimento de Formação de Base (MEB) nos anos 80 se iniciaram campanhas contra a doação de esmolas, embora, o bispo auxiliar na época D. Edmilson Cruz não concordasse com tal medida sem que descessem a causa do problema (ARAÚJO, 2000). Em seguida, outra tentativa de reintegração social iniciada através do Programa de Recuperação Social do Mendigo (Presme) para ser repensada a abordagem, porém, não foi compreendido era como pretendiam fazer reintegração social com ações paliativas. “A amplitude do social não coubera na unidade doutrinária da fé... A onipotência de Deus era a impotência dos homens... E agora?” (ARAÚJO, 2000, p. 104).

Os **mendigos sazonais** conforme conceitua Araújo (2000) são os sertanejos que tendo perdido as terras para os posseiros e meeiros vivem na mendicância a cada estação e a mercê do mercado. E o trabalho que assume o sinônimo de independência acontecia em diferentes tipos de serviços.

[...] raro é aquele que produziu um só tipo de bem, ou exerceu um só tipo de serviço. Houve cozinheiras que se tornaram mendigas, as mendigas que se tornaram prostitutas, as prostitutas que se tornaram lavadeiras, as lavadeiras que se tornaram tecelãs, as tecelãs que enlouqueceram, as loucas que se tornaram costureiras; e os agricultores que se tornaram biscateiros, os biscateiros que se tornaram lavadores de carro, os lavadores de carro que se tornaram serventes de obras, os serventes de obras que perderam a perna e os pernetas que se tornaram alcoólatra (ARAÚJO, 2000, p. 131).

É possível então acrescentar que os agricultores no espaço urbano ao invés de arar a terra se tornaram catadores de lixo e viveram na informalidade apostando na organização de grupo seguida pela criação de associações até conquistar o *status* de categoria de catadores de materiais recicláveis. Entraram para o mercado na forma de manufatura como trabalhadores despossuídos e desqualificados (MARX, 1971).

A desvalorização relativa da força de trabalho, que decorre da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, implica diretamente uma valorização maior do capital, pois tudo que reduz o tempo do trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho amplia os domínios do mais-trabalho (MARX, 1971, p. 466).

Fortaleza como município polo da região metropolitana torna-se ponto de convergência do fluxo migratório recebendo uma mão de obra desqualificada que se envolve diretamente nos aterros sanitários verdadeiros lixões para extrair daí a sobrevivência. Da

cultura do “rebolar no mato” (jogar o lixo fora, no mato) à cultura da reciclagem há uma história que perpassa a comunidade do bairro Pirambu marcada pelas lutas e conquistas do movimento popular em decorrência da pobreza das famílias e pela luta por moradia e de permanecerem naquela área.

Foi através do programa de educação ambiental do governo estadual que ocorreu a primeira tentativa de organização de catadores e catadoras no bairro Pirambu. E mesmo sendo o 7º maior aglomerado do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda nos dias hoje falta esgotamento sanitário. A ocupação do bairro teve início em 1932 e foi intensificada em 1958 em virtude da migração do período de seca. Atualmente, boa parte dos moradores é originária do próprio bairro.

Em 1994, o governo iniciou o Programa de Infraestrutura Básica do Saneamento de Fortaleza (SANEAR) agregando componentes de uma gestão ambiental de resíduos sólidos, desde o condicionamento dos resíduos sólidos, tratamento, destinação final e de educação ambiental a ser implementada através de organizações comunitárias visando a sensibilização para a coleta seletiva do lixo e assimilação da cultura do reaproveitamento e do combate ao desperdício.

Segundo projeto de coleta seletiva do Pirambu a cidade de Fortaleza tinha em 1991 uma população estimada pelo senso demográfico de 1.765.794 habitantes com densidade demográfica em torno de 5.225 (hab./Km²) e déficit no atendimento a população de saneamento e de limpeza pública. Eram coletados 91 mil toneladas por mês, porém, grande parte da população situada nos bairros mais populares não era atendida pelo sistema de coleta. Nesse período, a estimativa é que nos centros urbanos, onde estavam cerca de 8 a 10 habitantes a produção diária de lixo era de 90 toneladas por dia e que apenas a metade era coletada. O lixo não coletado significa prejuízo ambiental e na qualidade de vida da população. Outro dado dessa época é que 35% do lixo encaminhado aos aterros eram compostos por materiais reutilizáveis ou que poderiam ser recolhidos detecta-se, portanto ausência de ações eficazes para preservação do meio ambiente, embora registrasse em 1994, que 30% papel produzido no Brasil era reciclado. O reaproveitamento de materiais recicláveis evitam efeitos danosos ao meio ambiente reduzindo contaminações no solo, reduzindo consumo de energia e poluição do ar.

2.1.3 Relações sociais

Os migrantes se deslocaram no Brasil a procura de trabalho na esperança de dias melhores. Por um lado, no Ceará a sequencia das estiagens, a ausência das políticas públicas

rurais, a chegada da industrialização, a urbanização não planejada aonde o trabalhador vendeu o seu corpo no modo de produção por lhe faltar a mercadoria, são experiências que registram o movimento do universal ético social ao singular indivíduo, a relação dialética do ser humano e da cidade que se revela como **lugar de movimento e de recriação permanente** (BOMFIM, 2010). Por outro lado, a estrutura capitalista engessa o ser humano. Segundo Marx (1971, p. 471) quando cita Adam Smith ao descrever a uniformidade de vida estacionária do trabalhador que corrompe naturalmente a sua coragem e a sua mente: “A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo global que a ele pertence”.

As tentativas de conscientização dos pedintes para o trabalho foram sucessivamente frustradas e contraditórias e não evitou que o trabalhador encontrasse formas alternativas que lhes garantisse a sobrevivência. O apoio assistencialista da instituição religiosa católica convocou o voluntariado da sociedade para prestação de serviço por um lado colaborou, e por outro lado confundiu o beneficiário que deveria compreender o atendimento como direito político por sua cidadania, e não como um favor piedoso ao coitadinho. Fica mal entendido sobre o que o Estado de bem estar social entendia sobre reintegração social quando muda o nome do Centro de Triagem do Mendigo para Centro de Reintegração Social.

Todo mendigo recolhido era submetido a uma profissionalização visando o mercado de consumo, que se aplicava à confecção de artesanatos de tecidos como colchas, almofadas, bolsas e sacolas feitos com pontas cedidas aos mendigos pelas indústrias têxteis de Fortaleza, durante os cursos eram ministrados no próprio Centro (ARAÚJO, 2000, p. 104-106).

Era preciso preparar os desvalidos para os determinismos do mercado além das exigências higienistas sociais. Aos pedintes restava apreender que a labuta dignificava o ser humano embora, essa conscientização viesse a contrariar ao que os pensadores gregos acreditavam sobre cidadãos na **polis**: “Aristóteles considerava como mais mesquinhas aquelas ocupações nas quais o corpo se desgasta mais” (ARENDRT, 2010, p. 102).

Diante desse cenário resta questionar sobre a liberdade do ser humano num sistema ideológico com mediação do capital e trabalho onde fundos públicos são gerados para atendimento à pobreza emergindo um produto social que surge entre os **pobres laboriosos** e os **pobres inválidos** (ARAÚJO, 2000, p. 338).

[...] de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e de outro, do financiamento de reprodução da força do trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais (ARAÚJO, 2000, p. 355).

O fato é que uma cidade deve ser compreendida a partir do seu cotidiano como espaço de mediação marcado pelas experiências e relações sociais estabelecidas considerando que a mesma está formalmente pra uns e informalmente para outros, que por sua vez, não deixam de existir mesmo que o desenvolvimento econômico favoreça a poucos em detrimento da grande maioria (SINGER, 2012). Portanto, nas bordas ou à sombra de uma sociedade seus membros vivem como servos de suas necessidades: “O homem livre, que podia dispor de sua privacidade e não estava, como escravo, à disposição de um amo, podia ainda ser ‘forçado’ pela pobreza. A pobreza força o homem livre a agir como escravo” (ARENDDT, 2010, p. 79).

A tensão social permeou a história de Fortaleza e as tentativas de eliminar a circulação dos pedintes nas ruas e praças eram permanentes como nos trás o historiador Sebastião Ponte (2010, p. 68): “[...] tratava-se de um enfrentamento de forças sociais em todas as horas, dias, lugares e relações”.

“A história de um conflito entre distintos capôs de força em Fortaleza na virada do século: as elites e seu investimento civilizatório burguês versus as camadas populares e sua resistência a esse assédio disciplinar” (PONTE, 2010, p. 144).

Portanto, as relações sociais na cidade para os catadores e catadoras são vivenciadas no desafio de garantir a sobrevivência na periferia de uma sociedade que vislumbrada com a produção industrial e acesso ao consumo, muitas vezes compulsivo, joga no lixo seu excesso que garante aqueles que em grupos ou individualmente transformá-los em mercadoria, produto, condição de trabalho.

2.2 MIGRAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NO CEARÁ

2.2.1 Produção e estiagens

Para uma aproximação com a categoria trabalho propõe-se considerar que o mesmo não é algo que está para todos e todas que dele necessita para garantir condições de sobrevivência e uma vida digna. A raiz das diferenças no desenvolvimento econômico revela o avanço do capital entre a produção do campo e a troca de produtos e serviços urbanos e a desigualdade em sua distribuição num processo conduzido por uma classe dominante (SINGER, 2012). Portanto, o trabalho está principalmente para os que detêm capital para investimento e resulta aos que não dispõem de capital, a venda de sua capacidade para trabalhar (COSTA FILHO, 2001).

O Período Colonial no Brasil, contou com desigualdade socioespacial e um processo de desenvolvimento e centralização comercial na cidade garantindo os interesses da classe

No fenômeno urbano deflagrado em Fortaleza se observa na trajetória de homens e mulheres do campo em deslocamento para a cidade marcada pela estiagem e divisão do trabalho entre campo e cidade que se deu como resultado de um processo onde latifundiários se beneficiaram da capacidade de produção de outras pessoas (SINGER, 2012) através do excedente da produção e o acúmulo de bens. “A cidade em si como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, como modelo sócio econômico e como modelo espacial” (SANTOS, 1993, p. 10).

No cenário do Nordeste estão registradas treze secas no século XX onde homens e mulheres do campo assistem a devastação e experimentam a fome que corrói os sonhos e os registram na categoria de miseráveis mesmo em condição de trabalhador ou mendigo considerando a seguinte hipótese: “A mendicância é uma forma de obtenção da sobrevivência e se dá no limite possível do processo de expropriação do trabalho nas sociedades de classes” (ARAÚJO, 2000, p. 13).

A seca revela a contradição entre o rosto sofrido dos pobres, e a concentração de riquezas no poder de uma minoria dominante, como na cidade de Fortaleza onde os investimentos contribuem para o crescimento da rede urbana. Enquanto o povo cearense segue carregando a marca da fome registrada pela ineficiência das políticas públicas e pelas atividades que reproduzem a força do trabalho na exploração.

Quadro 1 – O “Acontecimento” da seca do Nordeste (o tempo)

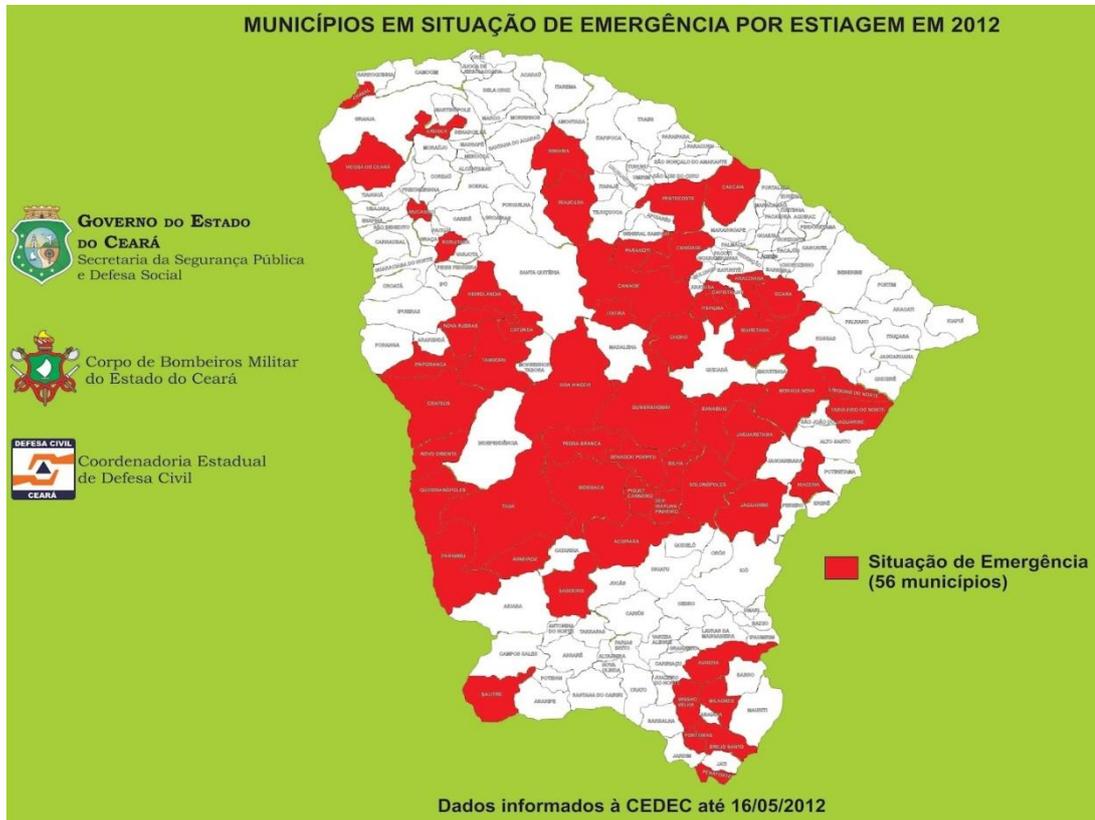
Séculos	Número de Secas	Anos
XVI	4	1559, 1564, 1584 e 1592
XVII	6	1603, 1609, 1614, 1645, 1652 e 1692
XVIII	10	1710-1711, 1721-1725 (ou 23-27), 1736-1737, 1744-1746, 1754, 1760, 1766, 1772, 1777-1778, 1790-1793
XIX	7	1800-1804, 1810, 1816-1817, 1824-1825, 1844-1845, 1877-1879, 1888-1889
XX	13	1900, 1903-1904, 1908, 1915, 1930-1932, 1942, 1951-1953, 1958, 1970, 1976, 1979-1983, 1987, 1990-1993
TOTAL	40	

Fonte: Tomaz Pompeu (1953), Paulo de B. Guerra (1981), Phelipe Guerra (1909), Minter-Sudene (1983) e Funceme (1994), com adaptação de Araújo (2000).

Os investimentos, dentre eles as estradas de ferro garantiram além do transporte da produção do binômio algodão-pecuária, outras atividades que inseriram Fortaleza na economia nacional como centro de exportação e conseqüentemente ao adensamento populacional. Em seguida, a industrialização surge apoiada pelo mercado interno combinada com uma dinâmica de deslocamentos humanos em busca de oportunidades no novo modelo de desenvolvimento econômico por não terem obtido acesso na economia agrícola

viabilizando possibilidades para a validação dos trabalhadores que passaram a descobrir potenciais no sistema produtivo.

Figura 2 – Mapa dos municípios em situação de emergência por estiagem 2012



Fonte: Ceará (2014).

2.2.2 Urbanização e competitividade

[...] a expansão do setor monopolístico cria, direta ou indiretamente, condições para a multiplicação de atividades competitivas inegavelmente prósperas, em que a acumulação do capital se processa mediante a exploração extensiva de trabalhadores pouco qualificados (SINGER, 2012, p. 92).

Em Fortaleza o processo de urbanização vivencia a **morfologia da mendicância** como denomina Araújo (2000) ao observar o deslocamento das pessoas do campo à cidade em períodos de estiagem sugere que os trabalhadores e trabalhadoras buscavam na cidade condição de trabalho que lhes garantisse a sobrevivência. A cidade reconhecida por sua autossuficiência, pelo acúmulo de produção excedente de alimentos e por agregar valor aos produtos, passa a incorporar as diferentes forças produtivas.

Para Lefebvre (2001) quando o fenômeno da exploração é substituído pela opressão a capacidade criadora se exaure porque a cidade é o lugar depende do valor de uso e

o valor da troca tende a destruir essa possibilidade. O processo da urbanização e industrialização se desenvolve em conflito com a vida social e a vida deteriorada nas periferias que enfatiza a relação do rural vivida no urbano.

Pelo fluxo da migração do campo a cidade destaca-se a capacidade da cidade desempenhar seu potencial papel de controle espacial viabilizando a mais valia da produção do campo garantindo acúmulo do capital e objetivando integrar o setor de subsistência ameaçado pelas tecnologias utilizadas no campo pelo agronegócio. Paralelo a esse processo de secas no nordeste, como vimos, chega à industrialização no Brasil nos anos 30 exigindo uma mão de obra qualificada para os ramos de produção implantados e ativando o processo de urbanização (SANTOS, 1993). Nesse sentido, é preciso entender o fluxo migratório no tempo e no espaço considerando que:

A área de origem de um fluxo migratório é aquela onde se deram transformações socioeconômicas que levaram um ou vários grupos sociais a migrar, desde que tais transformações já não sejam o resultado de outros movimentos migratórios concomitantes ou anteriores (SINGER, 2012, p. 56).

Nos depoimentos compilados em “A miséria e os dias” (ARAÚJO, 2000) registrados por historiadores sobre os retirantes da seca observa-se que houve uma dinâmica de ir para a cidade em período de estiagem e retornar em período de chuva para a cidade de origem, porém no decorrer dos anos essa dinâmica foi alterada porque eles começaram permanecer na cidade num processo de desenraizamento:

Pois faz é muito tempo, sim, que eles vêm se desgarrando do sertão. De primeiro, vinham e voltavam quando chovia. Agora não voltam mais, não. Estão ficando por aí. Tem deles que até tem sorte, arranjam um emprego, às vezes até no próprio governo, mas é um e outro, e isso em outros tempos, porque agora não tem mais chance, não (ARAÚJO, 2000, p. 20).

A história dos destituídos que chegavam à cidade é marcada pela inexistência muitas vezes do patrão e do trabalho enquanto a tradição confere ao ser humano honra através do trabalho devendo comer do fruto de seu suor como cita a bíblia sagrada no livro de gênesis 3,19. Os mendigos consolidam a prática da mendicância no espaço urbano e despropiados de suas condições de produção resignificam a profissão encontrada obrigando-se na alienação da força do trabalho ou do fruto do seu trabalho, é o depoimento de Da. Raimunda mendiga em Fortaleza: “[...] vender ervas é só um ‘bico’, que a profissão mesmo que Deus lhe deu foi pedir” (ARAÚJO, 2000, p. 23).

O deslocamento campo cidade promoveu o crescimento da população, conflitos e desenvolvimento de forças produtivas que colaboraram para que a cidade cumprisse a função

não só de explorar o campo, mas também, de funcionar como centro de produção tornado esse espaço propício para a luta de classes entre senhores e servos (SINGER, 2012). Surge, portanto, a classe de produtores urbanos com a característica de acumular valores que possam reingressar no circuito produtivo gerando sempre novos acúmulos.

Os projetos urbanos expressavam os interesses da classe dominante de “aformosamento” da cidade. Tendo em 1930, iniciado o processo de adensamento de Fortaleza o que atingiu 100 mil habitantes (PONTE, 2010). As depredações ocorridas no comércio pelos flagelados da seca de 1915 se intensificaram na seca de 1932, evidenciadas também pela resistência das classes populares, que por sua vez, fugiam dos controles e disciplinas criadas para atender as exigências da classe dominante nos espaços públicos e privados da sociedade. Utilizavam-se da ironia para combater as regras e resistir, enquanto a classe dominante migrava internamente do centro para a zona oeste da cidade formando os primeiros bairros ricos de Fortaleza iniciando o processo de segregação espacial.

As reformas urbanas em Fortaleza desde a primeira república foram marcadas pelo salto de uma paisagem de sobrados e belas mansões a uma sistematização alinhada dada a expansão em ritmo acelerado do crescimento populacional. Registrando-se também o envolvimento dos setores médico-higienistas junto a arquitetos e geógrafos que pensavam a realidade urbana a partir da questão da saúde pública, nascendo normas de higiene pública e privada, e afastamento do perímetro central urbano os matadouros, curtumes e cemitérios prevendo uma urbanidade onde a classe popular seria controlada pela medicina e polícia para dar vez a salubridade e disciplina (PONTE, 2010).

Figura 3 – Planta de Fortaleza e subúrbios (1875), de Adolfo Herbster, com traçado xadrez e *boulevards*



Fonte: Ponte (2010).

O espaço urbano brasileiro é configurado pela expansão da economia no setor industrial, a acumulação do capital e a concentração espacial e social marcado por conquista de direitos humanos e violações, onde pela a segregação espacial foi possível identificar o acesso ao meio de consumo coletivo revelado pela contradição entre riqueza e miséria.

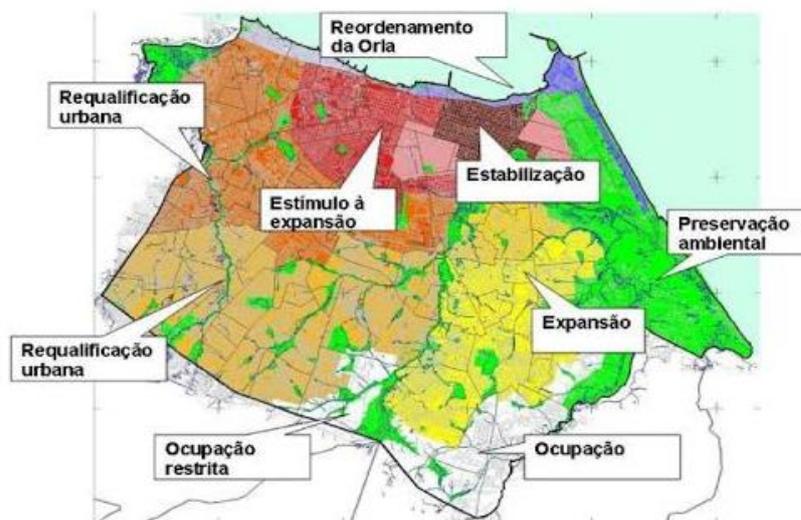
Para Maricato (2014), no artigo “Conhecer para resolver a cidade ilegal”, a política urbana nas grandes metrópoles do Brasil onde a população é 82% urbana, passa por um declínio pela ausência de movimentos sociais que reflitam além da moradia as problemáticas do desenvolvimento urbano, e pelos investimentos públicos orientados pelos interesses neoliberais.

Reconhecer o direito à cidade implica em estabelecer o diálogo entre cidade e campo e perceber a lógica capitalista inserida no tecido urbano subordinado à organização industrial com vidas cotidianas de produtores e consumidores controladas onde a mercadoria e o consumismo suprimem o papel da cidade (LEFEBVRE, 2001).

Assim se caracteriza o processo de urbanização na competitividade na segregação espacial que é anterior ao desenvolvimento das forças produtivas. Responsabiliza-se em primeira instância o acelerado crescimento da população pelo fluxo migratório e pela ausência de políticas rurais.

A cidade necessita de planejamento para realizar uma gestão eficiente e cumprir a sua função social por isso o plano diretor municipal é um instrumento que regulamenta o planejamento e o ordenamento do território voltado ao bem estar social.

Figura 4 – Macrozonamento urbano e ambiental



Fonte: Plano Diretor Participativo de Fortaleza (2006 *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2012, p. 29).

Está implicado com a cidade é sentir para compreender uma forma de viver a experiência **ético-humana** numa lógica **ético-afetiva** que vai do universal ao singular possibilitando a construção de subjetividades num recriar permanente da existência coletiva que se reflete em concepção de planejamento urbano (BOMFIM, 2010).

2.2.3 Massas rurais desenraizadas e trabalho

Aos retirantes restava engajar-se nas obras de infraestrutura pelo governo, inclusive, para construção de estradas e barragens trabalho que só alcançou acompanhamento pela luta sindical em 1980. A regulação era realizada sob as arbitrariedades dos governantes. Sabe-se também que em 1983, os retirantes deslocavam-se à Fortaleza para conseguirem esmolas e retornavam no final do dia ao sertão em transporte liberado pela Rede Ferroviária Federal S.A. – REFFSA (ARAÚJO, 2000). Ao chegarem à cidade orientavam-se pela linha do trem que lhes servia como instrumento para localização na cidade desconhecida, como camponeses sem terra para cultivar, e com o desafio de garantir a sobrevivência.

Os homens sempre foram, em política, vítimas ingênuas do engano dos outros, e do próprio, e continuarão a sê-lo enquanto não aprenderem a descobrir por trás de todas as frases, declarações e promessas morais, religiosas, políticas e sociais os interesses de uma ou de outra classe (LÊNINE, 1977, p. 38).

Pode-se dizer que os pobres trabalhadores homens e mulheres também vivenciaram armadilhas do plano migratório que fora elaborado especificamente na época da guerra em 1942 conjugadas ao período de seca, quando encaminhados pelo Estado brasileiro para trabalhar nos seringais da Amazônia como o “exército da borracha”, na época foram “recrutados 50.000 trabalhadores” pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA (ARAÚJO, 2000) onde apresentavam a oferta de assistência alimentar e de saúde. Por isso, com o objetivo em atender aos interesses políticos do Estado Novo e negociações com os Estados Unidos gerou-se na mobilização a expectativa do enriquecimento, resultando em grande desapontamento ao encontrarem as dificuldades inclusive com a malária conforme relatos do boletim da SEMT. “Foi-se o Jeca, com merenda, médico e enfermeira... contribuir na união dos mercados” (ARAÚJO, 2000, p. 730).

A expropriação de agricultores e a pouca qualificação profissional são fatores que expõem a grande maioria da população e favorecem a expansão das relações de dependências na economia urbana (SINGER, 2012).

Castells considera que as transferências de população não são suscitadas pelo dinamismo produtivo, mas pela acumulação progressiva de massas rurais desenraizadas e de populações das pequenas cidades fugindo à miséria e ao desemprego (SINGER, 2012, p. 84).

Na lógica da sociedade capitalista vem em primeiro lugar o mercado operando num brutal desenraizamento das pessoas para atender aos seus interesses. O sonho do camponês que já não conta com a terra para subsistência ao chegar à cidade é de ser incluído na indústria, no comércio, num emprego formal, e esse processo normalmente não se concretiza. Ou seja, restando-lhe a condição de exclusão social impossibilitados de exercer a cidadania (SAWAIA, 2011).

Os anos 70 foram marcados pelas secas de 1970, 1976 e 1979 que se estenderam a 1983. Ocorreram muitos deslocamentos de trabalhadores do campo do Ceará para atender o Plano de Integração Nacional na Transamazônica depois do convênio do Estado do Ceará e a Superintendência da Amazônia. Apesar de fiscalizações para garantir a ida de trabalhadores apenas que tivessem familiares no norte em pau-de-arara os agricultores partiam alimentando a esperança de garantirem terra e trabalho conseguindo escapar ao controle do governo. Foi quando a SUDENE com a pretensão de realizar uma reforma agrária instituiu o programa PROTERRA (ARAÚJO, 2000).

Nesse período o processo de urbanização brasileira salta para o nível de cidades milionárias saindo de duas cidades em 1960 que eram o Rio de Janeiro e São Paulo para cinco cidades como áreas metropolitanas (SANTOS, 1993). E o nordeste brasileiro registrou nos anos 1979 a 1983, 700.000 mortos por fome e fraqueza sendo considerado o genocídio do Nordeste. No Ceará foi criada a Coordenadoria de Assistência a Grupos Especiais (CAGES) para atender desde cegos a mendigos e migrantes. Os migrantes eram levados da estação ferroviária e rodoviária para a antiga Hospedaria Getúlio Vargas. O representante jurídico da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nacional, Daniel Rech denuncia: “Concentração é muito mais do que uma categoria espacial: corresponde a um processo político no qual uma classe assalta a outra com as bênçãos do Estado e de seus aparelhos” (ARAÚJO, 2000, p. 109).

Na seca de 1990 a 1993, o Ceará vivia a experiência com o governo das mudanças a Secretaria do Trabalho e Ação Social criou abrigo, cursos profissionalizantes e o Projeto São José para atender os agricultores por meio de associações. Ofereceu também incentivo financeiro para pequenos negócios na capital. Ainda não havia políticas que favorecessem a mudança os pedintes não eram alcançados. Apoiado pela mídia o governo divulgava os

descasos das prefeituras que não conseguiam evitar o êxodo rural. A imprensa divulga: “Miraíma exporta pedinte para as avenidas da capital” (ARAÚJO, 2000, p. 113).

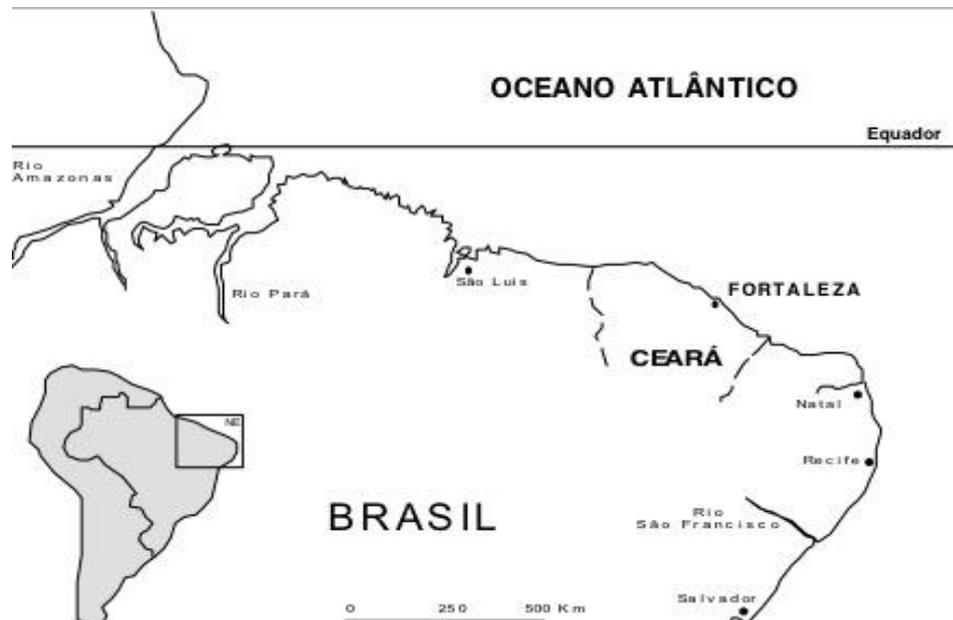
As políticas integradoras não surtiam os efeitos esperados. E isso podia ser previsto pelos recursos disponibilizados para a política social. O governo estadual das mudanças não se conformou e criou o um novo mecanismo optando pela retirada dos mendigos dos sinais. O agricultor Manoel Alves é testemunha das opções oferecidas aos sem terra: “Além do mais, os serviços que estão sendo feitos não tem futuro, os açudes e as cacimbas são todas nas terras dos proprietários, a gente faz um açude e quando ele tiver água o dono não deixa a gente pescar nenhuma piaba” (ARAÚJO, 2000, p. 113).

Na Idade Média o espaço urbano reunia funções que confere possibilidades de trabalho ao ser humano nas profissões de tecelãs, ferreiros, curtidores, prostitutas e padeiros. Mas, é a partir da industrialização que a cidade assume o papel de produção (BONFIM, 2010). E a relação dos habitantes com a cidade no contexto de ausência do fluxo de água no campo remete a um olhar sob as experiências testemunhadas sob o ponto de vista dos vínculos e dos desafios enfrentados porque a cidade movimento também é o lugar do encontro. Embora a segregação seja empecilho para uma vivência de cidadãos (BONFIM, 2010).

Aqui agente ganha sabão, aqui agente ganha fósforo, ganha sal, ganha arroz, a farinha, o feijão. E aquele dinheirinho que agente vai ganhando, vai sobrando pra levar pra casa [...] E nós, que pede assim, nós não deve nada a ninguém, que não precisa. Dá pra aguentar porque a população de Fortaleza é muito grande (ARAÚJO, 2000, p. 287).

O processo de urbanização somado a desqualificação social denuncia especulações econômicas alimentadas pela receita pública que se revela também na escassez de terra urbana para os mais pobres e que se impõe numa urbanização corporativa que fomenta a produção de espaços vazios constatada na ocupação territorial da população pobre condenada a viver nas periferias aglomeradas e submetidas a regras definidas por empresas privadas e o Estado (SANTOS, 1993, p. 96).

**Figura 5 – Localização de Fortaleza, capital do Estado do Ceará.
Região Nordeste do Brasil**



Fonte: Sabadia *et al.* (2000).

Com estas observações se quer chegar à realidade dos trabalhadores e sobreviventes implicada por exigências econômicas sociais no competitivo espaço urbano. Por isso, toma-se a Declaração de Filadélfia que definiu em conferência internacional os objetivos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em sua vigésima sexta sessão, em 1944, que define princípios fundamentais:

O trabalho não é uma mercadoria; que a liberdade de expressão e de associação é uma condição indispensável para um progresso constante; a pobreza, onde quer que exista, constitui um perigo para a prosperidade de todos; a luta contra a necessidade deve ser conduzida com uma energia inesgotável por cada nação e através de um esforço internacional contínuo e organizado pelo qual os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, colaborando em pé de igualdade com os Governos, participem em discussões livres e em decisões de caráter democrático tendo em vista promover o bem comum (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2014, p. 41).

Confirma Arendt (2010) de que o trabalho não seja reconhecido no seu valor mais essencial como defendia Marx na evocação da **suprema capacidade humana de edificação do mundo**, e sim na alteridade, pois a pobreza constitui um perigo para a prosperidade de todos. Partindo desse pressuposto, trabalhadores e trabalhadoras formais ou informais no decorrer do processo de ocupação da cidade se encontravam no coletivo de seus semelhantes e vivenciavam a dinâmica que lhes era imposta viver segundo as regras e leis estabelecidas para mantê-los num suposto controle.

2.2.3.1 Depoimentos de mulheres catadoras que vieram do interior e viveram na itinerância nos aterros sanitários da cidade de Fortaleza

a) Maria Iracy Teixeira – ASCAJAN

Cheguei em Fortaleza com cinco anos e comecei a trabalhar no lixão com oito. Vim com meu pai e minha mãe de Massapê. O meu pai foi agricultor e depois sapateiro mas num tinha condição de nós sobreviver lá. Quando chegamos aqui ele continuou sendo engraxate, mas num dava pra criar os oito filhos, e aí ele descobriu a rampa do lixão na Barra do Ceará e levou todos os filhos pra ajudar. Tenho 53 anos e só trabalhei três anos e 3 meses na fábrica de castanha, o resto da minha vida foi nos lixões. Trabalhei em quase todos os lixões de Fortaleza, depois da Barra do Ceará fui pra o Buraco da Gia e depois pra o Henrique Jorge perto de Caucaia, daí viemos pro Jangurussu que teve um tempo que foi transferido pro Maranguape e eu acompanhei mas depois voltou pra o Jangurussú. Tive dez filhos, morreu só um que foi assassinado e todos trabalham com catação e estudaram até ensino fundamental. Só uma concluiu o ensino, como é? O médio. E a outra cursa Serviço Social. A renda da catação sempre foi pra pagar comida. A nossa casa no Jangurussu nós ganhamos da COHAB. Quem trabalha oito horas na associação do Jangurussú ganha mais ou menos duzentos e setenta reais por semana, mas quando é período de festa nós recebe mais. Tenho lembranças ruins de abuso sexual comigo e com outras pessoas que eu vi. Já fui presidenta da associação e vou concorrer a presidência de novo quando puder. Eu me reciclo todo dia aqui.

b) Glaucia da Silva – ASCAJAN

Tenho 47 anos e vim de Baturité pra Fortaleza com meu pai e minha mãe com quatro anos. Trabalho há vinte anos com reciclagem. Viemos direto pra rampa da Barra do Ceará. Não tinha como ficar em Baturité, minha mãe já tinha vindo de Guaraciaba. Na rampa agente casquerava buscando material no lixão. Depois fumo pro Henrique Jorge e por ultimo pra o Jangurussú. Tive três filhos mas um foi morto por causa das drogas. Todos trabalharam no lixão e hoje estão na reciclagem. Eu tenho minha casa própria que recebi da COHAB mas aluguei e fui morar em outro lugar por causa da morte do meu filho. No lixão trabalhei mais a noite e era muito perigoso porque os caminhões atropelavam as pessoas. Tudo o que eu ganho é pra pagar as contas de casa comida e luz. Estou na associação desde quando era cooperativa a COCEL que passou por três presidentes homens e a ultima foi mulher a Jucilene e ai foi mudado pra associação.

c) Francisca Fernandes Souza – ASCAJAN

Tenho 67 anos e cheguei na Fortaleza com 25 anos, vim do Paracuru. Meu marido era pescador, aí fiquei viúva e não tinha mais condições de viver lá. Quando cheguei trabalhei em casa de família um ano e seis meses. Eu morava no Henrique Jorge aí fui trabalhar no lixão e conheci um novo companheiro e tivemos seis filhos, três home e três muier. Todos trabalhavam no lixão. Depois viemos pro Jangurussu onde adquiri minha casa de mutirão. Hoje moro com uma fia de 26 anos e dois neto. A minha renda da associação é pra pagar comida e energia.

d) Maria Elsa Ferreira da Silva – ASCAJAN

Teve uma seca no interior e meu pai vendeu as terra em Barra Nova, aí um tio nosso foi buscar agente pra Acarape. Tenho 60 anos e vim pra Fortaleza com 2 anos. Meu pai foi carregador de fruta no mercado São Sebastião e nós morava perto da Zé Bastos quando meu pai morreu. Ficou minha mãe e quatro irmão e eu fui pro Iguatu e depois voltei pra Fortaleza e fui morar no Bom Jardim. Ai me juntei e vim morar no conjunto palmeira e fui trabalhar na rampa do lixo. Acompanhamo quando a metade do material foi pro Jatobá e voltamo quando para o Jangurussu quando a

rampa voltou. Tive seis filhos que trabalharam como catador. Mas hoje trabalham noutra função. O que eu ganho aqui é pra alimentação e as coisas de casa.

e) Sebastiana do Carmo Alves – Presidente da ASCAJAN

Tenho trinta e sete anos e vim de Morada Nova. Tenho cinco filhos. Antes nós vivemos no Pacajus meu pai era carreteiro e fazia vassoura de palha e os filhos vendiam. Quando eu cheguei em Fortaleza eu tinha 16 anos e um filho de colo. Nem eu nem meu marido tinha estudo. Meu marido foi pra vacaria tirar leite. Com 17 anos viemo pro lixão e até hoje trabalhamos na reciclagem nós e os cinco filhos. Morei direto aqui no Jangurussu. Ainda trabalhei como faxineira, artesanato de brinco e cordão, bijuteria. A nossa renda agente investe em comida e manutenção nossa. Mas, a renda só melhora no final do ano ou em carnaval ou em festa, agora também vem a copa. Também melhorou com o material do Pão de Açúcar e o Extra.

2.3 SURGIMENTO DA ATIVIDADE DE CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM FORTALEZA

2.3.1 Industrialização e trabalho

“Vi ontem um bicho na imundície do pátio catando comida entre os detritos. Quando achava alguma coisa, não examinava nem cheirava: engolia com voracidade. O bicho não era um cão, não era um gato, não era um rato. O bicho, meu deus, era um homem”.

(O Bicho, Manoel Bandeira).

Tomando os primeiros registros da existência de catadores de materiais recicláveis o poema da obra “Belo Belo” de Manoel Bandeira publicada em 1947 denuncia a presença do ser humano no lixo em busca do alimento para a sobrevivência (VIEIRA, 2011). O trabalho do catador e catadora de material reciclável intensifica com o crescimento acelerado da industrialização somada às mudanças ocorridas no mercado de trabalho desde os anos 70 (MARUANI; HIRATA, 1998) observando o paradoxo dos avanços técnicos e atrasos sociais no Brasil. O seguimento que não representava uma atividade formal produtiva normalmente articulava-se com a sociedade através da família. Os catadores de materiais recicláveis, dentre os segmentos de trabalhos fragilizados contaram com ausência do Estado e por isso percorreram a via da luta por direitos sociais através da organização em movimento. A referência e o reconhecimento do trabalho se dão pela inserção profissional formal, mesmo que na realidade da sociedade moderna as forças tendem a definir e determinar a identidade distanciando-se da política – vida como lembra Bauman (2001). A diminuição da oferta de trabalho pela indústria resulta no aumento do desemprego nos anos 90 e aumenta a atividade da mulher nesse contexto destacam Maruani e Hirata (1998) ao tratarem sobre mercado e as fronteiras da desigualdade entre homens e mulheres.

No caso brasileiro, pessoas no setor privado formal, com carteira assinada, são hoje cerca de 20 milhões, um quarto da população economicamente ativa. Ainda há cerca de 7 milhões no setor público. Mas a população economicamente ativa é de 80 milhões: Como fica essa imensa maioria quando desaparece a família, minguada o Estado social e reduzem-se o emprego e renda? Como ficam os 26% de mulheres chefes de família vivendo em condições absolutamente dramáticas? (MARUANI; HIRATA, 1998, p. 13).

A industrialização chegou ao Ceará inaugurando um período em que ocorreram grandes acontecimentos no nordeste: o DNOCS foi transformado em autarquia, a construção da hidrelétrica Paula Afonso e a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Apesar de o Ceará ter vivido sucessivas estiagens, entre os períodos de duas grandes guerras mundiais, já apresentava um desenvolvimento industrial na região que iniciara desde 1940 com fábricas de tecido, de óleos vegetais, de cigarro, de pescados em conserva, usinas de Beneficiamento do caroço do algodão em vários municípios e oficina de fabricação de calçados. Esse processo foi intensificado a partir de 1980 com aumento da produção e elevado padrão de consumo concomitante a sérios riscos para os recursos naturais.

Tabela 1 – Unidades locais e pessoal ocupado, segundo categorias de uso, e atividades selecionadas na indústria Estado do Ceará 1998

Categorias de Uso e Atividades Selecionadas	Unidades Locais		Pessoal Ocupado	
	Nos Abs.	%	Nos Abs.	%
Total	627	100,0	91.433	100,0
Grupo I – Bens de Consumo Não-Duráveis	383	61,0	71.688	78,4
Alimentos e Bebidas	96	15,3	18.571	20,3
Têxteis	42	6,7	13.229	14,5
Vestuário	167	26,6	16.773	18,4
Couro e Calçados	34	5,4	18.838	20,6
Edição e impressão	17	2,7	2.070	2,3
Móveis	27	4,3	2.208	2,4
Grupo II – Bens Intermediários	198	31,6	13.730	15,0
Madeira	10	1,6	428	0,5
Papel	11	1,8	607	0,7
Química	25	4,1	2.219	2,4
Borracha e Plástico	21	3,3	2.152	2,4
Minerais Não-Metálicos	65	10,3	3.539	3,9
Metalurgia	9	1,4	639	0,7
Produtos de Metal (exceto Máquinas e Equipamentos)	28	4,4	2.128	2,3
Indústria Extrativa	26	4,2	1.736	1,9
Outros	3	0,5	282	0,3
Grupo III – Bens de Capital e de Consumo Duráveis	46	7,3	6.015	6,6
Máquinas e Equipamentos	19	3,0	3.407	3,7
Veículos Automotores	9	1,4	625	0,7
Aparelhos Elétricos/ Eletrônicos/ Comunicação/ Precisão	14	2,2	1.686	1,8
Outros	4	0,6	297	0,3

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional – Paer (BRASIL, 2014a).

Segundo as catadoras das associações SOCRELP (primeira do de Fortaleza criada com o projeto SANEAR) e ASACAJAN (Primeira com catadores do lixão), nos anos 70 a cidade de Fortaleza possuía 5 lixões localizados na Colônia (Barra do Ceará), Açude João Lopes, Buraco da Gia localizados na Secretaria Executiva Regional I (SER I), sendo transferidos para o bairro Henrique Jorge na Secretaria Regional III (SER III) e depois seguiu para o Jangurussú localizado na Secretaria Regional VI (SER VI). Os catadores e catadoras se deslocavam muitas vezes com suas famílias de um lixão para o outro, a procura de resíduos sólidos que tivessem mais valor e procura para a venda e facilidade de acesso aos depósitos. Os deposeiros (Os donos dos depósitos) costumam se instalar próximos aos lixões ou aonde exista uma grande remessa de resíduos coletados.

Atualmente, os depósitos estão localizados em todas as regionais do município de Fortaleza e evidenciamos os depósitos no Jangurussú próximo a ASCAJAN, no centro da cidade na Rua: Travessa Maranguape e Rua: Tereza Cristina, dentre outros que recebem materiais recicláveis de catadores avulsos e dependentes da estrutura oferecida pelo deposeiro (atravessador) como carrinhos, e adiantamentos financeiros. Por isso, os catadores e catadoras que trabalham de forma individual submetem-se as regras estabelecidas pelos deposeiros como valores dos resíduos coletados e aluguel de carrinhos cedidos criando com eles certa dependência.

Tabela 2 – Quantidade de Depósitos de Sucatas em Fortaleza no ano de 2012

SER	Quantidade de Depósitos de Sucatas
I	9
II	5
SERCEFOR	34
III	91
IV	4
V	107
VI	34
TOTAL	284

Fonte: Apoio e estruturação da cadeia produtiva de reciclagem e resíduos sólidos interligados ao DRS do BB – Fortaleza/CE, 2012 (*apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2012, p. 99).

Os catadores de materiais recicláveis constituem o novo quadro de atores sociais que emergiram do poder econômico da cidade. A catação de resíduos sólidos, segundo, depoimentos das catadoras Iracy (ASCAJAN), Musa (Associação Rosa Virginia), Da. Anete (SOCRELP), Charlyani (Rede de Catadores de Fortaleza) existe em Fortaleza a mais de 30 anos tendo a maioria dos catadores, na infância, trabalhado com suas famílias nos lixões. Da. Fátima (A Bá porque trabalhou como babá por um período de sua vida) catadora avulsa no

centro da cidade exerce essa atividade há 25 anos. Mesmo tendo a sua casa própria em Maracanaú viveu na Rua: Melvin Jones coletando material reciclável durante 20 anos, todas as semanas de segunda-feira a sexta-feira. Em 2007, foi obrigada a deslocar-se para a Rua: Teresa Cristina para proteger-se dos perigos do envolvimento do filho com drogas.

O sistema capitalista ao manter as relações sociais atrasadas no campo, como o latifúndio e ao mesmo tempo ao implementar as agro-indústrias assalariando o trabalhador, ambas provocando a expulsão dos trabalhadores do campo, jogam as famílias nas cidades sem as mínimas condições de vida, cujas áreas vão compor as periferias consideradas hoje cinturões de miséria da área urbana (FROTA, 1984, p. 130).

Dos mendigos **depauperados** e **maltrapilhos** que abundavam as ruas de Fortaleza (PONTE, 2010) emergiu a atividade dos catadores de materiais recicláveis e viabilizou à sociedade melhor condição ambiental e de saúde para a cidade pelos resíduos sólidos coletados. E nos lixões que ocorriam em aterros sanitários utilizados pela prefeitura acumulavam lixo rico em resíduos sólidos com possibilidade de comercialização e isso atraía os trabalhadores.

Em Fortaleza, a atividade é iniciada por volta dos anos 60 com a catação de garrafas de vidro, seguida nos anos 70 na busca de material reciclável nos lixos pelas ruas (ARAÚJO, 2000) até a presença dos trabalhadores nos lixões e por catadores avulsos dependentes de deposeiros que lhes fornece carrinhos e a compram o material coletado a baixos preços, até a fase, dos que têm conseguido perseverar na comunidade a capacidade de dotar ao trabalho sentido. A comunidade da reciclagem dos resíduos sólidos (ROSADO, 2013) se identifica pela coletividade e o trabalho na unidade de triagem eles vivem em comunidade considerando a troca da liberdade e segurança no percurso da individualização mediante o processo emancipatório da modernidade (BAUMAN, 2003).

Surgiu em 1999, o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR) na tentativa de atuar em rede numa dinâmica que possibilite a interação e desenvolvimento de estratégias para desbloquear as forças que impedem a desvinculação com o atravessador do produto e que buscar políticas públicas que possibilitem acesso ao resíduo sólido. O movimento ocupou espaço de luta pelos resíduos sólidos, mercadoria disputada e veiculada por especuladores. Foram propostas novas saídas e o fortalecimento na organização política dos catadores. Novas alternativas de trabalho com as mudanças ocorridas no mercado levam a questionar sobre liberdade e autonomia na contemporaneidade e adverte sobre os riscos produzidos em um mundo globalizado principalmente no que tange a organização.

2.3.2 Estado, desenvolvimento econômico e contradições

Na dinâmica do crescimento econômico na cidade de Fortaleza constata-se contradições do modelo civilizatório imposto pela sociedade dominante na composição dos “escravos urbanos” que circulavam e trabalhavam na informalidade pelas ruas compondo uma “massa de livres pobres” como vendedores, meretrizes, retirantes da seca, vadios, loucos e etc. Esses populares eram vistos pelo setor dos proprietários de forma preconceituosa considerando-os vagabundos ou povo desclassificado (BRUNO; FARIAS, 2011). As leis de Fortaleza e os códigos de postura caracterizavam-se por limitar e ordenar os deslocamentos no espaço público o que se faz realidade nos dias atuais. Segundo Castel (1998), os pobres desvalidos, desempregados e desfilados socialmente eram presença nas cidades.

O domínio público na história de Fortaleza foi respaldado por uma sociedade que assumia a defesa dos interesses dos setores abastados da cidade para acumulo de riquezas com função de gerar capital, tendo o Brasil se inserido no capitalismo mundial e atendendo o desejo da elite por uma cidade formosa. Por outro lado, no entorno desses desejos a cidade que abrigava os retirantes miseráveis da seca convivia com sérios problemas sanitários. O século XIX foi marcado pela **disciplinarização do espaço urbano na capital cearense** que o código de postura, lei que reúne um conjunto de normas para regulação e disciplina na cidade, previa desde a circulação das pessoas e ocupação espacial, comportamentos morais, até a padronização de espelhos colocados nas salas das residências numa **desprivatização** e a desindividualização como conceitua Arendt (2010) para proteger no ambiente público e garantir a relevância da questão. A produção do lixo também fugia ao controle previsto, pois, o costume era de jogar o lixo nas ruas e isso favorecia o aumento das epidemias (PONTE, 2010) numa desprivatização e a desindividualização (ARENDR, 2010) para proteger no público a única forma de garantir a relevância da questão.

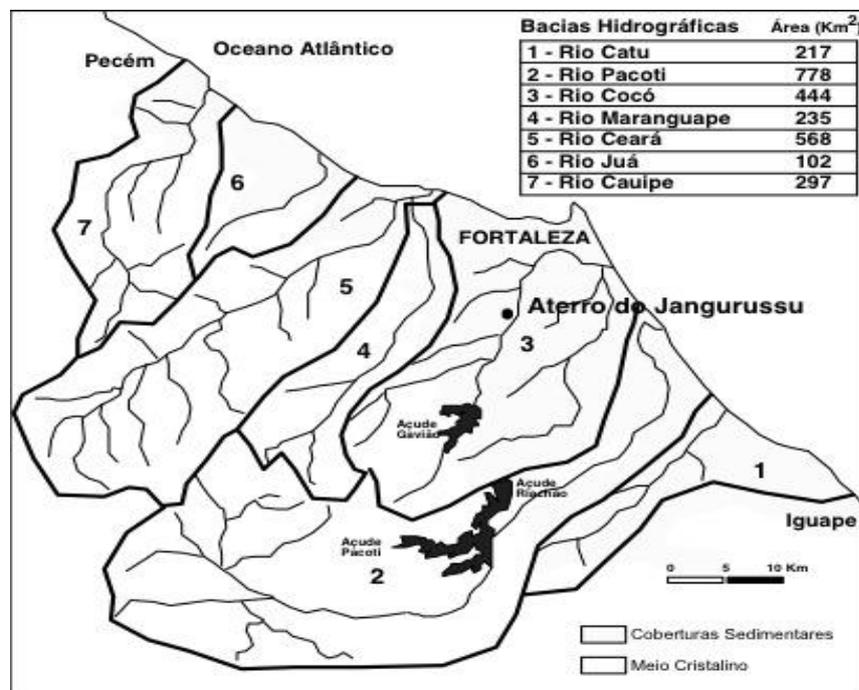
Com o crescimento desordenado da cidade e a ausência de novos planejamentos, após os anos 30 a população pobre, encontrou condições de sobrevivência fugindo do modelo sanitarista imposto na época e enfrentou todo tipo de impurezas e insalubridades para garantir, o alimento de cada dia apesar da violência social em que viviam.

Nos anos 90, a Prefeitura Municipal e Governo do Estado incentivaram pelo Programa SANEAR, a reciclagem de materiais recicláveis no bairro Pirambú com o objetivo complementação de renda e de educação do bairro como um plano de coleta seletiva. Segundo entrevista publicada pelo Jornal Tribuna do Ceará (1994) assessora do programa, Rosineide Lopes na época trabalhou em parceria com organização dos moradores do bairro Sociedade Comunitária

de Reciclagem de Lixo do Pirambú (SOCRELP) para divulgação e sensibilização do programa que pretendia cadastrar 4.500 domicílios com a meta de separarem 300g de lixo domiciliar reciclável. Na mesma entrevista o presidente da EMLURB, Dr. Stênio Teixeira referiu-se a desativação do aterro sanitário no Jangurussú que seria transformado numa estação de tratamento de resíduos recicláveis (JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ, 1994).

A transformação de aterro sanitário em estação de tratamento de resíduos sólidos viabilizou a organização dos catadores em associação, o que só aconteceu no Jangurussú por contar com acompanhamento da prefeitura. No documento sobre o estudo realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Estado do Ceará – SDU (CEARÁ, 1993) sobre a organização do Jangurussú menciona que a análise alternativa de organização, toma como base o perfil da população de catadores do aterro Jangurussú, detectado nas pesquisas de setembro/1990 e abril/1993, e que aponta para a escolha de uma forma menos complexa capaz de ser assimilada por comunidade ainda não afeita ao trabalho cooperativo. O estudo identifica a realidade dos catadores do aterro do Jangurussú para a implantação e funcionamento da UCLR.

Figura 6 – Localização do aterro do Jangurussú na bacia hidrográfica do rio Cocó. Centro sul da cidade de Fortaleza



Fonte: Sabadia *et al.* (2000).

A princípio à transição do aterro para UCLR envolve profissionais especializados para a sensibilização dos catadores quanto à forma associativa envolvendo coordenação,

cooperação e produção. Segundo o documento a UCLR foi criada para aproveitar os catadores sem destruição do “emprego” atual e para garantir a autonomia econômica e fonte permanente do trabalho. A instalação da unidade pretende beneficiar a produtividade econômica da catação, em função de um maior nível de aproveitamento do lixo por tonelada processada, por preços de mercado mais elevados, e com condições salubres de trabalho. Financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), construída pela SDU e operada pela EMLURB e pelos catadores organizados em associação a atividade seria realizada através de processo simplificado em esteiras rolantes com previsão de rodízio de equipes nos turnos contando com a certeza de que os custos de manutenção de equipamentos e instalações, não caberiam plenamente à associação de reciclagem. Porém, conta-se nesse processo com outros benefícios econômicos e sociais indiretos que decorrem da preservação de recursos naturais e aumento da vida útil dos aterros sanitários.

O cadastramento dos catadores e catadoras que estavam no lixão foi concluído em abril de 1993 detectou a existência de uma população flutuante. Dos 626 dos catadores e catadoras cadastrados somente 593 preencheram os quesitos completos. Dentre os que foram registrados 134 eram menores de 7 a 17 anos sendo 15% de mulheres, e dos 492 adultos restantes, 25% eram mulheres. Nesse período foi criada uma cooperativa com a participação restrita de catadores da área do Jangurussú chamada COOSEL.

Em dezembro de 2006 foi constituída uma nova organização dos catadores e catadoras após um seminário de formação com o nome de Associação dos(as) Catadores(as) do Jangurussú (ASCAJAN), constituída pelos antigos cooperados da COOSEL, cooperativa criada com os catadores cadastrados do lixão daquela área. Em fevereiro de 2005, a ideia era construir uma proposta coletiva de projeto um piloto de coleta seletiva com inclusão dos catadores do Jangurussú que foi nominado Reciclando a Vida e formara-se uma equipe gestora do projeto com representantes dos seguintes órgãos: Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (EMLURB), Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEMAM), Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-CE), Secretaria de Infraestrutura de Fortaleza (SEINF), Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), Pastoral do Povo da Rua (PPR) e Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza como entidade proponente do projeto. Em seguida realizou-se um diagnóstico social dos catadores da Cooperativa dos Catadores do Jangurussú (COOCEL) com 171 cooperados e diagnóstico técnico-operacional para fundamentação do projeto. Após a realização de vários encontros da equipe gestora com os cooperados registraram-se denúncias de irregularidades administrativas por parte da diretoria da

cooperativa concluindo com o fechamento da COOCELC, criada e acompanhada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Figura 7 – Localização Aterro Jangurussú



Fonte: Sabadia *et al.* (2000).

No processo de reestruturação da entidade jurídica dos catadores do Jangurussú e da reestruturação do galpão de triagem com o fechamento do espaço do complexo do Jangurussú para reforma e limpeza, com a duração de dois meses, reformas das esteiras, aquisição de equipamentos, caminhão de coleta seletiva, ocorreu o 1º Seminário de Catadores do Jangurussú com a presença de 164 catadores entre cooperados e não cooperados para consolidar uma nova gestão e planejamento de ações na perspectiva da inclusão dos catadores. O motivo da mudança de cooperativa para associação ocorreu para atender a necessidade de facilitar a gestão dos catadores na época.

A associação congrega serviços, atividades e conhecimentos em prol de um mesmo ideal, objetivando a consecução de determinado fim, com ou sem capital e sem intuítos lucrativos. Pode ter a finalidade altruística, sendo uma associação beneficente; egoística, sendo uma associação literária, recreativa ou esportiva; e econômica não lucrativa, sendo uma associação de socorro mútuo (SOUZA, 2007, p. 3).

A Fundação do Banco do Brasil em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego através do projeto CATAFORT de fortalecimento de cooperativas, associações e redes de catadores de materiais recicláveis,

desde 2007 envolveu em capacitação de 10.600 catadores em 17 estados e no Distrito Federal com objetivo de fortalecer o Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis para a transformação da vida de catadores do Brasil. O projeto está na terceira rodada e é executado pela Cáritas Brasileira organismo da igreja católica que atua no enfrentamento a pobreza e na valorização da profissão de catador e catadora de materiais recicláveis através de assessoria aos grupos de trabalhadores/as na formação de cooperativas e associações, em especial na coleta seletiva e na conquista de estruturas organizadas de trabalho. A Cáritas (2013) auxilia os grupos na obtenção de galpão de estoques, de equipamentos de proteção (luvas, sapatos, etc.), de máquinas de processamentos de matérias, entre outros. Os temas de maior discussão que a Cáritas (2013) tem acompanhado junto às associações da Rede de Catadores do Ceará é a erradicação dos lixões, a estruturação do trabalho e a política de coleta seletiva como atuação de desenvolvimento socioambiental, garantindo a autonomia de organização dos grupos.

No município de Fortaleza atualmente, há quinze associações de catadores de material reciclável algumas estão em estado de organização da vida jurídica, e encontram dificuldades com a complexidade burocrática e o custo operacional envolvido. Articulam-se através da Rede de Catadores do Ceará constituída juridicamente e reconhecida pelas 3 instâncias federativa Prefeitura Municipal, Governo Estadual e Governo Federal.

A Rede de Catadores do Ceará articula-se também com o Fórum Lixo e Cidadania que se reúne em Fortaleza onde diversas entidades e órgãos participam em reuniões ordinárias mensais para discutir as demandas sobre a política de resíduos sólidos e o protagonismo do catador de material reciclável.

O Decreto n.º 5.940, de 25 de outubro de 2006, que beneficia as associações de catadores foi instituído a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal e sua destinação a associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis (BRASIL, 2006). Foi realizado acordo com Rede de Catadores de Fortaleza e órgãos federais onde cada associação deverão receber doações em forma de rodízio, cumprindo período de seis meses consecutivos mudando em seguida para o beneficiamento de outra associação. Os órgãos que se envolveram nessa proposta de destinar os resíduos sólidos em Fortaleza a princípio foram: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Correios, Bando do Nordeste do Brasil (BNB), Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Banco do Brasil, Receita Federal, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Advocacia

3 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA REDE DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE FORTALEZA

3.1 MULHERES EM RITOS DE PASSAGENS NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

3.1.1 Dos lixões à organização de associações

A discussão sobre o espaço urbano transcende a ideia de acúmulo de capital segundo Zulmira (2010), em “Cidade e afetividade”. E é nos emaranhados da atividade da catação do material reciclável realizada pela mulher catadora que se podem observar as diversas interpretações, e novas formas de atuação, especialmente quando se trata de acontecimentos no espaço urbano. As dissonâncias propõem observar as relações sociais a partir do pressuposto do trabalho baseada na vida humana partindo, principalmente, de uma olhar as relações de homens e mulheres vivenciadas nas condições de extrema pobreza e desigualdades.

Os ritos de passagens são transições sofridas ou vividas na dinâmica de integração dos grupos numa sociedade que atribui papéis e institui modelos para reconhecimento de indivíduos e suas qualificações caracterizadas pelas mudanças e trocas num contraste que altera a intensidade que demonstra a viabilidade da atividade da catação.

Ao tratar-se da cidade de Fortaleza traz-se a memória registrada na “Fortaleza Belle Époque” (2010) que faz referência a revista ilustrada de arte e elegância Ba-Ta-Clan em 1926 quando enfoca o papel da mulher na época pela luta do poder médico-higienista por uma coletividade forte e produtiva (PONTE, 2010). A mulher de Fortaleza que já vinha sendo observada pelos seus poderes, saberes e atitudes escandalizantes. Primeiro, por não ter interesse em relacionamentos amorosos sérios. Segundo, por reivindicar pelo direito ao voto e por melhores oportunidades de trabalho. E terceiro, por questionar verdades em pé de igualdade com a superioridade física e intelectual dos homens. O texto afirma nas primeiras linhas que “o feminismo estava ganhando terreno no campo das atividades masculinas [...], com grande probabilidade de vitória” (PONTE, 2010, p. 172).

Os catadores se deslocavam na cidade conforme a prefeitura estabelecia os aterros sanitários para colocar o lixo, até saturar a vida útil daquele terreno. Catadores e catadoras com famílias inteiras trabalharam no lixão do João Lopes em 1956 a 1960 onde os caminhões da prefeitura faziam a coleta dos resíduos em caminhões abertos ou e em carroças. Com a intensificação do consumo em 1961 a 1965 a prefeitura destinava os resíduos para o lixão localizado na Barra do Ceará. Já em 1966 a 1967, o espaço utilizado pela prefeitura para destinar os resíduos era o Buraco da Gia nas proximidades da Avenida Mister Hall seguindo

para o lixão da Barra do Ceará quando Fortaleza já contava com 842.702 habitantes. Em 1968 a 1977, o lixão utilizado na cidade era ano Henrique Jorge, foi quando surgiu o primeiro caminhão compactador do Estado do Ceará, nessa época surgiam os primeiros *shopping's center's*. E o período de 1978 a 1988 ocorreu o surgimento do Jangurussú com 80 catadores crianças, adolescentes, jovens e adultos, chegando em 1992 com 400 catadores e 1997 com 501 localizado nas proximidades do rio Cocó ocupando uma área de 240.00m², sendo contabilizado um total de 69 crianças, no cadastramento da SDU (SANTOS *et al.*, 2013).

Às mulheres catadoras de materiais recicláveis da labuta nos lixões implicou o envolvimento para a organização na coletividade de associações e cooperativas, muitas histórias a serem contadas, muitas lágrimas roladas, muitos sonhos realizados e muitos deixados para trás. Ana Maria de Freitas da Cáritas Arquidiocesana e responsável pelo Programa Cataforte, programa de fortalecimento das cooperativas de catadores em Fortaleza lembra a colocação do catador Erivaldo representante do MNCMR no Ceará ao construírem a linha do tempo: “A catação de lixo era uma atividade de mulher, lembro que minha mãe em Pacatuba e outras mulheres faziam isso pra sobreviver, e elas começaram juntando vidro. Enquanto meu pai ia beber cachaça na bodega [sic]”.

A participação política principalmente além da força manual do trabalho realizado de sol a sol na exaustão das desesperanças essas mulheres presenteiam a cidade e a vida cotidiana de seus habitantes com um modo de vida mais humano (BOMFIM, 2010). A associação como organização de um grupo de pessoas que têm interesse comum e sem fins lucrativos é um dos direitos laborais previsto na constituição de 1988 no artigo 7º que visa à melhoria da condição social do trabalhador.

Quando as atividades predominantes na cidade fogem de padrões que o estilo de vida da sociedade impõe mediante a presença dos catadores de materiais recicláveis, emerge a vivência do rito de passagem para uma iniciação na superação de violências sociais que muitas vezes ocorrem de forma silenciosa. Há um fleche de sentimento de desenraizamento expressado na identidade individual e resignificado na identidade coletiva.

Desde a Idade Média, Le Goff afirma que o trabalho rural começou a ser reconhecido como rústico se opondo ao trabalho que conferia ao homem da cidade nessa época onde aconteceu a grande valorização do trabalho (BOMFIM, 2010). E como reflexo da Revolução Industrial, a vida nos dias atuais, se desdobra numa atualização da troca de informação, de cultura e poder. É nesse lugar, a cidade, que a maioria da humanidade vive nas dissonâncias e nos paradoxos.

Na busca pela historicidade indiscutível da extensão do trabalho feminino se depara com sucessivas situações de desvantagens e limitações intencionadas na restrição cada vez maior da mulher lhe indicando o âmbito familiar e o nível inferior salarial, e levando a produzir no labor a condição de exclusão. O pauperismo foi o pano de fundo dessa trajetória que no labor das profissões lícitas ou ilícitas, prezadas ou desprezadas revestiu os homens, como classe dominante, a consagração da desigual empreitada rendendo-lhe fontes lucrativas apesar de uma realidade social alimentada por relação de domínio.

Figura 9 – Catador se mistura a animais carniceiros no Lixão



Fonte: Izaías (2010).

O infortúnio desfrutado pelas mulheres no espaço urbano da Idade Média revelou que mulheres desejavam ardentemente a viuvez. Outra possibilidade para a condição de libertação seria fazer opção por uma vida de pobreza ou retirar-se a um convento (DUBY; PERROTP, 1992 *apud* CASTRO, 2011).

No romance de cavalaria *Yvain ou Le Chevalier au Lion* escrito em 1177 e 1181 por Chrétien de Troyes (MACEDO, 1997) referindo-se ao trabalho das operárias da seda e o sentimento de desesperança pela condição de miséria e de violência social em que viviam:

Sempre teceremos panos de seda e nem por isso vestiremos melhor. Seremos sempre pobres e nuas e teremos sempre fome e sede; Nunca seremos capazes de ganhar tanto que possamos ter melhor comida. Sem mudança teremos pão de manhã, pouco, à noite menos; Pois da obra de nossas mãos nenhuma de nós terá para se manter mais que quatro dinheiros de libra, e com isso não podemos ter bastante carne e panos; Pois quem ganha por semana vinte soldos não está livre de sofrer... E estamos em grande miséria, mas, com os nossos salários, enriquece aquele para quem

trabalhamos; Grande parte da noite ficamos acordadas e todo o dia, para isso ganhar. Ameaçam-nos de nos moer de pancada os membros quando descansamos: E, assim, não nos atrevemos a repousar.

Naquela época nas cidades também existiam as mulheres mercadoras que vendiam em pequenos pontos comerciais: bolos, frutas, legumes, especiarias, carne, panos. A história registra inclusive as mercadoras que foram acusadas de venderem produtos acima do preço em Nottingham (MACEDO, 1997). Por essa inserção no comércio garantiram diversas operações financeiras inclusive com empréstimos a juros, e nas comunidades judaicas essa atividade eram-lhes restritas. Muitas informações foram trazidas também por escritos religiosos, portanto, trazem muitas vezes forma e imagem feminina que tramitam em duas versões entre Eva a mulher má, e o modelo de perfeição de Maria. Tendo Eva por sua condição moral inviabilizado a herança da divindade direta às mulheres, atribuída especificamente a Adão. Jacques Le Goff, ao referir-se aos marginalizados no ocidente medieval, inclui as mulheres na categoria dos desprezados ou marginais (MACEDO, 1997). Além das mulheres, outros considerados nessa situação eram os loucos, anormais, mendigos, suicidas, leprosos e estrangeiros.

Para Foucault (1981), o corpo só se torna força de trabalho quando trabalhado pelo sistema político de dominação característico do poder disciplinar que se dá em primeiro lugar na organização espacial e em segundo lugar no controle do tempo. E a cidade com seu sistema fechado e de lógica própria dentro de uma lógica maior se insere aqui na lógica do trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Lefebvre (2001) defende que a cidade tem seu valor de uso e não de troca, e que ela não deve ser comercializada e nem mercantilizada. Portanto, o processo urbano deve contar que a cidade é uma continuidade em si mesma. Ela carrega sobre si o sentido da sociedade que trás a memória do rural.

A modernidade convida ao aprendizado da vida que não é dada como determinada (BAUMAN, 2001) e o desfrutar da cidadania nos processos urbanos requer um movimento criativo-dialético que vai do universal à singularidade individual. É nesse sentido que a cidade é o cenário em que os indivíduos vivem suas experiências cotidianas (BOMFIM, 2010). Porque a vida dos homens e das mulheres não é uma tarefa incompleta e o grande desafio é perceber que:

Quando nada, a condição humana no estágio da modernidade “fluida” ou do capitalismo “leve” tornou essa modalidade de vida ainda mais visível: o progresso não é mais uma medida temporária, uma questão transitória, que leva eventualmente (e logo) a um estado de perfeição (isto é, um estado em que o que quer que devesse ser feito terá sido feito e não será necessária qualquer mudança adicional), mas um desafio e uma necessidade perpétua e talvez sem fim, o verdadeiro significado de permanecer vivo e bem (BAUMAN, 2001, p. 155).

Na atuação das mulheres catadoras que não são maioria nas coletas de ruas, porém, nas associações representam 80% dos associados, revelam um aprendizado empírico que avança nas conquistas enquanto a maioria ocupa espaços das associações, redes, cooperativas e fórum. É possível ler uma história política de mulheres compreendida por sua condição de individualidade antes de ser sexo, antes de ser grupo.

Olhar a história do feminismo com as lentes da história das mulheres catadoras é acima de tudo vislumbrar no ímpeto do impulso vital intuitivo do ser que emerge conduzido por uma força que triunfa na ação política. Mesmo contando com a fragilidade de seus corpos, a divisão física do trabalho e segregação, surgem de maneira paradoxal desestabilizando modelos determinados, possibilitando um novo enfoque na história das na sociedade contemporânea. A identidade oprimida feminina impulsionada do fundo poço da vida desumanizada a garantia direitos resignificando a vida com cidadania.

Tabela 3 – Classificação por gênero dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis/Fortaleza – (Dezembro de 2005)

Classificação por Gênero		
SEXO	#	%
Masculino	685	75,6
Feminino	221	24,4
TOTAL	906	100,0

Fonte: IMPARH (pesquisa direta).

Scott (2002), em “Cidadã paradoxal”, registra a categoria de gênero como conceito político que diz respeito às relações de poder criticando o fundamentalismo baseado na natureza do ser para fins de segregação levando as mulheres a debater sobre diferenças e igualdades de sexo. Para isso, é necessário que a ciências sociais trate de uma análise a partir da caracterização das relações dialéticas entre os sexos para uma discussão sobre gênero (PULEO, 2000).

No modo de produção da atividade de catação de materiais recicláveis se percebe conflitos enfrentados pelas trabalhadoras e revelados na precariedade das condições de vida, nas relações de poder alimentado pelos laços patriarcais vividos nos galpões de triagem e que se estendem às famílias. É preciso considerar que nos depoimentos das catadoras elas registram suas infâncias vividas no lixão onde famílias inteiras catavam para garantir a sobrevivência, detectou-se no documento da SDU que existiam crianças a partir de oito anos. Na pesquisa sobre as mulheres castanheiras das indústrias de castanhas do Ceará, Frota (1984) trata da reprodução da desigualdade lembrando a cruel situação e o clima de tensão que viviam no trabalho indicando a moradia e a família como espaço de possibilidade da vivência de liberdade.

suas experiências e trocas simbólicas (BOMFIM, 2010) em busca de uma vida digna se recriam na existência como Iracy catadora da ASCAJAN que sempre diz: “Eu me reciclo a cada dia com o lixo”. Algumas dizem que houve tempo que só olhavam para o chão. Ergueram a cabeça e passaram a olhar para frente depois dos encontros com a Cáritas e o Fórum Lixo e Cidadania. São depoimentos de mulheres catadoras registrados em entrevistas, assembleias, e no fórum.

A catadora sabe que, até alcançar o presente prescrito na lei, há um tortuoso caminho por gabinetes e casas. Teremos que ganhar na confiança, prestando um bom serviço com a parceria da Prefeitura, a partir da nossa organização, continua (A VIDA..., 2013).

Para Marx (1971, p. 92), “o trabalho é a substância social comum a todas as mercadorias”. Portanto, é expressão da vida humana, e é através dele que a relação do homem e natureza é alterada passando pelas transformações de si mesmo. Tais transformações ocorrem mediante um processo social e não especificamente natural, pois, ele interage na realidade com fatores da intenção humana e subsiste como um processo cíclico. Por isso, destaca-se aqui a dissertação de Rubia Cristina Martins Gonçalves, do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da UECE, em 2005, sobre a voz dos catadores em luta por sobrevivência e enfatiza-se o pensamento da urbanista brasileira Ermínia Maricato:

A exclusão social para Maricato (1994) envolve uma situação complexa que abrange a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente, a falta de voz. Ainda para essa autora a exclusão social tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental (GONÇALVES, 2005, p. 22).

O trabalho social transforma o produto em mercadoria porque não atende apenas uma necessidade pessoal individual, mas satisfaz uma necessidade social. Partindo desse princípio, observa-se a atividade dos catadores e catadoras nos galpões de triagem, considerando que a força do trabalho é uma força natural agregada pelas potencialidades humanas, e que se desenvolvem por essa capacidade. Essa força revela-se na divisão do trabalho que aponta para o nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Como andarilhas pedintes percorrem a cidade saindo da região metropolitana ou da periferia ao centro de Fortaleza carregando seus carrinhos hora vazios hora transbordando de cheios com seus corpos tracionados, suados, mal alimentadas, sensibilizando comerciantes ou abrindo sacos de lixo domiciliares. Segundo pesquisa do IMPARH (2006), 11,8% dos catadores de Fortaleza apresentam problemas dermatológicos devido a insalubridade, 19,1% têm problema de coluna e 6,8% têm problemas respiratórios, e mais, o acréscimo da violência.

São muitas expressões, muitos rostos, muitas reações somadas à invisibilidade enfrentadas pelas trabalhadoras urbanas. Da. Fátima catadora avulsa do centro dizia que depois de sofrer muita violência doméstica do marido caminhoneiro, resolveu ir embora com os quatro filhos e os criou com o trabalho da catação. As maiores dificuldades fora o envolvimento dos filhos com as drogas. São as ofertas da cidade alegrias, tristezas, vida e morte. Entre produção e consumo a vida e o trabalho movem-se cumprindo um movimento cíclico da natureza que se manifesta como crescimento e como declínio (ARENDDT, 2010).

Tabela 4 – Tipos de violência sofrida pelo catador de material reciclável/Fortaleza – (Dezembro 2005)

Tipos de Violência sofrida pelo catador	#	%
Nenhuma	599	66,1
Física	139	15,3
Briga de rua	85	9,4
Psicológica	71	7,8
Sexual	8	0,9
Outras	33	3,6
NS/NR	5	0,6

Fonte: IMPARH (pesquisa direta).

Anterior à organização das associações só restava às catadoras circular as ruas e interagir no espaço público e na força do trabalho, muitas vezes acompanhadas pelos filhos, maridos ou companheiros. Acumulavam atividades e ocupações numa produtividade que se desdobravam no tempo e no espaço. E como obra das mãos e do esforço com a capacidade de dialogar resultou a categoria dos catadores o espaço político num agir que deriva da pluralidade humana e permite superar as artimanhas dominadoras dos homens que não se envolvem com discussões banais para não perder tempo. Arendt (2010) diz que o trabalho e a obra na verdade não eram desdenhados pelos gregos, o fato é que as necessidades da vida é que garantiam a escravização. Por isso os homens só poderiam alcançar a liberdade sujeitando e dominando outros à força sujeitando-lhes suas necessidades.

Um elemento indispensável para tratar são os conflitos vividos pelo segmento quando os homens não concordam em participar de espaços de discussão sobre o trabalho que eles realizam ou sobre novas possibilidades na reciclagem como a criação artesanal. Na cidade plural a diversidade também precisa ser reconhecida é preciso sensibilidade para escutar também outras vozes. Também com os moradores dos domicílios não é fácil às vezes a relação. Da. Marilene catadora da Jurema para se fazer entendida resolveu adaptar uma nova letra na canção da infância e pediu para Da. Chiquinha separar para ela material reciclável domiciliar e não lixo. A Dinha catadora do Jangurussú e artesã enfrenta as críticas dos

associados que não querem aceitar o seu trabalho para a própria associação de artesanatos com recicláveis porque é muita moleza elaborar colchas de retalhos, tapetes, sacolas, cestas e adereços decorativos. Embora, com esse trabalho ela alcance outros doadores ou geradores de resíduos. Tudo isso está nesse cenário da vida ativa de trabalho, obra e ação.

3.1.3 O galpão de triagem

O galpão de triagem é o sonho de todo catador e catadora como espaço adequado para selecionar o material reciclável. Foi expresso em diversas vistas nas ruas e reuniões do Fórum Lixo e Cidadania. Se eles garantem o espaço para selecionar e armazenar protegido de chuva pode ser garantido o tempo da valorização do produto que sofre as especulações dos depósitos que apostam na ausência dessa infraestrutura e a impossibilidade de armazenamento para negociar o preço para a mercadoria ao seu critério.

Da. Maria e Sr. José catadores da Rua: Melvin Jones no centro de Fortaleza era conhecido à organização do casal. Morando no bairro Dendê se deslocavam todos os dias às 6h da manhã para o centro e retornavam para casa as 20h:30min quando terminavam o trabalho de seleção e amarração do material seguido de varrição do espaço da rua que utilizavam. Diziam que era importante manter limpo aquele espaço para os comerciantes se agradarem e continuarem disponibilizando material. Além disso, em acordo com o dono do estacionamento guardava a mercadoria em sacos ou amarradas em fardos para aguardar a vinda do caminhão dos depósitos que negociavam o preço ali no local. Mas quando chovia era só clamor. Da. Maria que estava sempre chorando aos 65 anos de idade e com problemas cardíacos às vezes chegava à passar alguns dias sem aparecer por está internada, mas, quando chegava do hospital imediatamente acompanhava o marido. Sr. José colocava uma cadeira para ela e saía a juntar papelões, plásticos. Tirava também muito material dos *containers* colocados ao longo da rua e precisavam ser rápidos para evitar que o caminhão do lixo recolhesse.

A relação social na produção requer que o trabalhador e a trabalhadora controlem as ocorrências dos processos naturais para que a força humana de trabalho promova o desenvolvimento humano. Para isso as regras para funcionamento dos galpões precisam ser discutidas e acordadas.

O setor de produção do galpão de triagem das associações organizada funciona com o trabalho distribuído em 4 áreas: primeira área é onde o resíduo seco é colocado em alguns galpões existe uma rampa de cimento arrodada por alambrado formando um tipo de gaiola onde o resíduo sólido coletado é colocado ainda misturado para passar pelo processo de

triagem pelos catadores, que para facilitar o funcionamento deste setor um catador fica na parte interna da rampa mexendo e facilitando a decida do material. A segunda área é o lugar onde os resíduos (papel branco, jornal e revista, garrafas peti, plásticos de embalagens, tetrapack (caixas de embalagem de leite), filmes (sacos para lixo), ferros, latinhas de aço, alumínio e vidros), estão separados em tambores onde podem ser pesados em grande balança, ou após o caminhão carregado em balança própria; a terceira área é a das prensas onde funcionam 2 prensas para diminuir o volume do produto selecionado, em seguida são amarrados em fardos e finalmente; e na quarta área onde armazenam produto e carregam caminhões após comercialização com os intermediários deposeiros. As vendas diretamente para a indústria não são realizadas porque conseguem armazenar quantidade em tonelada de material suficiente pela ausência de capital.

A divisão do trabalho é organizada segundo afinidades e habilidades dos catadores que são distribuídos em cada área. O turno da manhã funciona de 8h às 11h30min, e à tarde de 13h às 16h:30min alguns assumem quatro horas diárias, outros trabalham oito horas onde um turno equivale em média o valor de R\$13,04 (treze reais e quatro centavos) dependendo da quantidade de resíduos doados e ou coletados. Os caminhões das associações normalmente saem às 7h para pegar resíduos já agendados e retornam às 12h30min. As mulheres representam 80% de catadores nas associações, inclusive da ASCAJAN com maior número de associados. “Do produto individual de um artífice autônomo, que faz muitas coisas, a mercadoria transforma-se no produto social de uma união de artífices, cada um dos quais realiza ininterruptamente uma mesma tarefa parcial” (MARX, 1971, p. 454).

A saída dos catadores e catadoras do antigo aterro sanitário para a organização em cooperativa ou em associações gerou uma série de mudanças em suas vidas, enquanto garantia a inclusão social buscando por melhor renda foram sobrecarregados por pressões que não foram superadas pela modificação do trabalho, mas que se intensificaram como: problemas financeiros, as dificuldades na organização do trabalho e o desafio das parcerias institucionais (COCKELL *et al.*, 2004). Mesmo trazendo na memória momentos difíceis: “Eu vivia com o pé no chão disputando lixo com o bico do urubu pra comer” (Catadora Maria Iracy Teixeira que chegou ao lixão da Colônia na Barra do Ceará com oito anos de idade).

A participação ativa das mulheres se destaca na ocupação de espaços de poder, formando rede e animando os grupos de catadores e é imprescindível para a compreensão das relações de desigualdades. Para Foucault (1981), a relação de poder deve ser analisada no grande modelo da guerra e da batalha na inteligência das lutas, estratégias e táticas. O poder é uma força reprodutiva que atravessa o corpo social em permanentes negociações. O

movimento feminista considerando o que foi fixado às mulheres somente a condição de sexo recria ou reinventa a própria existência das mulheres na política, na cultura e na economia (FOUCAULT, 1981). Não sendo o poder considerado por Foucault aquilo o que aprisiona ou censura e sim aquilo que produz. Segundo ele, a vida política, as relações de economia e aos grupos de ação revolucionária a partir século XIX se revelam em representações de poder. Por isso as relações de poder devem está entre as coisas mais escondidas no corpo social, ou seja, nesse grupo social ao qual estamos submetidos (FOUCAULT, 1981).

Figura 11 – Parte interna – galpão ASCAJAN



Papelão empilhado ao lado das rampas



Balança



Resíduos secos à selecionar



Bags - Sacos para resíduos selecionados



Prensa



Papel Branco

Fonte: Fotografias do acervo pessoal da autora (2013).

Na realização da atividade de trabalho se verifica na execução das tarefas através método da Análise Ergométrica do Trabalho (AET) que os trabalhadores e trabalhadoras da reciclagem nos galpões em grande maioria descumprem o uso de equipamento de proteção individual (EPI) possibilitando a exposição a uma variedade de riscos de doença ou acidente de trabalho ao manipularem o lixo que não passou por uma forma adequada de coleta. Como também trabalham com a roupa que veem vestidos. No galpão do Bonsucesso quando a cogestão acontecia com ECFOR e Associação Aran, no ano 2012, houve uma tentativa do uso de batas, porém as catadoras se recusaram a usar porque dava a impressão de que eram funcionárias ou estavam submetidas à prefeitura. Querem deixar os papéis distintos.

A força produtiva do trabalho se dá numa ação limitada de contínuas repetições e concentração de atenção para um efeito útil que seria minimizar o gasto de força, esse é o método da divisão manufatureira do trabalho é observado por Marx (1971). Os galpões das associações de catadores com diferentes tamanhos e espaços têm a função de possibilitar a seleção dos resíduos sólidos (lixo seco) que chegam ainda misturados e colocados para serem selecionados, e encaminhados às prensas, ou para amarração e empilhamento até a venda do produto. Atualmente, 3 galpões de associações (Jangurussú, Maravilha e Bonsucesso) são parceiros diretos da Prefeitura Municipal aos quais são destinados, ainda timidamente, resíduos secos por não ter implementado ainda uma coleta seletiva dos resíduos sólidos.

Como foi dito anteriormente, o trabalho está dividido por afinidades e habilidades alguns selecionam mais rapidamente o papel, outras são hábeis com as caixas tetrapak ou latinhas, outros com as garrafas peti. A ASCAJAN é a maior associação tem 70 associados com faixa etária de 25 a 60 anos. Existem vínculos familiares entre os associados como irmãos, filhos, maridos e esposas. As regras da associação são orientadas pelo estatuto.

Diagnosticar os problemas do corpo social a partir dos **sujeitos constituintes** para Foucault (1981), só poderia acontecer se a análise genealógica se encarregasse da busca do sujeito na trama da história que pudesse dar conta das constituições dos saberes, dos discursos e domínios. O grupo social de catadores dessa forma seria marcado em sua singularidade. Homens e mulheres que vieram de vários lugares diferentes e se encontraram na catação uma célula geneticamente distinta que teve origem com diferentes identidades identificadas pela história (FOUCAULT, 1981).

Normalmente, os homens estão na prensa, na amarração dos fardos e carregando os caminhões. O trabalho realizado por todos leva horas com as pessoas se encurvando e se levantando. As mulheres que ficam com o papel despejam os tambores na esteira e rasgam papéis em outro tambor, fica selecionando o tetrapak e um homem mais jovem fica puxando os

resíduos misturados na rampa indo de um lado para o outro fazendo chegar mais resíduos para aquelas que estão embaixo, este se reveza com outro ou outra. Quando os *bags* (sacos grandes) estão cheios são colocados nos cantos para aguardarem a vinda dos caminhões dos depósitos. Às vezes, a pesagem é feita dentro do galpão, outras vezes a carrada é pesada na balança de caminhões. Quando têm muito material eles preferem pesar a carrada no caminhão.

Figura 12 – Galpão ASCAJAN – latinhas de alumínio



Fonte: Fotografias do acervo pessoal da autora (2013).

A convivência social no galpão nem sempre ocorre de forma harmoniosa. Os conflitos acontecem principalmente por sucessivas cobranças desde ao cumprimento dos horários à quantidade de resíduos conseguidos por semana. Lembram quando estavam no lixão faziam uma renda maior por semana, algumas vezes. Vivem amedrontados com o valor que vão conseguir alcançar a cada semana. Enquanto, isso as catadoras mais velhas se lamentam de problemas de saúde como cansaço, dor no corpo e querem justificar ausência sem fazer consulta no posto de saúde para trazer atestado médico. Outras saem para representação externa, junto a Rede de Catadores, Fórum Lixo e Cidadania, ou para alguma articulação com órgãos públicos são às vezes mal vistas como oportunistas acusadas de ganhar trabalhando menos como aquelas que trabalham na parte de cima do galpão com o artesanato que apesar de costurar os *bags* (sacos grandes) para facilitar o transporte dos resíduos e produzirem tapetes e outras peças encomendadas para uma renda são citadas por passarem muito tempo sem selecionarem material.

As mulheres catadoras se queixam pela falta de compreensão dos catadores homens que não são bem dados ao diálogo e insistem que os trabalhos braçais são mais importantes. A articulação com novos parceiros doadores e grandes geradores de resíduos

normalmente é realizada pelas mulheres. Por outro lado, a parte financeira tem sido de responsabilidade dos homens que conhecem melhor os números. Sr. Arnaldo responsável financeiro da ASCAJAN já cumpriu mandato de presidente e está sempre com a parte financeira porque é dos poucos alfabetizados.

Quando pediram a assistente social Liana da EMLURB órgão que faz a cogestão com a associação pra organizar alguma formação ou oficinas para melhorar a convivência do grupo poucos comparecem e estas são sempre mulheres. Todas as sextas-feiras pela manhã eles se reúnem para uma prestação de contas após o lanche.

Figura 13 – Reunião de prestação de contas no refeitório da ASCAJAN



Fonte: Fotografias do acervo pessoal da autora (2013).

Em Fortaleza, das quinze associações de catadores apenas oito possuem galpão. As associações não conveniadas diretamente com a prefeitura como a SOCRELP (Pirambú), Rosa Virgínia (Parque Santa Rosa), ACORES (Serrinha), Viva a Vida (Otávio Bonfim), Reciclando (Tancredo Neves) e que têm galpão próprio contam com catadores externos que fazem as coletas e selecionam no próprio galpão. E recebem também doações de resíduos de órgãos federais, de grandes geradores e de condomínios residenciais.

Transportar os resíduos representa um dos maiores desafios enfrentado pelas associações e pela falta de uma logística adequada se perde muito resíduo. Apenas quatro associações dispõem de caminhão para transportar os resíduos sólidos e com algumas dificuldades como manutenção, abastecimento. Outro desafio é que para agregar mais-valia

ao produto os catadores necessitam obter um grande volume em estoque de cada produto comercializado no mercado.

Fortaleza é a primeira capital do Nordeste e a terceira do Brasil com a maior geração diária de resíduos sólidos por pessoa. Com cerca de 2,4 milhões de habitantes, em 2010, a cidade contabilizou 553,4 mil toneladas de lixo domiciliar (SARAIVA, 2012). Este levantamento está registrado no PMGIRS de Fortaleza, elaborado para orientar a gestão de resíduos, a partir da análise do crescimento populacional e dispõe seus resíduos para Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia (ASMOC).

Figura 14 – Localização dos pontos de destinação final de resíduos na Região Metropolitana de Fortaleza



1. Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia – ASMOC
2. Aterro Sanitário Metropolitano Sul em Maracanaú – ASMS.
3. Aterro Sanitário Metropolitano Leste em Aquiraz – ASML.
4. Aterro Sanitário de Pacatuba.
5. Estação de Transbordo de Jangurussu (Fortaleza/ASMOC).
6. Aterro Sanitário de Horizonte.
7. Ampliação do Aterro Sanitário de Caucaia – ECOFOR.

Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (2012).

Segundo Firmeza (2005), a caracterização dos resíduos sólidos, a coleta do lixo domiciliar é a mais onerosa e, onde é encontrada a maior parcela de resíduos urbanos, é coletada de forma sistemática, pela empresa ECOFOR concessionária da Prefeitura de Fortaleza que recolhe o material disposto nas ruas, sem nenhuma separação, em rotas predeterminadas, três vezes por semana de forma alternada, nos turnos manhã, tarde e noite, em caminhões coletores compactadores (equipamento que comprime o lixo para reduzir o seu volume). Parte do lixo das SERs II, IV e VI coletado é transportado para a unidade de triagem de Jangurussú, aproximadamente, (10 a 20%), no entanto, são triados apenas 3 a 4% de materiais recicláveis. O rejeito da triagem e a outra parte dessa coleta (80 a 90%) – que está disposta na estação de transferência vai para o ASMOC, por meio de caminhões tipo carretas basculante de 40m³. O restante de lixo domiciliar coletado das SER I, III e V é transportado e

disposto no ASMOC, sem nenhum processo prévio de aproveitamento, conforme observado no reconhecimento de campo (FIRMEZA, 2005).

Tabela 5 – Descarga de resíduos sólidos no ASMOC em 2011

Tipologia dos resíduos aterrados	Toneladas por ano	Toneladas por dia
Ponto de lixo	531.557,35	1.456,32
Entulho	296.421,36	812,11
Podas	48.248,84	132,19
Varrição	5.173,20	14,17
Capina	131.624,72	360,62
EMLURB	12.212,47	33,46
Grandes geradores	165.457,02	453,31
Caucaia	131.989,20	361,61
Coleta domiciliar de Fortaleza	597.474,32	1.636,92
Totais	1.920.158,48	5.260,71

Fonte: ACFOR, 2012 (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2012, p. 74).

O reconhecimento desse trabalho, ou melhor, a condição laboriosa desses trabalhadores apresenta em si os estigmas reproduzidos até os nossos dias pelo pensamento religioso de que o trabalhador deve ser digno do seu próprio sustento tornando lícito o ofício por eles desenvolvido.

Na atividade social da catação de materiais recicláveis os catadores organizados em associações e cooperativa resignificam a sua existência social e surgem reabilitados por sua utilidade coletiva. O trabalho manual desprovido das regulações, não permite que o trabalhador ou a trabalhadora sejam considerados verdadeiramente livres, pois sofrem as piores cobranças e os submetem a obrigações gerais e ao sistema de caráter coercitivo. Esses “processos devoradores” (ARENDDT, 2010, p. 123) de trabalho e consumo que ameaçam o ser humano como processo natural de crescimento e declinação, encontra resistência na condição da vida humana.

Ao tratar da vida ativa e a condição humana, Arendt (2010) aponta três atividades básicas que correspondem à vida humana na terra. O trabalho que corresponde ao biológico, a obra que corresponde a não naturalidade que abriga vida individual, e ação como atividade da política que acontece entre as pessoas e corresponde pluralidade na própria condição humana (ARENDDT, 2010). As condições pelo qual a vida é dada é que cria a condição humana o que se difere da natureza humana. As condições são criadas constantemente pelo ser humano.

Quando Marx enfatiza que o trabalho diferencia o ser humano do animal registra o trabalho como uma necessidade da natureza humana, analisa Arendt (2010), sua teoria tem pretensão mais que emancipar as classes trabalhadoras, emancipar o homem do trabalho. Segundo os catadores de materiais recicláveis a motivação ao trabalho de colaboração

simultânea manufatureiro nos galpões trouxe para eles qualidade de vida permitindo-os viver no círculo da vida “labutando, e descansando, trabalhando e consumindo” (ARENDRT, 2010, p. 131). O que não está previsto é que suas fadigas na benção da vida em geral possam ser consideradas como um cartão de acesso a cidadania e acesso aos direitos fundamentais.

A gestão administrativa conjunta do sistema da prefeitura com a associação de catadores enfrenta problemas que precisam ser superados ainda nos dias de hoje, vinte anos após a sua implementação, no referente a recursos humanos, implementação definitiva da coleta seletiva domiciliar pelo poder público e a garantia da autonomia dos catadores nesse processo.

A atividade de catação de material reciclável atualmente configura-se em um trabalho caracterizado como uma ocupação regulamentada, embora informal. É uma atividade incluída desde 2001 no Catálogo Brasileiro de Ocupações – CBO (2010) sob o no. 5192-05, e mesmo assim, não estão sendo garantidos direitos sociais e trabalhistas destes que vivem e trabalham em condições precárias.

Figura 15 – Rampas de cimento (bairros) do galpão de triagem onde o resíduo é colocado para ser selecionado/ASCAJAN



Fonte: Fotografias do acervo pessoal da autora (2013).

3.2 REDE DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM FORTALEZA, RELAÇÕES DE GÊNERO, PARCEIROS E CONQUISTA DE DIREITOS SOCIAIS

3.2.1 O Fórum Lixo e Cidadania

Os catadores de materiais recicláveis como trabalhadores encontraram uma possibilidade de sobrevivência e de inclusão ao mercado. Apesar da relevância da atividade para o meio ambiente o foco maior tem sido o econômico.

Através da organização e luta do MNCMR por direitos se alcançou o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) após aprovação da Lei nº 12.305/10. Esse plano está correlacionado com os Planos Nacionais de Mudanças do Clima (PNMC), de Recursos Hídricos (PNRH), de Saneamento Básico (Plansab) e de Produção e Consumo Sustentável (PPCS). E pretende dialogar os conceitos e propostas para viabilizar a interface entre diversos setores da economia compatibilizando crescimento econômico e preservação ambiental com desenvolvimento sustentável segundo informação do Ministério de Meio Ambiente (MMA).

O Fórum Lixo e Cidadania (FLC) do Ceará é um parceiro que tem como objetivo viabiliza a discussão da política de resíduos sólidos no Estado do Ceará e nos municípios com inclusão produtiva de trabalhadoras e trabalhadores da catação de materiais recicláveis. Nesse contexto, é preciso considerar a participação das mulheres em especial nas formas de organizações nos movimentos sociais, nas associações e demais espaços de luta por direitos possibilitando conquista de direitos violados. “Gênero é também um conceito ancorado na história, um instrumento analítico que traduz na academia o que os movimentos feministas escreviam nas ruas: o sexo é político” (BRUSCHINI; UNBEHAUM, 2002, p. 118).

Atuando na articulação de instituições governamentais, não governamentais e rede de catadores concentra esforço em planejamento de ações para estabelecer metas, definir responsabilidades e garantir mais conquista para a sociedade. Especialmente, pela inclusão sócio produtiva de catadores de materiais recicláveis na cidade de Fortaleza, e no Estado do Ceará. Oferece por meio de uma construção coletiva diversificada de saberes subsídios para implantação de um sistema de gestão integrada dos resíduos sólidos com a participação de todos os envolvidos. O Fórum foi criado 1988, estimulado pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF) tendo como desafio a retirada de crianças e adolescentes do trabalho com lixo nos lixões e nas ruas. Em Fortaleza, este Fórum que também tem uma articulação nacional iniciou com a coordenação da Cáritas, Caixa Econômica Federal e Associação Brasileira de Engenharia Sanitária Ambiental – Ceará (ABES-CE).

O Fórum com mais de dez anos de atuação, realiza reunião ordinária a cada segunda e quarta-feira do mês, compondo um importante espaço de discussão da cidadania cearense, é composto por órgãos públicos municipais, estadual e federal, empresas privadas grandes geradoras de resíduos e a Rede de Catadores do Ceará juridicamente legalizada. As temáticas abordadas em suas discussões visam apresentar experiências exitosas desenvolvidas no Brasil junto às associações de catadores e catadoras, bem como oportunidades em financiamentos para projetos. Sua estrutura organizacional interna, composta por coordenador(a), diretor(a), secretaria executiva e cinco comissões de trabalho: de capacitação, de projetos e pesquisas, da infância e juventude, mobilização e eventos, comunicação e divulgação. Priorizam capacitações conforme demandas dos recicladores e apoiam processos de formalizações de associações, acompanhamento na gestão fiscal, financeira e administrativa das associações, sistematizações para uma evolução contínua das associações, revisão de estatutos, orientação técnica sobre manejo dos materiais recicláveis.

A participação efetiva dos catadores de materiais recicláveis que no início do fórum eram de quatro grupos organizados: Cooperativa do Jangurussú em processo de reformulação que se tornara ASCAJAN de órgãos parceiros e a contratação do INSEA, SOCRELP e Associação Rosa Virgínia. No ano 2000, mobilizados pelo MNCMR e PPR e Cáritas através das plenárias mensais dos catadores foi despertada a necessidade de participação destes também nas reuniões mensais e ordinárias do FLC.

Os catadores chegaram ao fórum em pequenos grupos e foram motivados a fazer um processo de organização ao serem despertados pelo interesse a participação seguida a criação de uma rede de associações de catadores que garantisse um espaço de discussão específico de interesse da categoria e a busca por possibilidade a beneficiamento e fortalecimento socioeconômico dessas organizações. O fórum como espaço político tem possibilitado novas articulações propositivas e discussões de assuntos que surgem na necessidade de encaminhamentos e sugestões para a política de resíduos sólidos da municipal, estadual e federal. Os principais assuntos gerados circulam conduzidos pelo quarteto: coordenação, rede de catadores, órgãos federais e gestão municipal e estadual dos resíduos sólidos. Possui uma mística focada na organização dos catadores, no incentivo e estímulos ao seu protagonismo e motivando a participação da sociedade civil para que assuma compromisso ambiental e social. Além das plenárias que ocorrem mensalmente o fórum como espaço consultivo realiza seminários e é parceiro na construção e na consolidação de políticas públicas de resíduos sólidos com inclusão social do catador. Além disso, estimula a participação no Festival Nacional Lixo e Cidadania, sempre retoma a discussão sobre o

Decreto n.º 5.940 de 25 de outubro de 2006 que instituiu a separação dos resíduos recicláveis pelos órgãos e entidades da administração pública federal, discutem apoio da prefeitura aos galpões de triagem e a possibilidade da construção de novos galpões, a aquisição de caminhões junto a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a coleta dos óleos e gorduras residuais (OGRs), incubadora de cooperativas, participação ao evento de negócios, troca de experiências, estimula a participação dos catadores na Expocatador que dissemina conhecimentos e tecnologias para a gestão eficiente dos resíduos sólidos, organizada pela Associação Nacional de Carroceiros (ANCAT) e Catadores de Materiais Recicláveis, divulga e acompanha a implementação do Programa Cataforte para fortalecimento do associativismo e cooperativismo dos catadores, mobiliza os catadores para acompanhamento do Centro de Referência Estadual de Saúde do Trabalhador (CEREST), Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010 que institui a política nacional de resíduos sólidos e a previsão do fechamento dos lixões até o ano 2014.

Participam do FLC: Rede de Catadores de Materiais Recicláveis do Estado do Ceará, Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza (CAF), Secretaria Municipal de Santa Quitéria (SMMA), Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza (SEUMA), Secretaria das Cidades-CE, Comunidade São Vicente, União dos Moradores do Jardim Iracema (UMJIR), CEREST, Centro Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento social (STDS), EMLURB, Banco do Brasil, Cooperativa Metropolitana de Catadores de Materiais Recicláveis (COOPEMARES) e Rede de Catadores, Movimento Pro coleta seletiva com geração de renda paróquia Nossa Senhora de Fátima, ABES, Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador (NUAST) da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA-CE), IBGE, ACFOR, BNB, ECOFOR, Coca-Cola. Há uma realimentação no fluxo de participação conforme demandas ou temáticas enfatizadas em cada período.

Um dos principais aspectos que diferencia a participação dos catadores de materiais recicláveis é a presença em grande escala das mulheres tanto nas plenárias ordinárias e extraordinárias do fórum, como na frente das organizações da Rede de Catadores e da Cooperativa da Região Metropolitana composta pelas associações da rede acrescentada as associações de Itaitinga, Guaiuba, Pacatuba e Caucaia são dezenove associações e apenas cinco, são presididas por homens. A ASCAJAN tem o maior numero de associados com setenta e 70% destes são mulheres e porque não dizem o maior numero de associadas. Esse dado se repete nas demais sempre com a presença maior de mulheres. Portanto, o que se percebe é que nos espaços de discussão política e nos galpões a presença efetiva é das mulheres que além de ser a maioria principal provedora do sustento da família.

Em nível nacional aconteceram três encontros de mulheres catadoras de materiais recicláveis no Paraná, o primeiro em setembro de 2008, o segundo em junho de 2011 e o terceiro em julho de 2012. Sempre debatendo a inclusão social da mulher catadora, igualdade de gênero, saúde, violência doméstica e políticas públicas. No último encontro participaram quinhentas catadoras de vinte e três Estados, conforme divulgação no site do MNRMR.

Pensar em cidades inclusivas passa pela atuação política das mulheres catadoras de materiais recicláveis na organização e participação com entidades parceiras que tenham o compromisso em dialogar as relações de poder e gênero. Iracy, em 2009, quando presidenta da ASCAJAN solicitou a PPR da Arquidiocese de Fortaleza “um trabalho na associação para vê se abria a cabeça dos homens que não conseguiam compreender a necessidade em participar de reuniões e nem a importância do trabalho das catadoras artesãs que perdiam tempo produzindo artesanatos com material reciclável”. Na transgressão as mulheres vão construindo uma nova história demonstrando a sua reavivada autoestima nos processos coletivos (VIEIRA, 2011). O reconhecimento no espaço político garantido por mulheres, como sujeitos de direitos, e dos direitos que a mulher constrói como lembra Maria Betânia Ávila (BRUSCHINI; UNBEHAUM, 2002), se revela na história desde a conquista do direito à educação, como no direito ao voto, privadas ao acesso a esfera pública.

O INSEA – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, coordena uma pesquisa sobre o Estudo de Monitoramento da Economia Informal com a Organização Não Governamental WIEGO – Mulheres no Emprego Informal: Globalizando e Organizando. Observam os processos inclusivos das organizações de base dos trabalhadores informais e esse estudo tem o fim de Monitorar anualmente o estado dos trabalhadores pobres em três setores da economia informal urbana (INSTITUTO NERUDA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2012).

A pesquisa sobre a atividade dos catadores de materiais recicláveis do Brasil realizada em Belo Horizonte pelo INSEA. As demais cidades que houve pesquisas sobre a categoria dos catadores foram Bogotá e Colômbia na América Latina, Durban na África do Sul, Ahmedabad e Pune na Índia acompanhadas por outros parceiros. O objetivo foi observar as tendências econômicas, práticas e políticas urbanas, dinâmicas de cadeia de valor e mudanças climáticas para dar visibilidade da economia informal local.

Segundo Maria Betânia Ávila, a Constituição Federal do Brasil marca fundamentalmente a cidadania das mulheres, pois, prevê que homens e mulheres são iguais perante a lei e é a partir daí que as outras regulações são criadas (BRUSCHINI; UNBEHAUM, 2002). Defende, portanto a vivência de um processo educativo para que a conquista dos direitos promulgados que ainda é um desafio na vida das mulheres, sejam

apreendidos como um bem social para que superem situações de exclusão e desigualdades sociais tendo seus direitos violados.

As associações de catadores de materiais recicláveis com a presença integral das mulheres nas diretorias e presidência têm o objetivo de responder socialmente a atividade exercida por mulheres e homens trabalhadores, mas, é a cooperativa que possibilita o maior acesso ao mercado. Essa diferença é importante perceber. Porque antes os catadores do Jangurussú vivenciaram a experiência de uma cooperativa e pelos cooperados não estarem capacitados suficientes com a sobrecarga dos encargos sociais e das responsabilidades financeiras de uma cooperativa. Por isso atualmente as associações através da se juntam e criam a cooperativa da região metropolitana de Fortaleza, onde os cooperados serão beneficiados pela cooperativa de trabalho.

Quadro 2 – Grupos e Associações Integrantes da Rede de Catadores

(continua)

Grupos/Entidades	Endereços e dados	Responsáveis	Associados
1-Associação Viva a Vida	Com GALPÃO. Rua Domingos Olímpio s/n – Farias Brito / Otávio Bonfim.	Fatinha e Maria	6
2-Associação Ecológica dos Coletores de Mat. Recicláveis da Serrinha e Adjacências ACORES	Com GALPÃO. Travessa Azevedo Montauri, n.º 161B – Serrinha.	Nilda (presidente) e Marta	6
3-Soc. Com. de Reciclagem de Lixo do Pirambú – SOCRELP.	Com GALPÃO/CAMINHÃO Rua São Serafim, n.º 8 – Pirambú.	Francinete Cabral e Janete	10
4-Associação dos Catadores do Jangurussú– ASCAJAN	Com GALPÃO/CAMINHÃO Rua Estrada do Itaperi, 1665 – Jangurussú.	Sebastiana (presidente) Sr. Adalto	70
5-Assoc. Cearense dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Resíduos Recicláveis – RECICLANDO	Com GALPÃO/CAMINHÃO Rua Plácido Castelo, n.º 284 – Conj. Tancredo Neves – Jardim das Oliveiras.	Ana (presidente)	15
6-Associação dos Recicladores Amigos da Natureza – ARAN	Com GALPÃO. Rua Manoel Antonio Leite, n.º 729, Conj. Residencial Novo Bom Sucesso – Bom Sucesso.	Conceição	6
7-Associação dos Agentes Ambientais Rosa Virgínia	Com GALPÃO/CAMINHÃO. Rua 07, n.º 20, Lot. Santa Terezinha – Parque Santa Rosa.	Musamara (presidente)	15
8-Raio de Sol – Genibaú	NÃO TEM ESPAÇO. Rua Moçambique, n.º 148 – Genibaú.	Cicero	10
9-Grupo Dom Lustosa	NÃO TEM ESPAÇO. Travessa das Tábuas – Perto da catedral.	Expedita	3
10-Grupo da Maravilha – Bairro de Fátima	Com GALPÃO. Av. Borges de Melo – Conj. Planalto Universo – Bairro de Fátima.	Conceição e Ronaldinha	12
11-Grupo de Catadores do Jardim Iracema – UCAJIR	NÃO TEM ESPAÇO. Rua Misericórdia, n.º 34 – Jardim Iracema.	Graça	3
12-Grupo de Catadores da ROSALINA	NÃO TEM ESPAÇO.	Valdimiro	10

Quadro 2 – Grupos e Associações Integrantes da Rede de Catadores

(conclusão)

Grupos/Entidades	Endereços e dados	Responsáveis	Associados
13-Grupo do QUINTINO CUNHA	NÃO TEM ESPAÇO. Rua 1, 75 – Conjunto ômega II – Quintino Cunha.	Creuzirene	3
14-BRISAMAR - Associação do Serviluz	NÃO TEM ESPAÇO. Rua Ernesto Gurgel, 804 Bairro Serviluz – CEP: 60.182-590 – Fortaleza/CE.	Fernando	30
15-REDE DE CATADORES (Entidade Jurídica)	Rua: Marechal Deodoro, n.º 1501, Benfica – CEP: 60020-061.	Da. Nilda – Presidente/ Charlyane – Secretária	199 (Em Fortaleza)

Fonte: Rede de Catadores de Materiais Recicláveis do Ceará.

A Rede denuncia precariedade do trabalho, renda, moradia e acesso aos serviços de educação, saúde e saneamento, que empurra os/as catadores/as para a marginalidade e os mais variados conflitos socioeconômicos de sobrevivência. Têm buscado a implantação do projeto piloto de coleta seletiva de Fortaleza, em alguns bairros das regionais II, III, IV e VI, para uma construção coletiva com a rede.

Outra questão, sobre a tímida iniciativa de coleta seletiva é sobre o controle de resíduos sólidos coletados pela ECOFOR que ao serem enviadas as associações não consta nenhum instrumento de levantamento ou controle da coleta a ser entregue às associações.

No diagnóstico socioeconômico e cultural realizado pelo IMPARH da Prefeitura Municipal de Fortaleza sobre os catadores e catadoras em 2006 revelam que os catadores e catadoras que estão fora de uma organização coletiva circulam a cidade com carroças na maioria construídas com o corpo de geladeiras sucateadas e que saem na maioria dos bairros Jangurussú, Serrinha, São Cristovão, Antônio Bezerra e Quintino Cunha. Carregam em média 150 quilos e participam ativamente do contexto urbano em suas idas e vindas sobrevivendo nas ruas.

O maior desafio encontrado por elas é aumentar o acesso ao material reciclável. Enfrentam vários problemas por ausência de políticas públicas de moradia, assistência, saúde e educação. Contam com os problemas de alergias, dermatológicos, de coluna (19,1%), doenças cardíacas, respiratórias, verminoses, diarreias, desidratação e gripes.

Desdobrar teorias sociais sugere abertura sem negligenciar as fronteiras do pensamento complexo na fluidez da modernidade, mas, na apropriação de uma identidade social urbana revelada numa perspectiva do simbolismo do espaço (BOMFIM, 2010). Na cidade como mediadora a sociedade se projeta no local e no urbano, o modo de vida não é palpável. Portanto, para Lefebvre dito por Bomfim (2010, p. 78): “A apropriação e Identidade social urbana se dá num processo importante contra a alienação da vida cotidiana, porque é graças à apropriação que o indivíduo se identifica com os objetos que são produzidos no cotidiano”.

Tabela 6 – Materiais recicláveis por Associação

Nome Associação	Kg/dia	Nº Associados	Kg/pessoa x dia
ASCAJAN	2.355	73	32,26
ACORES	525	20	26,25
MARAVILHA	569	05	113,80
ARAN	196	31	6,32
BRISAMAR	1.249	34	36,73
GRUPO DOM LUSTOSA	184	10	18,40
SOCRELP	1.108	40	27,70
VIVA A VIDA	75	05	15,00
RAIO DE SOL	394	25	15,76
ROSA VIRGÍNIA	605	11	55,00
PARQUE SANTA ROSA	208	08	26,00
ROSALINA	-	25	-
QUINTINO CUNHA	264	04	66,00
UCAJIR	180	12	15,00
05 Associações – SERVILUZ, SANTOS DIAS, COOBVERDE, RECICLANDO VIDAS, TRAPEIROS DE EMAÚS	1.671	64	26,11
TOTAL PARCIAL	9.583	367	26,11

Fonte: Apoio a estruturação da cadeia produtiva de reciclagens e resíduos sólidos interligados ao DRS do BB – Fortaleza/CE, 2012 (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2012, p. 91).

3.2.2 Protagonismo das mulheres

Buscando a etimologia da palavra protagonista se percebe como ela é apropriada às mulheres catadoras de materiais recicláveis. A palavra vem do grego *πρωταγωνιστής* (*protagonistes*) onde *πρῶτος* significa primeiro e *ἄγωνιστής* (*agonistès*) significa ator, lutador; E *ἄγών* (*agon*) significa disputa, exposição, combate (PROTAGONISTA, 2014).

É dentro de uma organização social da relação entre os sexos (SCOTT, 1989) que se aborda a atuação das mulheres catadoras observando as relações de poder e construções sociais nas associações, rede e cooperativa. Portanto, não se trata uma análise biológica de gênero e sim uma observação com lentes de gênero considerando as diferenças entre indivíduos partindo do princípio que cada ser é singular, único e com direitos iguais. Por isso, tratar gênero como campo da política considerando que os paradoxos são elementos que compõem o próprio feminismo (SCOTT, 2002).

No que diz respeito à história das mulheres, a reação da maioria dos(as) historiadores(as) não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-la ou colocá-la em um domínio separado (“as mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente” ou “a história das mulheres trata do sexo e da família e deveria ser feita separadamente da história política e econômica”) (SCOTT, 1989, p. 5).

Na história das mulheres pobres desde a virada do século são registradas as muitas horas de trabalho e as relações informais com os companheiros (PRIORE; BASSANEZI, 2009). As exigências morais paternalistas mediante a impossibilidade econômica dos homens era causa de conflitos que se estendem até hoje garantindo a autonomia das mulheres mesmo vivendo autônomoamente. A catadora Iracy da ASCAJAN é o exemplo de mãe independente que gerou oito filhos cada um de cada pai diferente e trabalhou para cria-los sozinha assim como tantas outras mulheres.

**Figura 16 – 8 de março: Mulheres em LUTA pela
Reciclagem Popular**



Fonte: MNCMR (2014).

Segundo relatório sobre Gênero e Pobreza no Brasil da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2005, a inserção feminina no trabalho aconteceu em paralelo com o crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e aumento das taxas de desemprego. Assim, as mulheres continuam ainda concentradas em segmentos menos organizados da atividade econômica, são mais submetidas a contratos informais (BRASIL, 2005). No entanto, a estruturação do mercado de trabalho mudou essa condição de atividade: a taxa de atividade feminina passou de 20% da população economicamente ativa (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA) entre os anos de 1920 a 1960 para 40% em 2000 (Censos Demográficos/IBGE), considerando apenas a taxa de participação feminina no Brasil metropolitano, esta passou de 43,3%, em 1994 para 43,9% em 2001 (IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego – PME). Acrescenta que os fatores que contribuíram para crescimento da taxa de atividade feminina devem a queda da fecundidade,

da expansão da escolaridade, aumento do número de famílias chefiadas por mulheres e mudanças nos valores relativos do papel social feminino, nesta década, cada vez mais voltado ao trabalho fora de casa.

A reciclagem realizada por catadoras e catadores de materiais recicláveis vem sendo aprimorada para o fim de autogestão e compreende as etapas do processo produtivo desde a prestação do relevante serviço público de coleta seletiva à devolução para a indústria desse material. E para esse processo vem ocorrendo uma série de participação política das mulheres catadoras de todo o Brasil.

Em 2008, dentro do MNCMR foi organizado o primeiro Encontro Nacional de Mulheres Catadoras por necessidade das mulheres em discutir as próprias demandas onde participaram trezentas mulheres e puderam discutir os desafios e direitos das mulheres trabalhadoras refletindo a partir da palestra: “Gênero e o despertar feminino” por Eliana Maria dos Santos e trabalharam com oito oficinas temáticas: saúde, educação, autoestima, trabalho infantil, direitos humanos e a mulher, relações interpessoais (mediação de conflitos), economia solidária e gestão das associações e cooperativas, cadeia da reciclagem e o meio ambiente.

No segundo Encontro Nacional em 2011, participaram quinhentas mulheres de dezoito Estados para debaterem políticas públicas, direitos sociais e a cadeia produtiva dos resíduos sólidos. O Encontro tratou também da Campanha “Criança no lixo, nunca mais” com o objetivo de extinguir o trabalho infantil nos lixões brasileiros. Aconteceram oficinas sobre gênero, lideranças, Política Nacional de Resíduos Sólidos e Diversidade Sexual. Foi elaborada no final do encontro uma carta e encaminhada à presidência da república ressaltando alguns pontos.

Os principais pontos levantados como prioridade pelas catadoras dizem respeito às políticas públicas. É muito importante nos armarmos contra a avassaladora incineração que a cada dia se torna realidade em nosso país. Devemos mobilizar os estados e os municípios para constituirmos políticas públicas que assegurem que a catação não deixe de existir, já que o projeto da MNCR vai além do trabalho e da renda, pois acreditamos na transformação social e conscientização da população através da coleta seletiva. Os incineradores não representaram uma alternativa boa para os países europeus, porque seria para o Brasil?

A presença de mulheres catadoras dentro do Comitê Interministerial é uma reivindicação de todas as mulheres presentes, pois a garra e força de nós mulheres devem estar presentes para somar na luta (MNCMR, 2011).

Figura 17 – III Encontro Nacional de Mulheres Catadoras



Fonte: MNCMR (2013).

O terceiro Encontro no mesmo município, Pontal do Paraná, reuniu cerca de 500 catadoras de 23 Estados brasileiros para debater igualdade de gênero, saúde, violência doméstica e políticas públicas. Dentro da programação do encontro, as mulheres catadoras fizeram uma marcha nas ruas de Curitiba contra a incineração e por igualdade de gênero. As oficinas tiveram como temas: Mulheres Guerreiras, Mulheres Saudáveis, Mulheres Articuladas, Mulheres Politizadas.

Figura 18 – Encontro de Mulheres do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e o Instituto Lixo de Cidadania com apoio do Fórum Lixo e Cidadania do Estado do Paraná



Fonte: MNCMR (2013).

Em 2013, aconteceu o quarto Encontro de Mulheres Catadoras as propostas de discussões nas doze oficinas temáticas. A carta final com reivindicações foi elaborada a partir dos resultados de cada oficina. A **Oficina de Trabalho Infantil** com elencou proposta de escola em período integral, inclusive nas férias (colônia de férias), de oferecer no contra turno atividades diferenciadas, como capoeira, esportes, informática, dança, ginástica, natação, aulas de canto, violão, judô, reforço escolar, etc., de incentivo a ginástica olímpica, biblioteca publica nos bairros, cursos profissionalizantes para toda a família, maior fiscalização nos barracões de atravessadores e outras empresas que exploram o trabalho de crianças e adolescentes, creches em horários para além do horário comercial, contemplando as catadoras que trabalham ate o período noturno, creches próximas às sedes das associações e cooperativas, atividades de lazer nos bairros, campanhas de mídia para combater o trabalho infantil.

A **Oficina de Tabagismo** para que se criem políticas públicas para evitar e reduzir o consumo de produtos contendo tabaco, restringir os pontos de venda e a publicidade nos pontos de venda, proibir as propagandas e o patrocínio de qualquer atividade pelas indústrias do tabaco, inclusive proibindo que atores e atrizes fumem nos espetáculos, filmes e novelas, orientação continuamente, em especial nas escolas, para evitar a iniciação o quanto antes, protegendo crianças e adolescentes do vicio, incluir no currículo escolar o controle do tabagismo, multar as empresas que não cumprem a legislação que criou os ambientes livres de tabaco, revertendo as multas para as entidades que atuam no combate ao tabagismo.

A **Oficina de Violência e Saúde** propôs que a lei fosse mais rigorosa para punir a violência contra as mulheres, que haja orientação psicológica nas delegacias das mulheres e em todos os municípios, que se faça constar em lei que a mulher não pode retirar a denuncia de agressão contra o agressor, que seja classificar como crime hediondo e inafiançável a violência contra a mulher, que se cumpra o estatuto do idoso e torne crime hediondo a violência contra idosos, que se crie espaços de diálogos entre as mulheres.

A **Oficina de Gestão Contábil** propôs a aquisição de computadores e impressoras, garantindo as associações e cooperativas e acesso a Internet, a ampliação e melhoria da assistência técnica, a realização de convênios com universidades, faculdades para que estagiários colaborem com a gestão das associações e cooperativas, nas áreas de administração, contabilidade, direito e engenharia de produção, independente dos projetos existentes, melhorando a qualificação, sustentabilidade e autonomia de cada associação e cooperativa e capacitação para as catadoras de gestão contábil, emissão de notas fiscais eletrônicas.

Na **Oficina de Formação Política** enfatizaram a necessidade de estarem nos espaços de poder e decisão porque entendem que só pela política irão avançar no

cumprimento dos direitos, propõem a prática da democracia para que faça valer a vez, a voz e o voto, ampliar a representação do MNCR no Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores e Catadoras, com representação para 3 mulheres e 3 homens e garantir em todos os Estados brasileiros curso de capacitação para as mulheres concorrerem a cargos públicos.

A **Oficina de Biogás e Compostagem** expressou a importância de garantir a instalação de usinas de compostagem e biodigestão em todos os municípios para serem geridas pelas associações e cooperativas para a viabilidade econômica destes empreendimentos, de promover ações de fiscalização efetiva do cumprimento da Lei n.º 12.305/2010, especialmente por parte dos Municípios bem como garantir condições dignas de trabalho aos catadores e catadoras, de dar acesso a educação ambiental para toda a população com orientações de separação dos resíduos em três frações (reciclável, orgânicos e rejeitos), de garantir que a prestação de serviços de coleta e tratamento de resíduos orgânicos sejam realizados pelas associações e cooperativas de catadores, com remuneração destes serviços, de promover planejamento para que os municípios instalem usinas de triagem e compostagem em imóveis de sua titularidade, geridas pelas associações e cooperativas e mediante remuneração, captar o biogás produzido em lixões e aterros e o resultado da comercialização deste gás devesse ser revertido integralmente às associações e cooperativas, especialmente para viabilizar a erradicação dos lixos e a inserção social e produtiva dos catadores e catadoras e garantir recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento dos projetos de compostagem e biodigestor para as associações e cooperativas.

A **Oficina Política Nacional de Resíduos Sólidos** propôs a proibir de parcerias público privadas (PPPs), proibir a incineração, garantir a coleta seletiva solidária, ou seja, a gestão compartilhada dos resíduos com a inserção social e produtiva dos catadores e catadoras, de contratação e remuneração dos serviços prestados pelas associações e cooperativas, apoiar a rota tecnológica da reciclagem popular, com linha de financiamento específica para pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para sua consolidação, coibir a violação de direitos humanos dos catadores e catadoras e garantir mais recursos e apoio pelo governo federal aos catadores e catadoras em processo de organização, assento do MNCR no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), e pagamento aos catadores pelos serviços ambientais urbanos.

Com a **Oficina Formação de Lideranças** priorizaram a garantia de continuidade dos programas de formação de lideranças, a garantia de igualdade numérica em todos os espaços entre catadores e catadoras, trabalhar a sensibilização dos governantes para que as catadoras possam continuar conservando o meio ambiente, melhorar a renda, dar boas

condições para os nossos filhos e filhas, igualdade de trabalho para todos os catadores e catadoras e que os direitos dos catadores e catadoras sejam respeitados.

Uma oficina temática recebeu o título de **Dança contra a Violência** e tiraram como encaminhamentos das discussões que as mulheres possam ser atendidas por mulheres nas Delegacias de Mulheres e nas Varas da Violência Domestica, que nas Delegacias Especializadas em violência contra mulheres estejam de plantão, 24 horas, assistente sociais e psicólogas para agilizar o atendimento, principalmente para o processo judicial e das medidas protetivas, a serem executadas antes mesmo da decisão judicial bastando os laudos das profissionais indicadas, que os homens agressores recebam tratamento para abuso de álcool e drogas, inclusive internação em clínicas especializadas para que se recuperem e retornem a vida normal e que cada mulher apoie outra mulher fragilizada por situação de violência.

A **Oficina Incineração** a necessidade de conhecer as diferenças entre as tecnologias de tratamento, de haver informação a sociedade dos riscos da incineração e sobre os custos da incineração e do impacto no orçamento público.

Na **Oficina de Direito a Moradia** discutiram que é preciso prioridade pelas três esferas de governo para a regularização das áreas de ocupação onde moram os catadores e catadoras, que o governo federal, através do Ministério das Cidades, dê especial atenção aos projetos de moradia para os catadores e catadoras de materiais recicláveis, e da construção de habitação popular em parceria com as organizações de catadores e catadoras, de maior fiscalização do governo federal em relação aos repasses do programa bolsa família e bolsa aluguel, do compromisso de todas as entidades governamentais com as famílias que moram em áreas de risco e que sejam retiradas apenas após a garantia de moradia própria, é preciso garantir na legislação que as ordens judiciais de reintegração de posse sejam precedidas de previa mediação com as famílias e as que forem retiradas do local sejam beneficiadas com bolsa aluguel.

A última oficina foi a do **Futuro** que discutiu sobre um futuro esperado e necessário para as catadoras e catadores de equipamentos para as associações e cooperativas, de casa própria, de galpões próprios, de remuneração dos serviços prestados, de plano de saúde.

Após reunião com o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM) no Condomínio Espiritual Uirapuru em Fortaleza Charlyane presidente da COOPEMARES e Toinha presidente da Associação dos Catadores Serviluz comentaram:

Mulher nós estamos num curso de terapia comunitária no Bom Jardim e vimos que nós não tem problema não. As pobre coitada das técnica é que tão mal. Elas veem problema em tudo. É o marido que deixou, é o filho que dá trabalho. Nós não

ficamos pensando nessas coisas não. Eu fiquei viúva e com sete meses já tava era com outro. Tem tanta coisa pra sofrer pra gente ficar pensando nessas besteiras.

As catadoras e catadores como categoria social vive relações conflitivas e experimenta sofrimentos e dores na vida cotidiana principalmente pelos imediatismos das necessidades fundamentais desenvolvidas nesse arcabouço social de hierarquias e subordinações a serem superadas para marcar novo tempo de igualdades onde mulheres têm direito inclusive pelo seu corpo. Nas lutas de homens e mulheres trabalhadores que se identificavam como proletários e tinham seus interesses de explorados diante do Estado burguês patriarcal se evidenciaram desvantagens das mulheres com direitos não reconhecidos sendo subordinadas e efetivamente alimentando a subordinação social (SCOTT, 2002). As bandeiras de lutas incorporadas pela dimensão de gênero devem contribuir para o aprofundamento da democracia interna das organizações e para estabelecer relações igualitárias.

4 NA TRILHA DA POLÍTICA PÚBLICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

4.1 PANORAMA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL

Para introduzir uma abordagem sobre a política de resíduos sólidos no Brasil é importante observar como a gestão de resíduos sólidos está acontecendo no mundo. Para tal recorre-se aos dados levantados por Cícero Augusto Prudêncio Pimenteira em sua tese de doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que constata através das informações coletadas no Cadastro Central de Empresas do IBGE (CEMPRE) sobre densidade demográfica, nível de renda e tecnologia (PIMENTEIRA, 2010) as diferenças quanto ao destino dos resíduos sólidos existentes nas regiões do mundo. Os países Japão, Alemanha, Bélgica e costa leste dos EUA utilizam tecnologia de compostagem, incineração e reciclagem são países com alta densidade demográfica e alto nível de renda. Os países do Canadá, países nórdicos e o interior dos EUA, utilizam a tecnologia de aterro sanitário, possuem baixa densidade demográfica e alto nível de renda. A Índia, a China e o Egito utilizam a tecnologia de aterro controlado e lixão. Possuem alta densidade demográfica e baixo nível de renda. As áreas rurais da África e de algumas regiões da América Latina não adotam tecnologia, possuem uma baixa densidade demográfica e baixo nível de renda.

O Sistema de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (SGIRS) vem dar resposta ao ato de planejar o espaço urbano produzido pelas relações sociais nas contradições emergentes do conflito entre as necessidades do capital e as necessidades da sociedade como um todo no processo de reprodução da vida na cidade (CARLOS, 2008) e o Estado tem o papel de possibilitar as condições necessárias.

Tabela 7 – Estimativa da composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos coletados no Brasil em 2008(*)

Resíduos	Participação (%)	Quantidade (t/dia)
Material reciclável	31,9	58.527,40
Metais	2,9	5.293,50
Aço	2,3	4.213,70
Alumínio	0,6	1.079,90
Papel, papelão e tetrapak	13,1	23.997,40
Plástico total	13,5	24.847,90
Plástico filme	8,9	16.399,60
Plástico rígido	4,6	8.448,30
Vidro	2,4	4.388,60
Matéria orgânica	51,4	94.335,10
Outros	16,7	30.618,90
Total	100,0	183.481,50

Fonte: MMA (2011) e IBGE (2010b *apud* GARCIA, 2012).

(*): não inclui resíduos de construção civil nem aqueles coletados via sistema privado de logística reversa.

Por outro lado, o planejamento das cidades atualmente não trata da defesa militarista no modelo Cidades-Estados, e sim, de transformações que possam responder aos problemas das grandes aglomerações como alternativa para as mazelas urbanas (SOUZA, 2007).

Um excelente instrumento de planejamento são as conferências porque têm objetivos específicos de construir a política em discussões como também divulgá-la para fins de apreensão do cidadão ou da cidadã e de transformação social viabilizada pela participação. O MMA sob a Portaria n.º 185, de 4 de junho de 2012, convocara a IV Conferência Nacional de Meio Ambiente² a ser realizada em outubro de 2013, com desafio de contribuir com a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) com o lema: “Vamos cuidar do Brasil”.

A Conferência mobilizada em âmbitos municipais, regionais e estaduais cumprirá também o papel de contribuir para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com foco nos eixos de produção e consumo sustentáveis, redução de impactos ambientais, geração de emprego e renda e educação ambiental. Outro objetivo da conferência é de estabelecer a responsabilidade compartilhada entre governos, setor privado e sociedade civil que será tratado no capítulo seguinte. As decisões da conferência deverão constar em relatório final para fins serem priorizadas pelas instâncias de cada poder público e monitorada pela sociedade civil através dos espaços de participação. Essa Conferência inova na participação virtual para os que não conseguiram garantir participação nos outros espaços.

Catadoras e catadores trabalhadores da cidade participam das conferências fortalecendo esse importante instrumento na perspectiva de colaborar para um planejamento integrado dos resíduos sólidos com inclusão produtiva dos catadores de materiais recicláveis. Na obra “O direito a cidade” o autor enfatiza a importante missão do trabalhador nesse processo onde o Estado com o papel de mediador é convocado a ouvir as vozes daqueles que clamam por direitos num espaço de força real:

O proletariado tem essa missão histórica: apenas ele pode pôr um fim às separações (Às alienações). Sua missão tem um duplo aspecto: destruir a sociedade burguesa construindo uma outra sociedade – abolir a especulação e a abstração filosóficas, a contemplação e a sistematização alienantes, afim de realizar o projeto filosófico do ser humano. É da indústria, da produção industrial, de sua relação com as forças produtivas e com o trabalho, e não mais de um juízo moral ou filosófico, que a classe operária retira suas possibilidades. É preciso virar o mundo pelo avesso; é numa outra sociedade que se realizará a junção do racional e do real (LEFEBVRE, 2001, p. 33).

² Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/conferencia-nacional-do-meio-ambiente/iv-conferencia>>.

Contando com essa presença significativa dos catadores na realidade brasileira o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome elaborou análise técnica sobre o custo de geração de um posto de trabalho na economia urbana para o segmento de catadores em 2006. Há um elevado numero de catadores vivendo abaixo da linha da pobreza e apesar do grande potencial de trabalho ainda existem poucas cooperativas ou organizações de catadores criadas. O objetivo desse instrumento é construir parâmetros técnicos para orientação da política urbana de inclusão social deste segmento.

É preciso atentar para o modelo de organização dos catadores que em algumas circunstâncias acontecem em forma de cooperativas, de associações ou das duas. A cooperativa tem o formato jurídico mais adequado para a comercialização e para a captação de recursos, como também os bens por ela levantados são destinados aos cooperados. Conscientes disso se apresenta a pesquisa seguinte.

Tabela 8 – Sumário das cooperativas, por regiões do País I: número de cooperados, produção Kg/mês e produção R\$/mês

REGIÃO	Número de Cooperativas	Número de Cooperados	Produção Kg/mês	Produção R\$/mês
Centro-Oeste	3	392	464.257	71.729,90
Nordeste	8	522	382.734	137.181,50
Sudeste	8	502	809.688	293.772,85
Sul	3	380	332.300	81.000,00
TOTAL	22	1796	1.988.979	583.684,25

Fonte: Grupo de Estudos de Relações Intersetoriais (GERI)/UFBa – Salvador, 2006 (MNCMR, 2006).

Tabela 9 – Sumário das cooperativas, por regiões do País II: faturamento médio bruto corrente/mês

REGIÃO	Faturamento Corrente R\$/mês
Centro-Oeste	122.591,90
Nordeste	143.957,10
Sudeste	307.177,34
Sul	84.000,00
TOTAL	657.726,34

Fonte: Grupo de Estudos de Relações Intersetoriais (GERI)/UFBa – Salvador, 2006 (MNCMR, 2006).

Tabela 10 – Sumário das cooperativas, por regiões do País III: construção, equipamentos e investimentos atualizados

REGIÃO	Construção Atualizada (R\$)	Equipamentos Atualizados (R\$)	Investimentos Atualizados (R\$)
Centro-Oeste	531.652,85	409.988,00	941.640,85
Nordeste	2.757.196,16	1.075.943,62	3.833.139,78
Sudeste	4.904.678,08	1.664.551,30	6.569.229,38
Sul	538.320,00	844.080,00	1.382.400,00
TOTAL	8.731.847,09	3.994.562,92	12.726.410,01

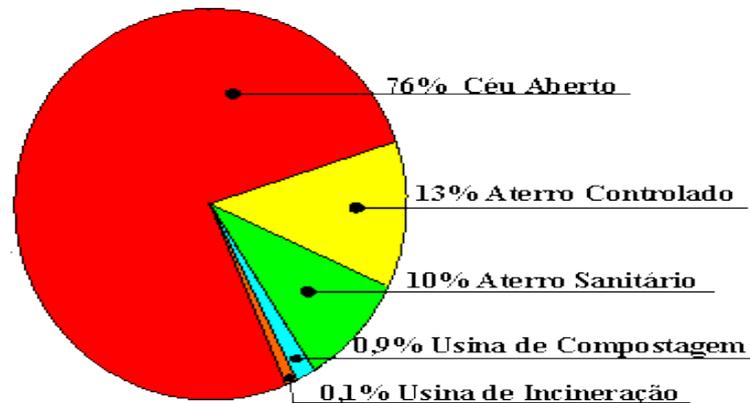
Fonte: Grupo de Estudos de Relações Intersetoriais (GERI)/UFBa – Salvador, 2006 (MNCMR, 2006).

A Lei n.º 12.305, de dezembro de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e altera a Lei n.º 9.605, de fevereiro de 1998, foi regulamentada pelo Decreto n.º 7.404, de 2010 que criou o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Interministerial, composto por doze ministérios com a responsabilidade de coordenar a elaboração e implementação do plano que tem vigência por vinte anos podendo sofrer alterações a cada quatro anos tendo como conteúdo do diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos, conceitos e propostas para uma interface entre setores da economia visando crescimento econômico e preservação ambiental com desenvolvimento sustentável.

O serviço de coleta de resíduos sólidos cobre 84% das áreas urbanas no Brasil por prefeituras ou por empresas particulares. Nem todo resíduo gerado é coletado e isso causa danos ambientais como a quantidade de lixo destinado a aterros sanitários. Outros processos de destinação do lixo nas cidades são o de usina de compostagem, incineradores e reciclagem. O gerador de lixo industrial segundo a legislação ambiental tem a responsabilidade por seu destino final.

Pode-se reconhecer uma grande discrepância entre a evolução do consumo e a ineficiência das prefeituras para implementação da coleta seletiva. Essa estratégia carece de um trabalho de educação ambiental focado num consumo consciente possibilitando uma operação que facilite o reuso, reaproveitamento e a reciclagem.

O IPEA elaborou diagnóstico com o objetivo de descrever a situação dos resíduos sólidos urbanos (RSUs) no Brasil. E os catadores, segundo a pesquisa em 2010 constituem a base da cadeia produtiva da reciclagem, e são esses agentes responsáveis por 90% dos materiais recicláveis (aço, alumínio, celulose, plástico e vidro) no Brasil. Porém os benefícios sociais principalmente os de emprego e renda ainda não é uma realidade para os catadores que somam 800 mil em todo o país, segundo Movimento Nacional Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) fundado em 2001.

Figura 19 – Disposição de Resíduos Urbanos (RSUs)

Fonte: Disponível em: <www.rc.unesp.br>. - 366 × 291 - Pesquisa por imagem Forma de Disposição dos Resíduos Sólidos no Brasil, 1991.

Segundo o relatório evidencia-se a necessidade de novas coletas dados e pesquisas sobre o tema por não haver um alinhamento de informações e chocar com outros levantamentos por adotarem amostras diferentes (levantadas em apenas 12 municípios) principalmente quando os dados coletados são confrontados com a pesquisa organizada pelo Compromisso Empresarial pela Reciclagem (CEMPRE).

Tabela 11 – Distribuição da população residente e da população coberta pelo serviço de coleta de resíduos sólidos por região

REGIÃO	N.º de Municípios	População Residente		População Urbana		Taxa de Urbanização %	
		2000	2008	2000	2008	2000	2010
Norte	449	12.900.704	15.142.684	9.014.365	11.133.820	70	74
Nordeste	1.794	47.741.711	53.088.499	32.975.425	38.826.036	69	73
Sudeste	1.668	72.421.411	80.187.717	65.549.194	74.531.497	91	93
Sul	1.188	25.107.616	27.497.970	20.321.999	23.355.240	81	85
Centro-Oeste	466	11.636.728	13.695.944	10.092.976	12.161.390	87	89
TOTAL	5.565	169.799.170	189.612.814	137.953.959	159.961.545	81	84

Fonte: Datasus (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2012, p. 10).

Nota: 1 O Datasus não disponibiliza dados para a população urbana para 2008, por isso se adotou, por aproximação, a taxa de urbanização de 2010.

A disposição final dos resíduos sólidos no Brasil é ainda em lixões, aterros controlados e aterros sanitários. A composição dos Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil está intimamente ligada à renda e ao local de sua geração. As classes de maior poder aquisitivo consomem produtos com maior grau de industrialização e valor agregado. Por isso, se percebe o maior fluxo de catadores nos bairros de maior consumo. Por outro lado, as classes menos favorecidas economicamente consomem produtos pouco elaborados e, portanto, de maior

conteúdo orgânico. Como resultante pode-se observar que os resíduos oriundos de áreas de alto poder aquisitivo têm em sua composição mais embalagens e menor percentagem de material orgânico que em áreas mais pobres. Ciente de toda esta diversidade, o Instituto de Pesquisa Tecnológica IPT (2003 *apud* PIMENTEIRA, 2010) estimou conservadoramente que o lixo nacional teria sua composição média de 65% de restos alimentares, 25% papel, 5% plástico, 2% vidro e 3% metais.

Tabela 12 – Estimativa da quantidade de resíduos sólidos domiciliares e/ou públicos coletados

UNIDADE DE ANÁLISE	QUANTIDADE DE RESÍDUOS POR HABITANTES			
	2000 (t/dia)	2008 (t/dia)	2000 (kg/hab. dia)	2008 (kg/hab. dia)
Brasil	149.094,30	183.481,50	1,1	1,1
Municípios pequenos	53.301,40	79.372,20	1,0	1,2
Municípios médios	47.884,10	62.743,40	1,0	1,1
Municípios grandes	47.908,80	41.365,90	1,4	1,1
Norte	10.991,40	14.637,30	1,2	1,3
Nordeste	37.507,40	47.203,80	1,1	1,2
Sudeste	74.094,00	68.179,10	1,1	0,9
Sul	18.006,20	37.342,10	0,9	1,6
Centro-Oeste	8.495,30	16.119,20	0,8	1,3

Fonte: Datasus (2002; IBGE (2010a *apud* IPEA, 2012, p. 17).

A coleta seletiva é uma das principais estratégias para a redução da quantidade de resíduos dispostos nos aterros sanitários. Mas o desempenho na operacionalização do sistema de coleta seletiva ainda é um desafio. Parte dessa coleta de materiais recicláveis é feita por catadores de maneira informal, portanto, não contabilizada nas estatísticas oficiais. O relatório IPEA também apresenta a tímida implantação de programas de coleta seletiva no Brasil e nas regiões. Em termos nacionais, o número de municípios com algum sistema de coleta seletiva aumentou, mas, não ultrapassa a 18% do total de municípios e a maioria está no Sul e Sudeste do País.

Tabela 13 – Distribuição da coleta seletiva por região

UNIDADE DE ANÁLISE	Municípios com Coleta Seletiva		Todo município (%)		Sede municipal (%)		Outras áreas (%)	
	2000	2008	2000	2008	2000	2008	2000	2008
	Brasil	451	994	39	38	29	41	32
Norte	1	21	0	5	0	48	100	48
Nordeste	27	80	19	38	33	30	48	33
Sudeste	140	408	38	32	18	42	44	26
Sul	274	454	42	46	34	20	23	34
Centro-Oeste	9	31	44	16	22	48	33	35

Fonte: Datasus (2002; IBGE (2010a *apud* IPEA, 2012, p. 17).

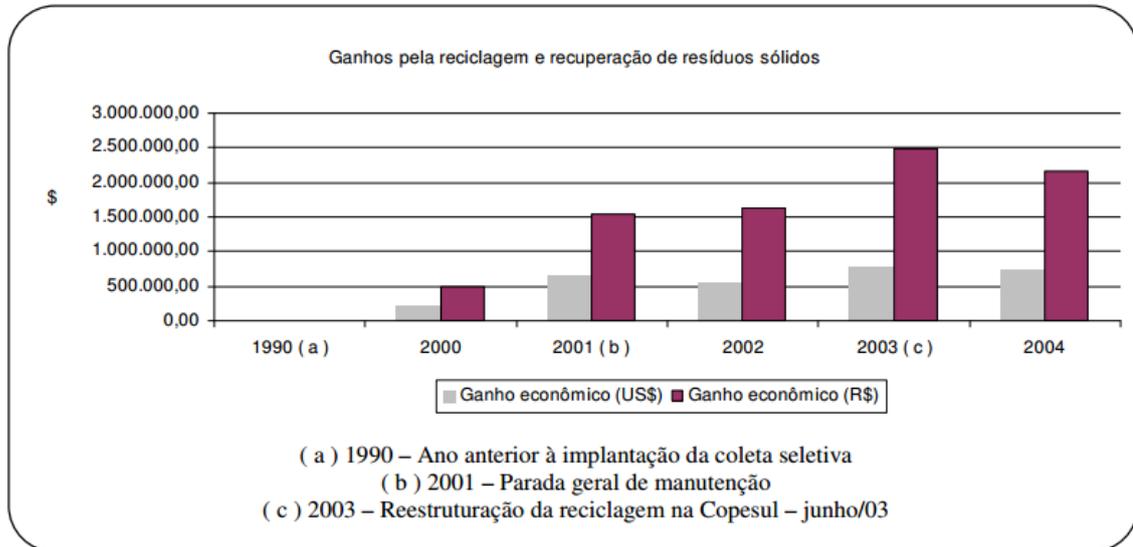
A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu oito objetivos do milênio (ODM) para analisar os maiores problemas mundial do Milênio que devem ser atingidos por todos os países até 2015. No Brasil são chamados de “oito jeitos de mudar o mundo” entende-se que juntos nós podemos mudar a nossa rua, a nossa comunidade, a nossa cidade, o nosso país. No mínimo quatro objetivos seriam alcançados com a implementação da coleta seletiva como: a redução da pobreza, a proteção ambiental, desenvolvimento econômico sustentável, considerando que o crescimento econômico foi desigual entre países e regiões e a promoção da igualdade entre os sexos com a autonomia das mulheres e nesse caso enfatiza-se atuação política da mulher catadora no protagonismo deste segmento³.

Além disso, existe mais um instrumento de controle para a política de resíduos sólidos o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) que surge através da publicação da Lei n.º 6938/81 e dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e tem como a principal finalidade estabelecer um conjunto articulado de órgãos, entidades, regras e práticas responsáveis pela proteção e pela melhoria da qualidade ambiental. A estrutura do sistema está dividida em: órgão superior que é um conselho do governo e tem finalidade de auxiliar o presidente da república na elaboração e formulação da Política Nacional do Meio Ambiente; O órgão consultivo e deliberativo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) tem a finalidade de estudar e propor diretrizes e políticas governamentais para o meio ambiente e deliberar, sobre normas, critérios e padrões de controles ambientais. Este órgão procede através de suas resoluções; O órgão central que é o Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal trata-se de um órgão federal, que tem por finalidade, implementar os acordos internacionais referente à área ambiental. É também encarregado de coordenar, supervisionar e planejar as ações relativas à Política Nacional do Meio Ambiente; O órgão executor, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é uma autarquia que tem autonomia administrativa, encarregado de executar a Política Nacional para o Meio Ambiente, além de realizar as fiscalizações pertinentes; órgãos seccionais que são as Secretarias Estaduais do Meio Ambiente e Entidades Supervisionadas (Por exemplo: Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) em São Paulo, Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), no Rio de Janeiro). São entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos de controle. Além disso, têm a finalidade de fiscalizar as atividades potencialmente poluidoras; Os órgãos locais de entidades ou órgãos municipais voltados para o meio ambiente. Avalia e estabelece

³ Informações disponíveis em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/objetivos/>>.

normas e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, tendo em vista o uso racional dos recursos. Será sempre respaldado nos órgãos estaduais e federais.

Figura 20 – Ganhos pela reciclagem e recuperação de resíduos sólidos



Fonte: Título da figura adaptado pela autora de COPESUL (2004 *apud* VELLANI, 2006).

4.2 POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO DO CEARÁ E NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

A Política Estadual de Resíduos Sólidos do Ceará foi instituída pela Lei n.º 13.103, de 24 de janeiro de 2001, portanto, ainda não adequa-se a Lei Federal da Política Nacional de Resíduos Sólidos como utilização de instrumentos de incentivos fiscais para fomentar a gestão adequada de resíduos, a promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo, a adoção do princípio poluidor-pagador e o reconhecimento do direito da sociedade à informação e ao controle social, entre outras, além de preservar alguma similaridade em relação à classificação dos resíduos, das responsabilidades e das restrições à disposição final.

Após a publicação da política nacional sugere uma revisão do instrumento estadual visando, implementações sistemáticas, tais como a coordenação do processo de planejamento e monitoramento, de inventário e sistema de informações sobre resíduos sólidos, ou a forma de aplicação das ferramentas de logística reversa, cuja lógica está presente na atual Política Estadual, apesar de não trazer o nome de “logística reversa” no corpo da lei.

Segundo CONPAM, o Governo do Estado do Ceará tem tomado iniciativas em colaboração com os municípios para melhorar a situação da gestão dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos. Até 2010, foram elaborados planos por 177 municípios, do total de

184 do Estado. No geral, verifica-se a demanda de revisão/complementação deste conjunto de documentos nos moldes da Política Nacional (Lei n.º 12.305/2010).

Figura 21 – Produção de resíduos sólidos



Fonte: Madeira (2014).

Quanto aos resíduos sólidos especiais no Ceará, algumas informações inspiram preocupação, sobretudo em relação à fase de disposição final. No Ceará, 57,5% dos resíduos industriais são dispostos em áreas fora dos empreendimentos. Destes, 12% são para lixões municipais, inclusive os resíduos perigosos. Por meio de programas de educação ambiental, mobilização e comunicação social, este modelo incentiva o compromisso e a fidelização dos munícipes com a separação dos resíduos na fonte geradora. Constata-se, no entanto, é que a maioria de administrações públicas municipais são ineficientes na gestão do lixo urbano, e poucas dispõem de uma política municipal ambiental que traga a disposição final do mesmo, conferindo a devida proteção do meio ambiente.

Existem iniciativas privadas como o projeto ECOELCE realizado pela Companhia Energética do Ceará e Estações de Reciclagem Pão de Açúcar, como apoio a associações de catadores, aos centros de reciclagem, onde o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos é compartilhado e a preferência social por produtos feitos com os materiais reciclados. Mas, que não sofrem nenhum controle, pelo menos não repassa nenhum controle às associações por tratarem-se de compensatórias ou restituição social por depreação ambiental, no caso do ECOELCE. Para o IPEA, o Ceará conta com 1.189 catadores e catadoras de materiais recicláveis somando um total de 70.449 em todo o Brasil informados ao IBGE por órgãos municipais levantados na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB).

Quadro 3 – Pontos fixos – ECOELCE

Ponto de Coleta	Endereço	Bairro	Horário de Funcionamento
Pirambu	Rua Jacinto de Matos, 554	Pirambu	Seg. à Sex. 8:00h às 12:00h e 13:00h às 15:00 / Sáb. de 8:00h às 12:00h
Mondubim	Av. Godofredo Maciel, 6061	Mondubim	Seg. à Sex. 7:30h às 17:30h / Sáb. de 8:30h às 11:00h
Reciclando	Rua Plácido Castelo, 284	Jardim das Oliveiras	Seg. à Sex. 8:00h às 12:00h e 13:00h às 15:00 / Sáb. de 8:00h às 12:00h
ACORES	Rua Frei Alemão, 210	Serrinha	Seg. à Sex. 8:00h às 12:00h e 13:00h às 15:00 / Sáb. de 8:00h às 12:00h
Barra do Ceará (Supermercado Super Polar)	Av. Florêncio de Alencar	Vila Velha	Seg. à Sáb. 8:00h às 16:00h
Dias Macêdo (Supermercado Super do Povo)	Av. Dedé Brasil – no estacionamento do Super do Povo	Dias Macêdo	Seg. à Sáb. 8:00h às 16:00h
Pan Americano (Pinheiro Supermercados)	Rua Piauí, 1110, Pan Americano – Pinheiro Supermercado	Pan Americano	Seg. à Sáb. 8:00h às 16:00h
Washington Soares (Posto Texaco JG)	Av. Washington Soares, 33-40	Edson Queiroz	Seg. à Sex. 8:00h às 12:00h e 13:00h às 17:00 / Sáb. de 8:00h às 12:00h
José Walter	Rua 41 entre Av. C e D	José Walter	Seg. à Sex. 8:00h às 12:00h e 13:00h às 17:00 / Sáb. de 8:00h às 12:00h
Rodolfo Teófilo (Guarda Municipal)	Rua Francisca Clotilde – ao lado do estacionamento da Guarda Municipal	Rodolfo Teófilo	Seg. à Sex. 8:00h às 12:00h e 13:00h às 17:00 / Sáb. de 8:00h às 12:00h
North Shopping	Rua 03, nº 255 ao lado da Fazendinha do North Shopping	Presidente Kennedy	Seg. à Sex. 8:00h às 12:00h e 13:00h às 17:00 / Sáb. de 8:00h às 12:00h
Campo do Ceará	Av. João Pessoa, 3532 (Sede do Ceará Sporting Club)	Damas	Seg. à Sex. 8:00h às 12:00h e 13:00h às 17:00 / Sáb. de 8:00h às 12:00h
Maraponga Mart Moda	Rua Altair com Rua Itaguai (atrás do estacionamento da Moda Íntima)	Maraponga	Seg. à Sex. 8:00h às 12:00h e 13:00h às 17:00 / Sáb. de 8:00h às 12:00h
Associação de Moradores do São Bernardo	Rua Nossa Senhora de Fátima, 123	Messejana	Seg. à Sex. 8:00h às 12:00h e 13:00h às 17:00 / Sáb. de 8:00h às 12:00h

Fonte: Apoio a estruturação da cadeia produtiva de reciclagem e resíduos sólidos interligados ao DRS do BB – Fortaleza/CE, 2012 (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2012, p. 106).

O aterro sanitário ainda é a forma mais apontada de destinação final do lixo urbano, sendo o aterro controlado, a queima e a compostagem do lixo outras formas viáveis. Cabe salientar a importância em investir em educação ambiental, e que a orientação para planos de tratamento e/ou destinação final do lixo urbano deve estar incluída no Plano Local de Gestão dos Resíduos Sólidos de cada município.

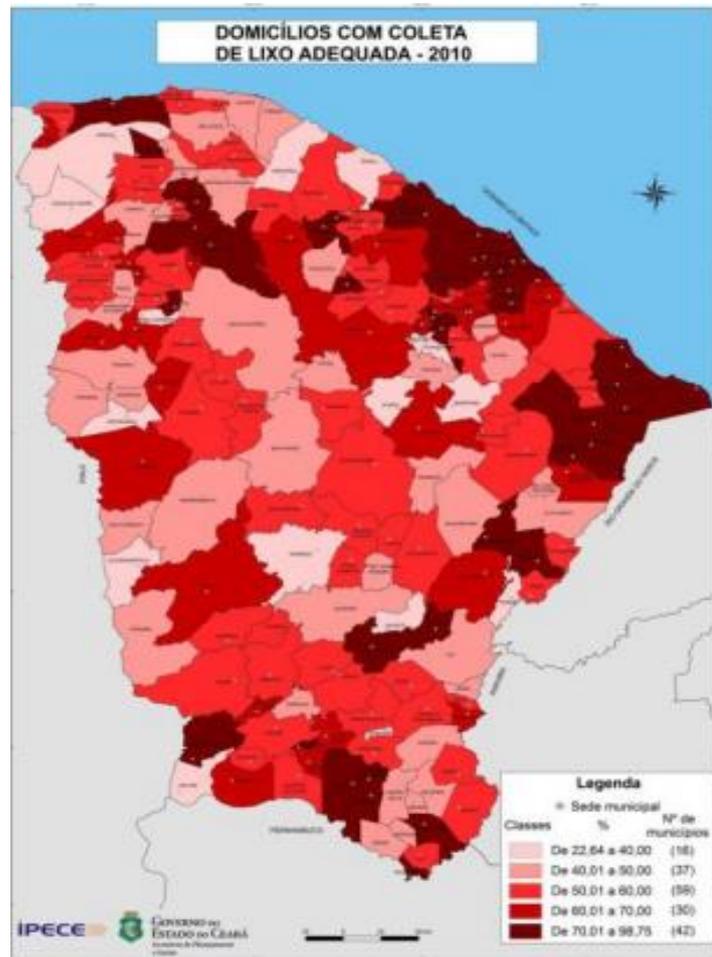
Quadro 4 – Domicílios particulares permanentes com lixo coletado por serviço de limpeza ou caçamba para os dez maiores e menores municípios

Municípios	% de domicílios com coleta de lixo adequada 2000	Municípios	% de domicílios com coleta de lixo adequada 2010
Ceará	61,48	Ceará	75,34
10 maiores		10 maiores	
Fortaleza	95,20	Fortaleza	98,75
Maracanaú	89,99	Maracanaú	95,95
Juazeiro do Norte	89,77	Juazeiro do Norte	94,22
Itaitinga	80,33	Itaitinga	94,15
Pacatuba	77,33	Eusébio	94,05
Caucaia	75,28	Pacatuba	93,96
Sobral	69,96	Horizonte	91,04
Maranguape	69,08	Sobral	88,54
Iguatu	68,79	Guaramiranga	85,77
Eusébio	67,75	Crato	84,11
10 menores		10 menores	
Ubajara	15,56	Quixelô	35,83
Tarrafas	14,78	Granja	35,24
Mirafima	14,55	Aratuba	35,06
Chaval	14,31	Pires Ferreira	34,79
Pires Ferreira	14,04	Quiterianópolis	34,41
Choró	13,53	Salitre	34,17
Dep. Irapuan Pinheiro	11,92	Amontada	33,96
Tururu	9,49	Ipaporanga	32,65
Salitre	8,03	Viçosa do Ceará	31,94
Itatira	7,10	Choró	22,64

Fonte: IPECE (2011 *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2012, p. 27).

O Governo do Estado do Ceará implantou o incentivo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico, previsto na Lei Estadual n.º 14.023 de 17 de dezembro de 2007 e regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 29.306 de 5 de junho de 2008. Trata-se de um instrumento de compensação fiscal que redistribui 2% (dois por cento) do ICMS arrecadado no território cearense aos municípios que obedecem minimamente aos indicadores de desempenho ambiental. O ICMS ecológico, na verdade, é um estímulo para os municípios, não se tratando, portanto, de um novo imposto, pois não acarreta aumento na carga tributária, tampouco de alíquotas, segundo informações da Secretaria de Meio Ambiente do Ceará (SEMACE).

Figura 22 – Domicílios com coleta de lixo adequada nos municípios do Ceará



Fonte: IPECE (2011 *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2012, p. 26).

A Política Estadual de Resíduos Sólidos está em discussão através de consulta pública sob a coordenação do CONPAM que realizou no dia 19 de agosto de 2013 o Seminário de Diagnóstico Participativo com intuito de adequar a região metropolitana de Fortaleza ao que determina a Lei Federal n.º 12.305/2010. Os Estados têm a incumbência da promoção da integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesses comuns relacionadas à gestão dos resíduos sólidos. Nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, segundo termos da lei complementar estadual prevista no § 3º do art. 25 da Constituição Federal. O Estado também tem o dever de controlar e fiscalizar as atividades dos geradores dos resíduos sólidos sujeitas a licenciamento ambiental pelo órgão estadual do SISNAMA (Art. 11 da Lei n.º 12.305/2010), em obediência aos princípios da integração e cooperação, do pacto federativo (CEARÁ, 2013).

Sobre a situação dos resíduos sólidos pode-se observar no primeiro capítulo quando trata sobre o surgimento do trabalho dos catadores em Fortaleza ouvindo os

depoimentos e no artigo “Estimativa da Quantidade de Resíduos Sólidos Urbanos Coletados em Fortaleza e Destinados ao Aterro Sanitário de Caucaia”, pesquisa realizada sobre o atual e maior aterro do Ceará utilizado pelo município de Fortaleza em Caucaia o ASMOC que recebeu 930.145,60 toneladas de resíduos sólidos urbanos das fontes geradoras citadas de janeiro à dezembro de 2005 (SANTOS *et al.*, 2013).

Quadro 5 – Informações do SNIS 2009 sobre manejo de resíduos sólidos em Fortaleza e Caucaia

Indicadores	Fortaleza/CE	Caucaia/CE
Taxa de cobertura da coleta de resíduos domiciliares	90%	99,8%
Quantidade de resíduos domiciliares e públicos coletados	1.169.078 t/ano	111.897 t/ano
Destinação final de resíduos domiciliares	Aterro Sanitário	Aterro Sanitário
Quantidade de resíduos coletados pela Coleta Seletiva	360 t/ano	Não há coleta seletiva
Quantidade de entidades associativas de catadores	13	0
Quantidade de associados	287	0
Despesa per capita com RSU	R\$ 65,90	R\$ 50,56

Fonte: SNIS (2009 *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2012, p. 124).

A Prefeitura Municipal de Fortaleza através dos órgãos Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (EMLURB), Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços de Fortaleza (ACFOR) e Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) acompanha três galpões de triagem: Associação de Catadores da Maravilha, Associação de Catadores do Jangurussú e da Rede de Catadores em Fortaleza. E apesar do apoio em projeto para aquisição dos caminhões para transporte para coleta dos resíduos sólidos da FUNASA ainda existem muitos fatores a serem superados principalmente ao que tange ao compromisso político com a coleta seletiva.

Analisa-se que a conjuntura de recessão e do desemprego dos anos 90 somada ao desenvolvimento do trabalho precário em Fortaleza remete ao conceito de trabalho atrelado a uma visão industrialista e de instrumentalização do ser humano (ALVES; VIANA, 2008 p. 106). Portanto, deve fazer um debate sobre definição que a economia política instituiu para o trabalho.

De outra, para tratar a produção do viver não como efeito secundário da valorização do capital, ou como pura satisfação das necessidades vitais, mas como um questionamento social que permite estabelecer uma ponte entre as diferentes esferas de atividade (ALVES; VIANA, 2008, p. 108).

4.3 AFETOS E DESAFETOS, ENLACES E DESENLACES NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A observação realizada em campo, nas reuniões e nos trabalhos dos galpões detectou-se traços de contradições e controvérsias na história da luta das mulheres catadoras pelo protagonismo na política de resíduos sólidos em Fortaleza numa dialética que perpassa modo de vida, processo de trabalho, relações e de todo um conjunto de simbolismos da vida reproduzida no espaço urbano.

A sociologia urbana [...] Pressupõe a existência de uma percepção coletiva do espaço urbano, desenvolvida a partir da cultura e transmitida por mecanismos de socialização para legitimar a própria cultura. A percepção da cidade, enquanto conteúdo subjetivo confirma uma ideia de que a cidade, enquanto espaço construído coletivamente, reflete não somente a estrutura física, mas o diálogo com o simbólico (BOMFIM, 2010, p. 75).

Serge Paugam propõe uma reflexão sobre o conceito de desqualificação social (SAWAIA, 2011) como um processo que se caracteriza pelo movimento de expulsão dos pobres do trabalho formal sendo uma camada cada vez mais numerosa da população. Evidencia a desqualificação social como diferença da exclusão podendo considerar apenas uma exclusão relativa pela relação de interdependência existente na estrutura social, pois, a primeira é parte integrante de um todo podendo ser analisada por ser constituída como pobres que dependem dos serviços sociais preservam ou resgatam a legitimidade cultural prevendo um crescente recurso à assistência social. De acordo com esse pensamento propõe-se um olhar nas entrelinhas das relações sociais na cidade para perceber os sinais de contradição ou mesmo de significações de realidade reveladas na experiência do indivíduo (BOMFIM, 2010).

A condição dos pobres os mantém no descrédito e alimenta na institucionalização do modelo de dependência através das tipologias de frágeis, assistidos e marginais. Paugam, a partir do pensamento de Georg Simmel sociólogo que aborda o fenômeno da pobreza entende que os assistidos não pertencem de forma homogênea nessa relação de assistência, porque varia conforme o estágio do processo desqualificação em que esteja (SAWAIA, 2011). E apresenta a força dos pobres agrupados para a resistência a essa estigmatização em consonância com a inabilidade do Estado para dar respostas aos que sofrem as carências e as provações.

Observando as ações de governo se percebe enlaces e desenlaces nas ações do governo federal através de programas de inclusão social, por exemplo, no Programa Brasil Sem Miséria que tem como lema:

“É o Estado chegando onde a pobreza está” (BRASIL, 2014b). O plano é uma tentativa de adequação histórica de homens e mulheres dos segmentos populares inculcando-lhes regras para inserção em uma nova ordem. Segundo informações do *site*, mesmo com a aproximação do governo junto aos pobres nos últimos anos ainda detecta-se permanência 16 milhões de pessoas em pobreza extrema, embora 28 milhões de brasileiros tenham saído da condição de pobreza absoluta e 36 milhões ascendeu à classe média. O programa foi criado para ir onde eles estão na tentativa de romper barreiras sociais, políticas, econômicas e sociais segregadoras. Com isso estão elaborando um mapa da pobreza no intuito desenvolver estratégias de superação da miséria prevendo melhores condições de vida. Contudo, o programa deixa claro como é “lucrativo” para o País transformar essas pessoas em cidadãos produtores e consumidores. O plano aponta para tirar os pobres da invisibilidade através da integração de programas sociais como: o Bolsa Família, a Previdência Rural, o Brasil Alfabetizado, o Saúde da Família, o Brasil Sorridente, o Mais Educação e a Rede Cegonha, prometendo a ampliação o acesso dos mais pobres a bens e serviços públicos, incluindo água, luz e moradia incorporando o trabalho de ministérios e atuando de forma diferenciada na cidade, no campo e nas diferentes regiões do País, considerando os diferentes aspectos das regiões que caracterizam essa pobreza (BRASIL, 2014b).

Para os grupos de catadores de materiais recicláveis o programa articula a inclusão produtiva que favorecem a inserção no mercado de trabalho por meio da economia solidária. O plano reúne iniciativas de oferta de qualificação sócio profissional e intermediação de mão de obra, que visam à colocação dos beneficiários em condições qualificadas para as cooperativas de economia solidária e no fomento de ações de qualificação profissional tudo isso focando uma política de geração de renda. Não se compreende os motivos que impedem a operacionalização articulada com as diferentes políticas, apesar todo esse aparato teórico, que responda ao caráter social com garantia de autonomia do sujeito. É como se o indivíduo precisasse permanecer estagnado num estágio de dependência para respaldar supostas preocupações ou suposto compromisso de um Estado que respeita os direitos sociais (BRASIL, 2014b).

Na história das mulheres no Brasil com a aceleração da urbanização o progressivo movimento das populações pobres para as cidades uma nova organização e nova roupagem social se constituía dentre elas as dificuldades econômicas obrigando a muitas mulheres assumirem a chefia das famílias e sofrerem o maior ônus exercendo os trabalhos mais desvalorizados (PRIORE; BASSANEZI, 2009). No estilo de moradia em cortiços nos centros urbanos se vivia uma relação em rede de solidariedade entre elas. Separadas pelos muros da

classe média a rua simbolizava o espaço do desvio enfrentado pelas mulheres pobres que precisavam trabalhar intensificando a repressão sobre contra elas.

Ocorre que esse processo não se desenrolou sem uma efetiva resistência dos membros das camadas populares, inclusive da parcela feminina, que disputava palmo a palmo, o seu direito ao espaço urbano. Deve-se ter em mente que para muitos a rua assumia ares de lar onde comiam, dormiam e extraíam o seu sustento (PRIORE; BASSANEZI, 2009, p. 366).

Nesse processo de identificação ressalta-se a cidade como lugar de movimento e de recriação permanente, diz Sawaia, citado por Bomfim (2010), onde a afetividade como categoria transdisciplinar atua numa ação mediadora como eixo orientador para observação, análise e de ética que permite o entrelaces de subjetividade e objetividade; mente e corpo; razão e emoção. Essa vertente da psicologia que se encontra com a sociologia busca a compreensão do comportamento do ser humano nas interações sociais observadas nos processos de interdependência. A psicologia social revela conexões entre o ser dotado de um comportamento singular mergulhado no contexto coletivo na sociedade.

A trajetória das mulheres catadoras de materiais recicláveis na cidade, pelas ruas e lixões e na luta por inclusão social produtiva na política de resíduos sólidos revela-se na construção afetiva nos processos de representações sociais confrontando-se a ausência de políticas urbanas que legitime e estimule uma atividade sustentável e autônoma. “Na prática, observamos que a comunidade sabe do que necessita em seu cotidiano na cidade. O que ela precisa é ser escutada” (BOMFIM, 2010, p. 21).

A segregação socioespacial no Brasil manifesta-se como mais uma espécie de violência que exige o envolvimento dos cidadãos para superação das dicotomias colocando em evidência a identidade dos indivíduos que interagem no ambiente (BOMFIM, 2010).

Quem disse que a mulher aguenta calada? Questiona Raquel Soihet no capítulo que escreve sobre mulheres e violências urbanas no Brasil (PRIORE; BASSANEZI, 2009). Entre 1890 a 1920 as mulheres pobres e trabalhadoras no Brasil não reproduziam o modelo dominante e as exigências morais da época. Como transgressoras nos dias de hoje as mulheres catadoras também se rebelam contra o modelo socioeconômico que nega a inserção social dos catadores e catadoras em detrimento a privilégios de grupos privados de especuladores que visam lucros e não compromisso ambiental e social.

O projeto da modernidade recaiu sobre as mulheres com recursos de conduta moral intensificando as desigualdades também entre homens e mulheres sujeitando-as a um sistema de dominação cujos sentimentos de medo, insegurança e vergonha extravasam do sexual para a atuação social (PRIORE; BASSANEZI, 2009) realimentando constantemente os desafetos.

Num cotidiano marcado pelas dificuldades de sobrevivência, consideradas perigosas por serem pobres, eram sujeitas a constante violência, o que não as impedia de se apropriar de diversos espaços, lutando sem destemor pelos seus direitos. Circulavam pelas ruas, em busca de resolução de seus problemas, preocupadas com o trabalho, com os filhos, muitas vezes surpreendendo o marido ou companheiro que as enganava. Por tudo isso, julgavam-se merecedoras de direitos iguais aos dos homens com quem convivam (PRIORE; BASSANEZI, 2009, p. 398).

Alguns elementos para a construção de uma proposta feminista com ações a alterar o cotidiano da desigualdade entre homens e mulheres em primeiro lugar seriam necessário reivindicar ações do Estado de combate à discriminação. Em segundo lugar para implementar políticas emancipatórias é necessário materializar oportunidades iguais no trabalho. E terceiro superar na divisão sexual do trabalho os princípios da separação e da hierarquização, pois: “As mulheres executam 2/3 do trabalho realizado pela humanidade e recebem apenas 1/3 dos valores destinados a salários mundialmente sendo proprietárias apenas 1% dos bens imóveis do mundo” (ALVES; VIANA, 2008, p. 32).

A economia solidária como forma de desalienação é uma estratégia como forma de auto-organização do trabalho das mulheres e viabiliza a autonomia. Em Fortaleza, a inserção da mulher nos espaços públicos se revela nas ações das mulheres catadoras de materiais recicláveis na capacidade de organização e na prática da participação nos espaços de controle e decisão.

Quadro 6 – Estimativa de geração de resíduos sólidos por Unidade de Planejamento

FORTALEZA UNIDADE DE PLANEJAMENTO SER – SECRETARIAS EXECUTIVAS REGIONAIS I, II, III, IV, V, VI E SERCEFOP PROJEÇÃO DE RESÍDUOS				
SER	População (2010)	Geração de Resíduos (t/ano)	População estimada (2031)	Estimativa de geração de resíduos (t/ano)
SER I	350.199	73.050,12	458.092	166.905,01
SER II	333.282	116.719,21	435.963	266.795,13
SER III	369.961	78.584,24	483.943	179.549,33
SER IV	271.598	68.622,86	355.275	156.789,55
SER V	542.303	92.419,50	709.382	211.160,12
SER VI	555.512	114.002,49	726.660	260.472,97
SERCEFOP*	29.330	10.011,74	38.366	22.759,77
TOTAL	2.452.185	553.410,2	3.207.681	1.264.431,88*

Fonte: SANETAL (2012 *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2012, p. 82).

* Os dados da SERCEFOP disponíveis estão vinculados ao da SER II, portanto a estimativa levou em consideração a mesma geração per capita para as duas regionais.

5 ENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

5.1 COSMOVISÃO DA IDENTIDADE SOCIAL URBANA E SUSTENTABILIDADE

As condições de vida precária dos trabalhadores e trabalhadoras urbanos, a morosidade do Estado de bem-estar social, deflagraram na insegurança formando um conjunto de situações que contrariam as funções da vida que parecem estar suspensas e ameaçam a existência do indivíduo.

A questão da identidade também está ligada ao colapso do Estado de bem-estar e ao posterior crescimento da sensação de insegurança, com a “corrosão do caráter” que a insegurança e a flexibilidade no local de trabalho têm provocado na sociedade (BAUMAN, 2005, p. 11).

As forças simultâneas e conflitantes da identidade com seus caracteres próprios e exclusivos com os quais se podem diferenciar as pessoas na existência social e cultural estão registradas nos elementos que a compõem e que a ancora na segurança da identificação. Para Bauman (2005), o problema da identidade está no modelo estático pelo qual ela foi concebida, pois, não prevê adaptações no percurso social.

Os habitantes do mundo moderno líquido mantem as identidades em movimentos e lutam para pertencerem a grupos em comuns na velocidade do momento. E para uma percepção de mundo real se observa os deslocamentos dos agricultores para a cidade onde os limites comunitários não são mais a família, Igreja ou o povoado prevista no modelo clássico sociológico (MOCELLIM, 2011). A comunidade compreendida nos limites da instância de parentesco, vizinhança e amizade. Enquanto a sociedade como uma forma mais abrangente e que não está contida nesses limites de espaço.

As comunidades guarda-roupa são reunidas enquanto dura o espetáculo e prontamente desfeitas quando os expectadores apanham os seus casacos nos cabides. Suas vantagens em relação à “coisa genuína” são precisamente a curta duração de seu ciclo de vida e a precariedade do compromisso necessário para ingressar e (embora por breve tempo) aproveitá-las (BAUMAN, 2005, p. 37).

É na ambiência urbana onde o trabalho da catação de materiais recicláveis é mais intenso. É também onde o fenômeno da globalização dos mercados encontra solo fértil para germinar a semente do bom fluxo do mercado livre, e para onde o Estado encaminhou suas tarefas perdendo a condição de uma atuação sólida junto à nação (BAUMAN, 2005). Esse mercado é orientado pela internacional Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE) composta por 34 países com sede em Paris. Tem como objetivo apoiar um crescimento econômico duradouro, desenvolver o emprego, aumentar o nível de vida, manter a estabilidade financeira, ajudar os outros países a desenvolverem as suas economias e de contribuir para o crescimento do comércio mundial baseada nos interesses da plataforma das economias com um elevado Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerados países desenvolvidos.

Com os ajustes de procedimento as pessoas encontram pouca segurança e experimentam um esvaziamento e a exigência de se encontrar um novo formato para a vida comunitária. Mesmo quando o Estado não é capaz de garantir os direitos econômicos, políticos e sociais representados pela grantia individual sobre os demais (BAUMAN, 2005). Segundo Bauman (2003), citado por Mocellim (2011, p. 119), “[...] diante da impossibilidade de encontrar uma comunidade, uma nova forma de haver entendimento e segurança, o conceito de identidade ganha importância. A identidade é a substituta contemporânea da comunidade”.

Porém, o pertencimento identificado fora da comunidade é frágil, precário e nocivo, mesmo que, fundamental ao modelo globalizado para inserção ou reinserção no mundo do trabalho. O indivíduo está livremente flutuante sustentado em sua identificação (BAUMAN, 2005). Contudo, a comunidade não deixa de existir por causa desse deslocamento, mas, surge com outras características das comunidades éticas tradicionais motivadas pelas normas, outrora tratada pelos sociólogos. Agora, se assume como comunidade estética, das aparências e da fluidez (MOCELLIM, 2011).

A miséria humana e as desigualdades sociais não podem ser vistas com o conformismo e determinismo, e sim, como uma “**tragédia evitável**” desde que se consiga despertar a sensatez das pessoas para refletirem e se posicionarem diante de uma economia que prioriza os países que partiram na frente na industrialização em detrimento dos outros (BAUMAN, 2005) onde as identidades obedecem a uma hierarquização.

As categorias em desvantagens, ao mesmo tempo, que se opõem ao neoliberalismo legitimam essas diferenças mesmo com a incapacidade do Estado social de lhes garantir confiança. A percepção popular está associada a vida de aprisionamento condenada a viver em guetos (BAUMAN, 2005). Por sua vez, a sua voz não é mais ouvida como já foi citada a Da. Nilda presidente da Rede de Catadores que enrouqueceu de tanto pedir consideração.

Feridos pela experiência do abandono, homens e mulheres desta nossa época suspeitam ser peões no jogo de alguém, desprotegidos dos movimentos feitos pelos grandes jogadores e facilmente renegados e destinados à pilha de lixo quando estes acharem que não dão mais lucro (BAUMAN, 2005, p. 53).

A “**liquefação**” (BAUMAN, 2005, p. 57) das estruturas sociais numa sociedade passageira que não demarca o seu lugar em campo porque agora ela não é mais localizável, é o desafio da auto identificação. O indivíduo ficou sobrecarregado porque flutua nas incertezas das possibilidades mutáveis. Seu modo de consumir é pautado na satisfação, por não desenvolver habilidades orientadas por uma educação pra consciência de consumo. A produção é intensa porque o consumo é intenso, comerciais, propagandas, novelas, revistas, tecnologias tudo o que possa trazer satisfação. E o mercado pretende preencher esta lacuna.

Vislumbrado este cenário da modernidade líquida Bauman (2001) sugere reflexões das mudanças que se apresentaram à condição humana do ponto de vista da emancipação, da individualidade, do tempo/espço, do trabalho e da comunidade, tendo em vista, o distanciamento da estrutura sistêmica. Enquanto os catadores e catadoras se organizam e lutam por políticas públicas apostando numa tomada de posição concreta sobre o destino dos resíduos sólidos não sentem segurança no Estado porque a coleta seletiva não acontece, suas demandas não são respondidas enquanto que o seu poder frente a globalização está restringido a soberania territorial (BAUMAN, 2005). Ao tratar da individualidade em modernidade líquida Bauman (2001) trás o pensamento de Lewis Carroll romancista britânico autor do livro clássico “Alice no País das Maravilhas”. “Agora, aqui, veja, é preciso correr o máximo que puder para permanecer no mesmo lugar. Se quiser ir a algum outro lugar, deve correr pelo menos duas vezes mais depressa do que isso!” (BAUMAN, 2001, p. 64).

Não há fixação nem do trabalho nem do capital não há solidez porque a humanidade está numa corrida e fascinada por ela porque a compulsão alimenta o ego no reconhecimento da competência pessoal de buscar (BAUMAN, 2001) e garantir o acesso ao consumo numa macro economia. Esse fenômeno que surge com a passagem do capitalismo pesado ao leve, liquefeito (BAUMAN, 2001) registra as reviravoltas da história na luta dos trabalhadores e dos movimentos impactados por uma comunicação de massa seduzindo ao espetáculo e ao entretenimento. O desafio de pensar uma sustentabilidade líquida num crescente desequilíbrio entre a liberdade e as garantias individuais principalmente quando se trata dos laços humanos.

A Resolução n.º 57/254 estabelece a década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável referindo-se ao Capítulo 36 da Agenda 21, relativo à Promoção do Ensino, da Conscientização Pública e do Treinamento, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil. É proposto um esforço global para fortalecer atitudes, valores e ações que sejam ambientalmente saudáveis e que apoiem o desenvolvimento sustentável por meio da

promoção do ensino, da conscientização e do treinamento. O Instituto Pólis (2010) em parceria com a Fundação Banco do Brasil preocupados com elevado padrão de consumo adotado desde os anos 80, elaborou estudo com intuito de contribuir com o protagonismo de homens e mulheres e de construir e reuplicar tecnologias sociais para educação, geração de trabalho e renda. Detectaram que os níveis de crescimento econômico continuado voltados para a satisfação de demandas por bens de consumo não essenciais, são incompatíveis com um processo de desenvolvimento ecologicamente sustentável. Por entenderem que não faz sentido qualquer crescimento econômico sinalizam elementos que possa auxiliar na transição dos padrões de consumo como: a agenda ambiental, o bem viver, a colaboração, a corresponsabilidade, a governança democrática, os processos de desintermediação, a valorização do local, a inserção sócio laboral e a geração de empregos “verdes”.

5.2 RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS – INTERAÇÃO RECURSOS NATURAIS E COMPORTAMENTO

Em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) para reexaminar as questões críticas do meio ambiente e de desenvolvimento e propor novas normas de cooperação internacional que pudessem orientar políticas e ações internacionais de modo a promover um desenvolvimento sustentável como encaminhamentos da **Conferência de Estocolmo em 1972** que teve o objetivo de conscientizar a sociedade a melhorar a relação com o meio ambiente. Para implementar as diretrizes da conferência, em 1987, elaborou-se o relatório “Nosso Futuro Comum”, que trata da busca do equilíbrio entre desenvolvimento e preservação dos recursos naturais e destaca o conceito de desenvolvimento sustentável que trata a sustentabilidade como processo que busca satisfazer as necessidades e aspirações do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras para atender a suas próprias necessidades, sendo implícita nessa concepção a preocupação social pelas condições de vida das comunidades, diz Firmeza (2005) citando Enrique Leff economista mexicano e doutor em economia do desenvolvimento.

É preciso que as cidades tratem responsabilidades compartilhadas considerando a interdependência das relações e a interação dos recursos naturais observando o comportamento da sociedade no processo do capital e do trabalho como a relação de poder tendo em vista a diferenciação de apropriações dos indivíduos sobre na reprodução espacial (CARLOS, 2008).

No Relatório “Nosso futuro comum” também conhecido como Relatório Brundtland da ONU, em sua 2ª edição, publicado pela Editora da Fundação Getúlio Vargas, em 1991, apresenta que a concepção de um futuro sustentável requer novas políticas, novos projetos coletivos e ações individuais (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991) e conforme o pensamento de Jung (1978, p. 10) que pode colaborar para a reflexão:

Até hoje, os grandes problemas da humanidade nunca foram resolvidos por decretos coletivos, mas somente pela renovação da atitude do indivíduo. Em tempo algum, meditar sobre si mesmo foi uma necessidade tão imperiosa e a única coisa certa, como nesta catastrófica época contemporânea.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê a gestão integrada dos resíduos sólidos, a responsabilidade compartilhada e a logística reversa o que ainda não se mostrou suficiente por não ter acontecido de fato mudanças de comportamento nem coletivo e nem individual. Edgar de Assis Carvalho, antropólogo e professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) enfatiza em seu artigo “Saberes complexos e educação transdisciplinar” que a terra-pátria não pode ser concebida como um meio de obter lucros e vantagens baseia-se nos quatro pilares das formas de aprendizagem da educação para o século XXI definidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que é conhecer, fazer, viver junto e ser. É um processo complexo que trás exigências de regeneração do humanismo e da ética que poderá ser construído na transdisciplinaridade como aquilo que vai além da disciplina, portanto, diferente de interdisciplinaridade, pois transcende, rompe dicotomia entre sujeito e objeto compreendendo que existem várias percepções de realidade (CARVALHO, 2008).

Ainda no artigo de Carvalho (2008) é abordada a questão fundamental da educação dos educadores e sinaliza que além de uma modernidade líquida de tempos fluídos, conceituado por Zigmunt Bauman, provoca uma reflexão a partir da inquietação de Marx (1982, grifos na obra) na terceira tese Feuerbach:

A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado. Ela acaba, por isso, necessariamente, por separar a sociedade em duas partes, uma das quais fica elevada acima da sociedade (por exemplo, em Robert Owen). A coincidência do mudar das circunstâncias e da atividade humana só pode ser tomada e racionalmente entendida como *praxes revolucionante*.

Intensificar acordos e atuar no conjunto da sociedade é exigência emergente. As ações do MMA junto aos municípios e Estados ainda ocorrem de forma fragmentada. É preciso observar não só os fatores internos do indivíduo como os que o rodeiam para uma abertura que permita a questionar as certezas para que possamos superar as alienações. Trazendo a proposta transdisciplinar aonde o conhecimento pertinente é aquele que é colocado no contexto, Morin (*apud* NUNES, 2009) reflete sobre os sete saberes necessários à educação do futuro que são sete buracos negros em nossa educação: o conhecimento, conhecimento pertinente, identidade humana, compreensão humana, incerteza, condição planetária e o antropológico.

“A antropoética compreende, assim, a esperança na completude da humanidade, como consciência e cidadania planetária” (MORIN *apud* NUNES, 2009).

O MMA aponta que para a destinação final dos resíduos sólidos persistem dificuldades históricas e prováveis causas a superar: a escala inadequada dos empreendimentos, insustentabilidade econômica financeira, incapacidade operacional, ausência de desenvolvimento institucional. Apesar da adoção de modelos tecnológicos para a redução da quantidade de resíduos em aterros como: construção de galpões de triagem, apoio a programas de coleta seletiva, construção de centros de reciclagem (RCD) percebe-se a ineficiência nas ações para o sucesso de uma política nacional de resíduos sólidos.

A organização de catadores e catadores de materiais recicláveis trás a alternativa ambiental evitando o estrangulamento da vida útil dos aterros sanitários e social na inclusão produtiva desses trabalhadores e trabalhadoras. A cadeia produtiva de resíduos sólidos urbanos oferece a possibilidade de geração de renda com diversos modos de produção em reaproveitamento do material.

Por outro lado, o portal meio ambiente do governo federal (PORTAL BRASIL, 2012) diz a coleta seletiva só existe em 443 cidades brasileiras (8% do total), segundo uma pesquisa feita pela associação Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE). O Brasil conta com uma população que cresceu 16 por cento, enquanto a geração de resíduos sólidos domiciliares cresceu em 49 por cento (IBGE, 2001) ainda sendo a maior parte dos resíduos recicláveis encaminhado para os aterros sanitários.

Entretanto, nesse caminho de construções e controvérsias, o Decreto n.º 7.404/2010 cria o Comitê Interministerial (CI) com a finalidade de apoiar a estruturação e implementação da PNRS, por meio da articulação dos órgãos e entidades governamentais, de modo a possibilitar o cumprimento das determinações e metas previstas na Lei n.º 12.305/2010 com cinco grupos de trabalho de: elaboração do plano nacional de resíduos

sólidos, elaboração de normativa sobre recuperação energética, incentivos econômicos financeiros e creditícios, elaboração de normativa para disciplinar a gestão de áreas contaminadas, áreas órfãs e de resíduos perigosos e de elaboração das diretrizes de educação ambiental, comunicação social, e desenvolvimento de capacidades. A responsabilidade compartilhada prevista na PNRS se opõe a obsolescência programada e tem o objetivo de reduzir a geração de resíduos sólidos, reduzir o desperdício de materiais, reduzir a poluição, reduzir os danos ambientais e estimular o desenvolvimento de mercados, produção e consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis, gerando compromisso socioambiental.

Portanto, a humanidade caminha transitoriamente entre o ético e o estético e mesmo frágil e transitória perseguirá seus objetivos individuais (BAUMAN, 2001). Esse paradoxo está enraizado na natureza da vida na modernidade líquida e a carta da terra como código ético planetário trás 16 princípios básicos em quatro tópicos o de respeitar e cuidar da comunidade de vida, de integridade ecológica, de justiça social e econômica, de democracia e de violência e paz. O objetivo contribuir para erradicação da pobreza, com acesso à água potável, ao ar puro e à segurança alimentar, e a construção de sociedades democráticas, sustentáveis e justas disseminando esse conteúdo com a sociedade e suas organizações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa observou numa ótica de gênero aspectos da condição de trabalho e pobreza das mulheres catadoras de materiais recicláveis atentando para a influência da migração da seca no Ceará, à procura por sobrevivência no espaço urbano, suas relações sociais e experiência nos lixões, como também a organização das associações, e atuação política das mesmas nas associações de catadores de Materiais Recicláveis de Fortaleza, na Rede de Catadores de Fortaleza e na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Metropolitana de Fortaleza. Verificando, sobretudo a participação dessas mulheres para construção de políticas públicas de resíduos sólidos com inserção produtiva dos catadores e catadoras a nível nacional, estadual e municipal.

A concentração espacial em Fortaleza consequência dos deslocamentos dos agricultores recrutados pela circunstância de pobreza e ausência de trabalho na zona rural foi marcada pela desterritorialização do indivíduo em pleno desenvolvimento da indústria e num processo de acúmulo do capital. A industrialização estabeleceu novo estilo vida na era moderna com aceleração da produção em velocidade cada vez maior, contribuindo para o aumento da produção de resíduos sólidos, seja durante o processo de fabricação, seja pelo estímulo ao consumo contribuindo para o agravamento dos problemas com resíduos devido ao aumento da produção e a falta de locais adequados para sua disposição.

Nessa Perspectiva, a contradição nas ações do Estado Bem-Estar Social no desenvolvimento das forças produtivas e na produção do espaço urbano em Fortaleza de forma higienista sofre influência dos projetos para aformosamento da cidade pelos franceses e ingleses, enquanto os desenraizados na labuta conquistavam o pão de cada dia vivendo situações das mais adversas.

Na investigação da vida cotidiana de catadoras e catadores de materiais recicláveis se arremete a processos de insegurança e libertação, de forma de vida comunitário e individual que emergiu em meio a diversos conflitos nas relações sociais marcadas pela produção de mercadoria (CARLOS, 2008). Na labuta nos lixões uma atuação individual apesar da inserção numa comunidade específica encontrando saída diante das forças coercitivas. Nas associações alcançando o direito social de congregar pessoas com interesses comuns na experiência nos galpões de triagem na divisão sexual do trabalho.

Para Bauman (2003), as consequências de homens e mulheres dissociados da relação familiar e inseridos numa esfera social vivendo o transitório nas comunidades autosustentadas e autoreprodutivas apontam a solidez do capitalismo em processo de liquidez

com sucessivos deslocamentos do sólido ao líquido. Porque o que afeta ao pobre coletivamente é controlado para eles e não por eles.

As histórias de vidas ocorrida nos cinco lixões, de catadoras e catadores de materiais recicláveis recordam o grande volume de material casquerado, ou seja, revolver do lixo os objetos recicláveis. Onde intensificavam o trabalho nas noites sem iluminação aonde os caminhões carregados de lixo e a pá mecânica circulavam em meio às famílias com crianças que muitas vezes chegavam a morrer porque adormeciam no lixo e eram atropeladas. Recordações como a da Sebastiana presidente da ASCAJAN que aos 16 anos chegara à Fortaleza com o marido e uma criança de colo vinda de Morada Nova após tentar trabalho em Pacajus. Ela ouviu falar ni lixão do Jangurussú e depois de ter tentado trabalhar como doméstica e o marido numa vacaria resolveram ir para a catação onde estão até hoje.

Na SOCRELP, associação no Pirambú, Da. Anete recorda o estímulo pelo Estado para organização da primeira associação de catadores de Fortaleza através do projeto SANEAR da SDU. Tinha o objetivo de organizar os catadores em associação e implantar a coleta seletiva e educação ambiental. Com sede própria e assistência da Secretaria de Trabalho e Ação Social as vidas melhoravam.

Para Arendt (2010), as esferas pública e privada da vida se distinguem nos domínios da família e da política, mas, com a eclosão da era moderna eclodiu também a esfera social encontrando forma política no Estado-Nação que necessitam de uma economia social para alcançar a vida dos cidadãos. A precariedade do trabalho, apesar da regulamentação da atividade, a inclui na manufatura como condição própria do capitalismo onde o mesmo capital individual ocupa um numero maior de trabalhadores para estender a escala de produção (MARX, 1971).

No galpão de triagem da maior associação da Rede de Catadores de Materiais Recicláveis, a ASCAJAN, se lamenta algumas vezes a falta de compreensão das funções exercidas pelas mulheres que se diferencia pela extensão das ações que garantam o funcionamento integral daquela unidade o que requer habilidades para cogestão com a EMLURB, estabelecer diálogos com grandes geradores e participar intensamente dos espaços de discussão sobre a política pública de resíduos sólidos.

O trabalho no espaço urbano da Idade média foi trazido para o infortúnio desfrutado pelas mulheres nas diversas profissões. Obrigadas a trabalhar as tecelãs experimentaram a desesperança de dias melhores, o pauperismo com cargo horária intensa e trabalho manufatureiro afetado por fomes e doenças aprofundando a diferenciação social evidenciando a ineficácia dos controles tradicionais (CASTEL, 1998).

No processo de urbanização se conta com elementos que se revelam no cotidiano no modo de vida e representações de valores culturais que produzem novas aspirações e valores que definem a relação com o outro (CARLOS, 2008). As necessidades de uma sociedade são influenciadas pela tradição e seus elementos culturais e morais e como também pela hierarquização dos indivíduos fruto da divisão do trabalho. Neste cenário, a afetividade e as emoções decorrem do sentir a cidade e implicam na ética e cidadania (BOMFIM, 2010).

Essa categoria social desenvolvida no arcabouço de hierarquias e subordinações deve marcar novo tempo de igualdades de direitos entre homens superando conflitos da vida cotidiana incorporadas pela dimensão de gênero para contribuir com o aprofundamento da democracia interna das organizações e para estabelecer relações igualitárias.

Os tempos modernos líquidos não se ancoram na segurança da identificação e não prevê adaptações no percurso social (BAUMAN, 2005). Por isso, pensar sustentabilidade significa pensar em produção e destino final dos resíduos sólidos com um programa de coleta seletiva com inclusão produtiva de catadores. Para isso, requer um olhar ecológico e social e nova prática econômica mercadológica não mais alicerçada em padrões sólidos. Passa pelo viver em comunidade por ser um privilégio que dá acesso autonomia, ou seja, a liberdade que é o direito a auto-afirmação e a identidade, mesmo que isso não garanta a segurança porque esses dois valores a liberdade e a segurança não se ajustam (BAUMAN, 2003).

Portanto, o empoderamento dessas mulheres passa pela autonomia e segue uma lógica de “potencialização do ser” (VIEIRA, 2011, p. 17) isso propicia um cenário de transformação social na conquista de cidadania através de práticas educativas na vida ativa na política. A divergência reconhecida na dinâmica da aprendizagem permite a percepção de uma organização viva que permite circular fluxos nutridores que podem fazer florescer novas relações capazes de superar relações de poder e de domínio construídas nos processos coercitivos (MORAES, 2003) para isso é preciso garantir a participação e cultivar processos dialógicos.

REFERÊNCIAS

A VIDA no meio do lixo. **O POVO online**, Fortaleza, 07 jan. 2013. Jornal de Hoje, Fortaleza. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2013/01/07/noticias_jornalfortaleza,2983755/catadores-a-vida-no-meio-do-lixo.shtml>. Acesso em: 20 maio 2014.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues; VIANA, Raquel (Orgs.). **Políticas para as mulheres em Fortaleza**: desafios para a igualdade. Fortaleza: Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. Secretaria Municipal de Assistência Social. Prefeitura Municipal de Fortaleza; São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008. (Caderno da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres). Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05932.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. **A miséria e os dias**: história da mendicância no Ceará. São Paulo: Hucitec, 2000.

ARENDT, Hanna. **A condição humana**. 11. ed. São Paulo: Forence, 2010.

BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. **Cidade e afetividade**. Fortaleza: Ed. UFC, 2010.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Disponível em: <<http://identidadesculturas.files.wordpress.com/2011/05/bauman-zygmunt-identidade.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Serviços Técnicos de Economia Eireli. **A indústria do Estado do Ceará**. Brasília, 2014a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/industr_ce.pdf>. Acesso em: 25 maio 2014.

_____. Plano Brasil Sem Miséria. Inclusão produtiva. **Inclusão produtiva urbana**. Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/inclusao-productiva/inclusao-productiva-urbana>>. Acesso em: 20 maio 2014b.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 out. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em: 25 maio 2014.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Gênero e pobreza no Brasil**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0B9B4B1EBA/GEneroPobreza_Brasil04.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2014.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 2002.

BRUNO, Artur; FARIAS, Airton de. **Fortaleza: uma breve história**. Fortaleza: Inesp, 2011.

CÁRITAS, nacional. **Notícias sobre os catadores**. Disponível em: <<http://caritas.org.br/novo/tag/catadoras/>>. Acesso em: 7 jul. 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A reprodução do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARVALHO, Edgard de Assis. Saberes complexos e educação transdisciplinar. **Educar**, Curitiba, n. 32, p. 17-27, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155013363003>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Andreia Alves Monteiro de. Amor, desejo e transgressão – as cartas de amor na novela camiliana. In: JORNADA OITOCENTISTA UERJ-USP, 1., 5 a 7 abr. 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2011. p. 10-20. Disponível em: <http://www.institutodeletras.uerj.br/jornadaoitocentista/anais_jornada_oitocentista.pdf>. Acesso em: 25 maio 2014.

CAVALCANTE, Sylvia; FRANCO, Márcio Flavio Amorim. Profissão perigo: percepção de risco à saúde entre os catadores do Lixão do Jangurussu. **Revista Mal-estar e Subjetividades**, v. VII, n. 1, p. 211-231, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27170112>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

CEARÁ. Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente. **RMF é quem vai acabar primeiro com os lixões**. Fortaleza, 19 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.conpam.ce.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/43764-manha-de-diagnosticos-sobre-os-residuos-solidos-no-ceara>>. Acesso em: 20 maio 2014.

_____. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Corpo de Bombeiros Militar. Coordenadoria de Estadual de Defesa Civil. **Mapa dos municípios em situação de emergência por estiagem 2012**. Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com/-AdNd7AnhKIo/T8ZkqVig_iI/AAAAAAABmY/SKe9gYcpgiE/s1600/ses_estiagem_2012_05_16.jpg>. Acesso em: 20 maio 2014.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Estudo da organização e funcionamento da entidade destinada a operar a unidade de catação de material reciclável de Jangurussú**. Fortaleza, 1993.

COCKELL, Fernanda Flávia; CARVALHO, Angela Maria Carneiro de; CAMAROTTO, João Alberto; BENTO, Paulo Eduardo Gomes. A triagem de lixo reciclável: análise ergonômica da atividade. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 29, n. 110, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S030376572004000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 10 abr. 2014.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em:

<<https://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>. Acesso em: 20 maio 2014.

COSTA-FILHO, Alfredo. Paul Israel Singer. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 363-374, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a26.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2013.

FILE: Tree Map-Atividades Economicas em Fortaleza (2012).png. Wikimedia Commons, modificado em: 10 apr. 2014. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tree_Map-Atividades_Economicas_em_Fortaleza_%282012%29.png>. Acesso em: 15 abr. 2014.

FIRMEZA, Sergio de Miranda. **A caracterização física dos resíduos sólidos domiciliares de Fortaleza como fator determinante do seu potencial reciclável**. Fortaleza: UFC, 2005. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/bitstream/123456789/1627/1/2005_dis_sdmfirmeza.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FROTA, Maria Helena de Paula. **A indústria de beneficiamento de castanha de caju no Ceará: uma máquina de fazer louco**”. 1984. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1984.

GARCIA, Eloísa Elena Corrêa. **Resíduos sólidos urbanos e a economia verde**. [Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, 2012]. (Coleção de Estudos sobre Diretrizes para uma Economia Verde no Brasil). Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/fbds/IMG/pdf/doc-543.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

GONÇALVES, Rubia Cristina Martins. **A voz dos catadores de lixo em sua luta pela sobrevivência**. 2005. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Fortaleza, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Diagnóstico dos resíduos sólidos urbanos** – relatório de pesquisa. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/121009_relatorio_residuos_solidos_urbanos.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

INSTITUTO NERUDA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Projeto Mulheres no Emprego Informal: globalizando e organizando**. Belo Horizonte, 8 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.insea.org.br/projeto-mulheres-no-emprego-informal-globalizando-e-organizando-wiego/>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

INSTITUTO PÓLIS. **Novos paradigmas de produção e consumo experiências inovadoras**. Organização de Leandro Morais e Adriano Borges. São Paulo, 2010. Disponível: <http://www.fbes.org.br/biblioteca22/Novos_Paradigmas_de_Producao_e_Consumo_-_Instituto_Polis.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2014.

IZAÍAS, Fabiana Maria de Carvalho. **Na rota do lixo: percursos de vida e trabalho de catadores do complexo de tratamento de resíduos sólidos do Jangurussú**. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, 19 out. 1994, p. 19.

JUNG, C. G. Prefácio da 1ª edição. In: _____. **Obras completas**. Psicologia do inconsciente. Petrópolis: Vozes, 1978. v. 7/1. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=MdEbBAAAQBAJ&pg=PA10&lpg=PA10&dq=At%C3%A9+hoje,+os+grandes+problemas+da+humanidade+nunca+foram+resolvidos+por+decretos+coletivos,+mas+somente+pela+renova%C3%A7%C3%A3o+da+atitude+do+indiv%C3%ADuo.+Em+tempo+algum,+meditar+sobre+si+mesmo+foi+uma+necessidade+t%C3%A3o+imperiosa+e+a+%C3%BA+nica+coisa+certa,+como+nesta+catastr%C3%B3fica+%C3%A9+poca+contempor%C3%A2nea&source=bl&ots=WRS6ppbJ3W&sig=xWM6Lbb98VbEmEUI-Hwxyop69IM&hl=pt-BR&sa=X&ei=75nmVJCiE4y-ggTjgISIAw&ved=0CC4Q6AEwAw#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 20 maio 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade**: conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LÊNINE, V. I. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. In: _____. **Obras escolhidas**. Lisboa, Moscovo: Edições Progresso, 1977. t. 1, p. 38. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/03/tresfont.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 1997.

MADEIRA, Vanessa. Sem planos de gestão, Ceará gera, por dia, 14 mil toneladas de lixo. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 17 mar. 2014. Cidade. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/sem-planos-de-gestao-ceara-gera-por-dia-14-mil-toneladas-de-lixo-1.846716>>. Acesso em: 20 maio 2014.

MARICATO, Erminia. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_conhecercidadeilegal.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2014.

MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: SENAC, 1998.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Tradução de Álvaro Pina. Lisboa, Moscovo: Progresso, 1982. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/index.htm>>. Acesso em: 20 maio 2014.

_____. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MOCELLIM, Alan Delazeri. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 105-125, 2011. Disponível em: <http://www.fffch.usp.br/ds/plural/edicoes/17_2/v17n2_05.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2014.

MORAES, Maria Cândida. **Educar na biologia do amor e da solidariedade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. 8 de março: Mulheres em LUTA pela Reciclagem Popular. Setor de Comunicação, 17 mar. 2014. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/box_2/noticias-regionais/8-de-marco-mulheres-em-luta-pela-reciclagem-popular>. Acesso em: 20 maio 2014.

_____. **III Encontro Nacional de Mulheres Catadoras elabora carta para Governo.** Setor de Comunicação, 02 dez. 2013. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/box_2/noticias-regionais/iii-encontro-nacional-de-mulheres-catadoras-elabora-carta-para-governo-federal>. Acesso em: 20 maio 2014.

_____. **Catadoras realizam 2º Encontro Nacional e gritam NÃO À INCINERAÇÃO!!!** Setor de Comunicação, 04 jul. 2011. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/box_2/noticias-regionais/mulheres-catadoras-realizam-2o-encontro-nacional-e-gritam-nao-a-incineracao>. Acesso em: 20 maio 2014.

_____. **Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis.** Relatório técnico final, janeiro de 2006. Salvador: UFBA, 2006. Coordenação institucional de OAF/PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais. Coordenação técnica de Grupo de Estudos de Relações Intersetoriais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia. Equipe executora de João Damásio de Oliveira Filho, Telma Cristina Teixeira, Luís Gustavo Delmont, Lúcio Flávio da Silva Freitas, Amílcar José Carvalho, Gracil Márcia Gonçalves Moreira, Ana Cristina Sacramento de Jesus. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/orgaoscolegiados/orgaos-em-destaque/ciisc/arquivos/PDF%20-%20Estudo%20-%20Geracao%20de%20Postos%20de%20Trabalho%20para%20Catadores%20de%20Reciclaveis.pdf/view>>. Acesso em: 20 maio 2014.

NUNES, Pablo. **Síntese das reflexões de Edgar Morin.** Nova Iguaçu, RJ: Fundação CERCIERJ, 2009. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/14679115/Sintese-das-Reflexoes-de-Edgar-Morin>>. Acesso em: 20 maio 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Declaração de Filadélfia.** Convênio UniCEUB – OIT. Consolidação das Leis do Trabalho Escravo. Responsável: Dr. Clovis Veloso de Queiroz Neto. Coordenadora: Professora Dra. Lílian Rose Rocha. [Brasília, 2014]. p. 41-43. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/legis_jur/sumario/Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Filad%C3%A9lfia.pdf>. Acesso em: 25 maio 2014.

PACIEVITCH, Thais. **Geografia do Ceará.** InfoEscola, 2014. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/ceara/geografia-do-ceara/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

PIMENTEIRA, Cicero Augusto Prudêncio. **Gestão integrada de resíduos sólidos no Rio de Janeiro:** impactos das decisões dos gestores nas políticas públicas. 2010. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ppe.ufrj.br/ppes/production/tesis/cicero_pimentel.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2013.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Epoque.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf, 2010.

PORTAL BRASIL. **País investe em ações para incentivar a coleta seletiva**. Brasília, 11 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/04/pais-investe-em-acoes-para-incentivar-a-coleta-seletiva-de-lixo>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Regionais (SERS)**. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/regionais>>. Acesso em: 20 maio 2014.

_____. Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Fortaleza – Estado do Ceará** – relatório IV. Fortaleza: SENATAL Engenharia & Consultoria, 2012. 398 p. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/pmgirs-final-3011.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

PRIORE, Mary Del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

PROTAGONISTA. Wikipédia, a enciclopédia livre. Página modificada em: 13 fev. 2015. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Protagonista>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

PULEO, Alicia H. **Filosofía, género y pensamiento crítico**. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2000. (Servicio de Publicaciones).

ROSADO, Rosa Maris. **Por uma cartografia do lixo seco de Porto Alegre/RS/Brasil: catadores, complexidade e educação ambiental**. Disponível em: <<http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/cyt.MA-2-ROSADO.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

SABADIA, J. A. B.; CASAS, A.; SANTIAGO, M. M. F.; MENDES FILHO, J. A. problemática da destinação final de resíduos sólidos urbanos: o aterro do Jangurussú e os recursos hídricos subterrâneos da cidade de Fortaleza – Ceará. In: JOINT WORLD CONGRESS ON GROUNDWATER, 1., [2000, Fortaleza]. **Anais...** [Fortaleza: s.n., 2000. Disponível em: <<http://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/viewFile/23774/15841>>. Acesso em: 20 maio 2014.

SANTOS, Gemelle Oliveira; ALVES, Catarina de Brito; SANTOS, Germana Oliveira; ZANELLA, Maria Elisa. **Estimativa da quantidade de resíduos sólidos urbanos coletados em Fortaleza e destinados ao Aterro Sanitário de Caucaia (Ceará)**. Fortaleza: Especialização em Gestão Ambiental, Universidade Estadual do Ceará, [2013]. Disponível em: <<http://web-resol.org/textos/Gemelle-Artigo%206.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SARAIVA, Roseana. Acúmulo de sujeira. Capital é a 1ª do NE em produção diária de lixo. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 07 dez. 2012. Cidade. Disponível em: <<http://diarionordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/capital-e-a-1-do-ne-em-producao-diaria-de-lixo-1.31663>>. Acesso em: 20 maio 2014.

SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SCOTT, Joan Walach. **A cidadã paradoxal**. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, Rafael Pires de. **A cidade de Fortaleza na contemporaneidade: transformações sócio espaciais do Mucuripe no final do século XX**. 2007. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

VELLANI, Cássio. **Sistema contábil para gestão da eco-eficiência: gestão sistêmica de organizações**. [S.l., 2006]. Disponível em: <<http://issbrasil.usp.br/issbrasil/pdfs2/cassio.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

VIEIRA, Maria Eulaidia de Araujo. **Percepção de autonomia entre catadores de materiais recicláveis de associações e organizações privadas de Fortaleza-CE**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2011.

WEBER, Max. **Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA. Notícia. Disponível em: <<http://www.arquidiocesede fortaleza.org.br/atualidades/noticias/catadoresas-de-materiais-reciclaveis-reivindicam-sua-inclusao-no-plano-municipal-de-gestao-integrada-de-residuos-solidos-de-fortaleza/>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

BARROS, Kelvia de Assunção Ferreira. **A dimensão das relações de gênero e o enfrentamento da exploração sexual, comercial de crianças e adolescentes**. 2008. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida (Orgs.). **Velhos trabalhos, novos dias**. Fortaleza: Ed. UFC, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004 (reimpresso em 2011).

COSTA FILHO, Alfredo. Pensamento econômico no Brasil contemporâneo II: Paul Israel Singer. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142001000300026&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 nov. 2013.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania**: de que estamos falando? Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/uploads/FTP-test/Venezuela/faces-ucv/uploads/20120723055520/Dagnino.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

DIONYSIO, Luis Gustavo Magro; DIONÍSIO, Renata Barbosa. **Lixo urbano**: descarte e reciclagem de materiais. Disponível em: <http://web.ccead.puc-rio.br/condigital/mvsl/Sala%20de%20Leitura/conteudos/SL_lixo_urbano.pdf>. Acesso em: 28 out. 2013.

FELIPE, Kelma de Freitas. **As mudanças no mundo do trabalho e o movimento da economia solidária** – “Utopia concreta?”. 2008. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

FEITOSA, Larissa de Brito. **Sentidos atribuídos às políticas públicas de inclusão dos catadores pelos atores envolvidos nas Discussões dos resíduos sólidos**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2011.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ. **História da industrialização no Ceará**. Disponível: <<http://www.fiec.org.br/cultura/>>. Acesso em: 9 abr. 2014.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2005.

- FOUCAULT, Michel. Sexo, poder e a política da identidade. Tradução do francês por Wanderson Flor do Nascimento. **Verve**, 5: 260-277, 2004. Entrevista com B. Gallagher e A. Wilson, Toronto, junho de 1982. Tradução de F. Durant-Bogaert. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/4995/3537>>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. Campinas, SP: [s.n.], 2004.
- FREITAS, M. V. O. **Entre ruas, lembranças e palavras**. Belo Horizonte: Pucminas, 2005.
- FROTA, Maria Helena de Paula; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Família, gênero e geração temas transversais**. Fortaleza: EdUECE, 2004.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- INSTITUTO MUNICIPAL DE PESQUISA E RECURSOS HUMANOS. **Diagnóstico da situação socioeconômica e cultural do(a) catador(a) de materiais recicláveis de Fortaleza-CE**. Fortaleza, 2006.
- LAMÓGLIA, Luciane Botto. **A construção da sustentabilidade nas organizações pela via da teoria da complexidade**. 2008. Dissertação (Mestrado em Organizações e Complexidade) – FAE - Centro Universitário Franciscano, Curitiba, 2008.
- LIMA, Rafael Galeoti de. Resenha do livro de Henri Lefebvre. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://portalcp2.files.wordpress.com/2010/09/henry-lefebvre-o-direito-c3a0-cidade-rafael-galeoti.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento**. Campinas: Psy, 1995.
- MELLO, Sylvia Leser de. **Trabalho e sobrevivência**: mulheres do campo e da periferia de São Paulo. São Paulo: Ática, 1988. (Ensaio 129).
- MELLO, Reynaldo França de. **Complexidade e sustentabilidade**. Disponível: <http://giga.ea.ufrgs.br/Artigos/compl_e_sust.PDF>. Acesso em: 13 dez. 2012.
- MENEZES, Maria Isolda Castelo Branco Bezerra de. Artigo: Mulher, poder e subjetividade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 2, n. 2, set. 2002. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482002000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Tradução de Heloisa Jahn. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. [S.l.]: Publicações Europa-América, 1996.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EdgarMorin.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

MUNIZ, Maria Águeda Pontes Caminha. **O plano diretor como instrumento de gestão da cidade**: o caso da cidade de Fortaleza/CE. Disponível em: <http://bdt.d.bczm.ufrn.br/tde_arquivos/22/TDE-2007-11-09T015253Z-912/Publico/MariaAguedaPCM.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2014.

OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

PASTORAL DO POVO DE RUA. **Vida e missão**. São Paulo: Loyola, 2003.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. **Minhas histórias das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. **Tempo Social**; Rev. Social. USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 7-33, 2 sem. 1990.

PINTO, Luiz Araujo Gomes Jr. **Catadores de Materiais Recicláveis Como Agentes de uma Educação Ambiental Não – Formal**. 2010. Monografia (Especialização em Educação Ambiental) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

PONTE JUNIOR, Osmar de Sá (Org.). **Mudanças no mundo do trabalho cooperativismo e autogestão**. Fortaleza: Expressão, 2000.

PORTAL BRASIL. **Gestão do lixo**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/gestao-do-lixo>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

RAMALHO, Júlia Sebba. **Hanna Arendt versus Marx**: uma defesa de Marx frente à crítica arendtiana. 211 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <http://200.17.141.110/periodicos/prometeus/revistas/ARQ_PROMETEUS_4/Arq_Art_PROMETEUSjulia.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2013.

ROCHA, Maria Izabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG; São Paulo, 2000.

RODRIGUES, José Carlos. **O corpo na história**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliações de políticas sociais**: uma questão em debate. 2. ed. São Paulo: Cortez – Instituto de Estudo Especiais, 1999.

SADER, S.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo** – as políticas sociais e o estado democrático. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SCALON, Maria Celi. **Percepção de desigualdades**: uma análise comparativa internacional. In: ANPOCS, 26., 2002, Caxambu. GT – Estratificação e Mobilidade Social. Caxambú, 2002. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4391&Itemid=317>. Acesso em: 18 abr. 2014.

SCOTT, Joan Walach. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. [S.l.], 1989. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2014.

SCALON, Maria Celi. **Desigualdade e percepção**: uma análise comparativa internacional. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel42/MariaCeliScalon.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

SENA, Francisca Maria Rodrigues. **Mulheres em movimento**: construção de relações de gênero na militância política das mulheres. 2004. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

SILVA, Ari Rocha. **Sociedade, Estado e catadores de materiais recicláveis**: a subjetivação na esfera da produção, na organização associativa e a emergência de novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/dvd/documentos/gts_1lleics/gt3/gt3ari.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2013.

SILVA, Emylio César Santos da. **A Psicologia e as políticas públicas de saúde**: um estudo sobre a atuação da(o) psicóloga(o) na Atenção Primária à Saúde no município de Fortaleza. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/6843/1/2012-DIS-ECSSILVA.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

SILVA, Leiriane de Araujo. **As mulheres faces da pobreza**: uma análise sobre as formas de manifestação da pobreza no município de Maracanaú-Ceará. 2009. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicado, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese da história da cultura brasileira**. São Paulo: Difel, 1985.

SOUZA, Comper Luciano de. **Associações**. [S.l.]: SEBRAE, 2014. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/uf/amapa/abra-seu-negocio/como-abrir-uma-associacao/cartilha_associacao_geral.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2014.

SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). **Gênero**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

TAVARES, Fred; IRVING, Marta Azevedo. “Sustentabilidade líquida”: ressignificando as relações entre natureza, capital e consumo em tempos de fluidez. **Revista Espaço**

Acadêmico, n. 155, abr. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/22190>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

TEIXEIRA, Francisco J. S. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Relatório final**: projeto de gestão democrática para Fortaleza – UniverCidade. Fortaleza, 1988.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XVIII, n. 55, p. 74-83, nov. 1997.

ANEXOS

ANEXO A – Reportagens sobre lixo

FORTALEZA, CEARÁ
DOMINGO, 27/OUTUBRO/1995

O POVO

CADERNO E

CARGA GUANABARA

Toda entrega feita em até 24 horas, de ponto a ponto. Fone: 283.2955

Economia & NEGÓCIOS

COMÉRCIO: Empresas se preparam para o Natal contratando profissionais 2 e 3E
IMÓVEIS: Sinduscon critica demora na liberação de recursos da CEF 4E

CARGA GUANABARA

Toda entrega feita em até 24 horas, de ponto a ponto. Fone: 283.2955

Consórcio do lixo: projeto sustentável

Trabalho desenvolvido por economista do Ceará poderá ser implantado em países da África

Reciclagem é viável financeiramente

O projeto de Consórcio de Lixo vai levar o economista Albert Gracivál a visitar vários países da África para mostrar as etapas de implementação concreta da reciclagem desenvolvida no Lixo Separado, isto é, o processo mais eficiente em relação ao custo e à qualidade de coleta que permitiu a vitória da Atila.

de coleta e a reciclagem do lixo vão garantir de que são viáveis, basta ter o apoio técnico e metodológico. O Consórcio de Lixo que o senhor discutiu 14 países de continental do Panamá, está a par da Universidade de Cuiabá, para ter autorização técnica para a realização de um projeto piloto de coleta seletiva. O senhor Gracivál, (R&R)



Economista Albert Gracivál defende projeto em...

REVENHA DEBIDO
DE EDITORA DE ECONOMIA

Uma ideia, nascida no Ceará, que envolve a coleta seletiva do lixo para reciclagem e o pagamento de comodatários pelos serviços de coleta de empresa e renda, pode ser implantada em países africanos. Trata-se do projeto Consórcio de Lixo, de autoria do economista Albert Gracivál. O trabalho é resultado de uma tese na área de marketing social e que participa de uma seleção da Fundação de Desenvolvimento Econômico de Brasília. Segundo Gracivál — um trabalho lógico de apoio aos países africanos —, as ideias, participam de 105 projetos de todo o mundo. Foram selecionados apenas 20 e a maioria, a da economia brasileira.

Com o apoio de órgãos como a Fundação das Indústrias da Ceará (Foi) — através de Damião — e Sene, Albert Gracivál, desenvolveu a tese e está aplicando o projeto no Consórcio de Reciclagem do Lixo — na comunidade de Pirambu do P. Pirambu. A ideia básica está na coleta seletiva do lixo em pontos de concentração de moradores residenciais, com o estabelecimento das empresas. Um carro de lixo foi desenvolvido especialmente para os trabalhadores que vão fazer a coleta do "lixo" para a cidade.

Com a "limpeza" feita, os resíduos de lixo vão ser transportados para a usina de tratamento de lixo por um carro de RS 30 (que ainda aguarda pela aprovação da CEF). O ven-

da coleta do lixo, que cada trabalhador faz e que produz até 100 a 150 unidades de 150 Kg/box, o que resultará num ganho mensal de R\$ 100. Atualmente, existem 22 indústrias beneficiadas de resíduos recicláveis no consórcio, sendo de uso comum de todos os setores. "As empresas estão sendo e estarão sendo beneficiadas, que é o objetivo", afirma Gracivál.

Quando um novo fim econômico que está funcionando os resíduos recicláveis está sendo mais 11 unidades, que ocupam o material e os materiais em produção, que são vendidos no mercado. As 20 empresas vão se reunir no Sindicato das Empresas de Reciclagem do Brasil em Brasília e trabalharão de Cuiabá. "A intenção é fazer um projeto que vai gerar emprego para o projeto".

Segundo Albert Gracivál é tão viável quanto a ideia de fazer um projeto envolvendo o meio ambiente que não tenha impacto financeiro. "Em toda a Europa o que existe é o plano diretor municipal por uma recuperação empresarial e financeira", afirma o economista, acrescentando que o projeto de reciclagem, que inclui a empresa pelo projeto de coleta de lixo.

A ideia do economista é criar unidades produtivas para desenvolver projetos que possam ser aplicados para outros países, desde que haja a base de resíduos de materiais recicláveis e o custo de coleta e o custo de transporte de lixo para o local de reciclagem de projeto, sendo que o custo é muito baixo e que o retorno é muito alto.

O POVO/CIDADES
FORTALEZA—CE, TERÇA—FEIRA, 7/FEVEREIRO/1995

Pirambu lança projeto de coleta sistemática de lixo seletivo

A comunidade do Pirambu começou a viver uma rotina diferente. Depois de ano de preparação, foi lançada ontem a coleta sistemática de lixo seletivo, para tratamento de reciclagem de material. O objetivo é arrecadar cerca de cinco toneladas de lixo, entre plásticos, papel e papelão, vidro e metais em geral no final de cada semana. A coleta vai compreender uma área com 20 mil habitantes, que vai da avenida Pasteur ao antigo Kartódromo e da avenida Presidente Castelo Branco até o mar. Parte da renda obtida com a venda será repassada para escolas comunitárias.

O projeto começou em janeiro do ano passado com o curso de Educação Ambiental, onde o tema central era o lixo. O curso foi dirigido às diversas entidades comunitárias que compõem o Grande Pirambu. A partir do curso, surgiu o interesse da comunidade de trabalhar com a reciclagem do lixo, que deixaria de ser problema e surgiria como solução. Desse modo, foi criada a Sociedade Comunitária de Reciclagem de Lixo do Pirambu (Socerlp), com a participação de 17 associações comunitárias do bairro.

A Presidente da Socerlp, Francinete Cabral Lima, diz que é gratificante o trabalho de reciclagem,

por causa da participação da comunidade e dos benefícios que o projeto traz. "Com esse projeto, muitos jovens que ficavam perambulando nas ruas hoje trabalham aqui", comenta.

Cerca de R\$ 60 mil foi o total investido no projeto, segundo Rosineide Lopes, assessora técnica do Componente de Educação Ambiental do projeto Sanear. Ela explica que foram criadas 10 sub-áreas e em cada área haverá um coletor e um ponto de apoio cada. Essas sub-áreas foram divididas cada uma em cinco outras áreas para que em cada dia da semana uma delas seja assistida. A seleção do lixo (papel, plástico, vidro e metal) é feita pelo próprio morador. Os coletores apenas recolhem o material.

Ontem também aconteceu a primeira venda de material que foi coletado desde o final de novembro do ano passado, através de doações da comunidade. Com a comercialização, a Socerlp espera arrecadar mais de R\$ 1.000,00, o suficiente para o pagamento de pessoal. Rosineide Lopes explica ainda que os preços dos produtos estão sendo discutidos com as grandes e médias empresas que utilizam o material.

Entidade ensina a coletar o lixo

A reciclagem de lixo não é novidade no Brasil. Curitiba, Recife e Maceló são algumas das cidades onde a seleção do lixo foi bem recebida pela população e está dando certo, segundo comenta a técnica Rosineide Lopes. Os próprios moradores cuidam da separação do lixo orgânico do que é reaproveitável.

Todas as embalagens de alimentos e bebidas são reaproveitáveis. Quando for jogar fora, é só separar latinhas, garrafas de plásticos e vidros. Caixas de papelão, placas de ovos e papel comum também são recicláveis. O lixo orgânico, ou seja, restos de alimentos, são colocados nos depósitos comuns. No momento, só 30% da população assistida no Pirambu (20 mil habitantes) estão participando, mas a Socerlp espera que com a criação da escola de reciclagem, o total seja atingido.

O
MS
CAS
A
0,9°C
4,9°C
stos
stos
stos
stos
ing
E
so-
In-
stos
as
rer
hce-
nde
co,
le e
sal-
de
Joa-
Jof-
mi-
nar
fal-
de
tar
en-
no-
do
me
me
de
al-
ide
E-
ro
tu-
lu-
al-
ide
R
1

“Jangurutur” para diretoria da AJE

‘Consórcio do Lixo’ será avaliado por empresários

A rampa do Jangurussu teve uma manhã diferente no último sábado. A diretoria da Associação dos Jovens Empresários (AJE) fez uma visita à rampa que durou quase quatro horas. O “Jangurutur” foi resultado da recente parceria feita entre o Departamento de Apoio à Média e Pequena Empresa da Federação das Indústrias do Ceará (Damp/Fiec), Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sesmae), Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria (Senai) e Consórcio do Lixo, para viabilizar a proposta alternativa de autosuficiência da usina de reciclagem a ser implantada no Jangurussu pelo Governo do Estado. O Consórcio do Lixo é de autoria do diretor técnico da Associação dos Catadores do Jangurussu, Alberto Gradvhol.

O apoio da Fiec ao Consórcio do Lixo possibilitará a implantação do programa de gestão ambiental nas empresas participantes que, ao invés de pagarem o serviço com dinheiro, pagarão com resíduos para funcionamento do Consórcio. Gradvhol explica que o programa objetiva a redução do desperdício, e consequentemente dos custos, e implantação da “comissão verde”, que terá a função de adequar a indústria às exigências da ISO-14.000 (certificado das empresas “ecologicamente corretas”). Será implantado por etapas: divisão da empresa por áreas, eleição dos líderes de área que integram a comissão verde, treinamento (conscientização) para evitar o desperdício e campanhas de sensibilização para criar na empresa o ambiente adequado aos parâmetros da ISO-14.000. No Primeiro Mundo, especialmente na Europa, muitas empresas já têm a ISO-14.000, ao contrário do Brasil, onde o processo ainda está iniciando.

O Consórcio do Lixo abrange todo tipo de empresa. Inicialmente, está voltado para a indústria, após a parceria com a Fiec. Três empresas já



Alberto Gradvhol é diretor técnico da Associação dos Catadores do Jangurussu

você precisam”, no auditório da Fiec, para marcar o lançamento oficial a parceria. Segundo Gradvhol, toda proposta voltada para a questão do lixo deve destacar outra questão inevitável: o mercado. “Projeto sem mercado quebra”, afirma, lembrando o caso da Sociedade Comunitária de Reciclagem do Lixo do Pirambu (Socrel), que enfrenta dificuldades para se manter. O técnico afirma que desde o começo do projeto, idealizado

metral) é a quantidade mínima para qualquer entidade coletora de lixo se manter no mercado. Gradvhol diz que as indústrias recicladoras pagam preços que só valem para grande quantidade de resíduos - R\$ 6,08 é o quilo do papel; R\$ 0,24, plástico; R\$ 0,12, vidro; e R\$ 0,23, metal; os atravessadores pagam bem menos. A proposta de envolvimento de empresários no Consórcio do Lixo não é à toa. Servirá como

ANEXO B – Ata de constituição da Associação dos(das) Catadores(das) do Jagurussu

ATA DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS (DAS) CATADORES (DAS) DO JANGURUSSU.

Declaro que aos vinte e oito dias do mês de dezembro de 2006, às 10:00 horas, reuniram-se na Gerência Regional de Logística do Banco do Brasil, situado na avenida Alberto Craveiro, 2900, bairro: Passaré, Fortaleza, Ceará, os e as catadores (as) do Jangurussu para discutir a sua nova forma de organização. Após a discussão os e as catadores (as) constituíram a Associação dos(as) Catadores(as) do Jangurussu com sede na Estrada do Itaperi, 1665, bairro: Jangurussu, Fortaleza, Ceará. A Associação terá como objetivo apoiar, defender e lutar pelos direitos dos (as) associados (as) e garantir melhoria de vida e trabalho. Na ocasião foi discutido e aprovado o Estatuto da Associação e a assembleia ainda escolheu um Comitê Gestor transitório composto por: Antonio Flávio da Silva, Maria das Graças Pereira Araújo, Maria Glaucimar da Silva Barreto, Maria Iraci Teixeira, Maria Irinéia da Silva, Maria Fabíola Ferreira da Silva, José Alves da Silva, Maria Elza Ferreira da Silva, Aldenir Carneiro da Silva, Francisca Patrícia Florêncio da Silva, que assinam a presente ATA. Nada mais tendo a declarar eu, Maria das Graças Pereira Araújo, encerrei a reunião e Jurei a presente ATA.

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
MICROFILME Nº 4523

RELAÇÃO DE FREQUÊNCIA DA ATA 01/2006, DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO
DATA: 28/12/06 LOCAL: GEREL/BB

Nº	NOME	ASSINATURA	CONTATO (Telefones)
01	Adalberto J. Barbosa		
02	Francisca Patrícia Florêncio da Silva		8885-4512
03	Roberto Paulas Dias		
04	Jose Roberto Teixeira		
05			
06			
07			
08	Elza Ferreira		
09			
10			
11	Cícero Mota Melo		
12	Antônia Pereira da Silva		
13	Maria Fabíola Ferreira		
14			
15	Clayton Florêncio da Silva		
16			
17	Mário de Salina Jacariva		
18			
19	Francisco Manuel de Pinho		
20			
21			
22	João Honorato Cruz de Oliveira Filho		
23	Antonio Carlos Alves da Costa		
24	Jose Geraldo Veríssimo		
25	Maria da Glória da Costa		
26	Elza Ferreira		
27	Maria de Fátima Rodrigues da Silva		
28	Clayton Florêncio da Silva		
29	Francisca Patrícia		
30	Mário Gomes Rodrigues		
31	Maria Ferreira da Glória		
32	Mário Gomes da Silva		
33	Alma Pereira de Matos		
34			

23 JAN 2007
Atestado a presente cópia fotográfica do documento que me foi apresentado.

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
MICROFILME Nº 4523

Nº	NOME	ASSINATURA	CONTATO (Telefones)
35	Antônia Lima		
36	Francisca Vidal		
37			
38	Joana Gonçalves da Silva		
39	José Napoleão		
40	Francisco Miranda da Silva		
41			
42	Fernando Dias		
43	Esônia Melo Siqueira		
44	Osório José Michel de Souza		
45	Tereza de Jesus Teixeira		
46	José da Maria da Barbosa		
47	Substância do Fumo Alves		
48			
49	Maria Antônia de Sousa Pereira		
50	Mário Antônio		
51	Maria Sônia da Silva		
52	Antonio Ramundo Neto		
53	João Jacariva		
54			

55	Francisca Sabucio e sua sogra	
56	Thomas e marcia	
57	maria jurea	
58	gláucia-mau Banello	
60	PAULO SÉRGIO DE FREITAS CUSTÓDIO	
61	ORTEIRA Ricardo dos Campos	
62	Pruneda da Silva	
63	Reimundo Gonçalves de Lima	
66	Francisco Gomes Passos	
67	Paulo de Mendonça	
68	Elizilda de Jesus Silva Maia	
69	maria Valéria Rocha	

23 JAN 2007

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
 MICROFILME Nº **4523**

Nº	NOME	ASSINATURA	CONTATO (Telefones)
71	Maria Jureia Jenuario		
72	Francisilda de Freitas Jenuario		
73	maria maria de Freitas Jenuario		
74	Francisca de Freitas Jenuario		
75	maria Jovenilda Lima		
76			
77	Giovane Pereira de Araújo		
78	João Alves da Silva		
79	João Miguel Gonçalves		
80			

23 JAN 2007

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
 MICROFILME Nº **4523**

Joseão Chaga Silva.
 Carlos Alexandre Texeira.
 maria Tracy Teixeira.
 Jean Carlos de Lima.
 Maria Alaide Teixeira.
 maria Valqueria da Silva.
 maria de Fatima do Nascimento.
 Antonia Francisca da Silva.
 Aldine Carniça da Silva.
 Maria Fabiola da Silva.
 Rogerio Pereira da Cunha.
 Daniel Dany Israel Maia.
 Maria das Graças Pereira Araújo.
 João Luiz Mendes Ferreira.

23 JAN 2007

2º Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
 MICROFILME Nº **4523**

Maria Francisca Santos de Lima
 maria de Luísa do Carmo Marques
 maria Elvira Roberto Mendonça
 maria Leonilda da Silva Fialho
 Regiane Pereira Oliveira
 Maria Elizabete da Silva
 Francisca Rivaldo da Silva
 Luciana Muniz de Oliveira
 Maria Betânia Jenuario Sales
 Maria dos Santos
 Ivanda Pereira Leal
 Francisca Fernandes de Sousa
 Maria Claudia de Souza Pereira
 Esterida da Silva
 Francisco das Chagas de Silva Mendonça
 ANDREA ARAÚJO DA SILVA
 Ivanda Barbosa Lima
 SAUEL de souza SILVA

23 JAN 2007

Registro Civil das Pessoas Jurídicas
CARTÓRIO MORAIS CORREIA
 Rua Manoel de Barros, 675
 FORTALEZA, 12 JAN 2007
4523

Autentico e apresenta cópia reprográfica

ANEXO C – Diagnóstico da situação socioeconômica e cultural do(a) catador(a) de materiais recicláveis de Fortaleza-Ce

